



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Leonardo Samu

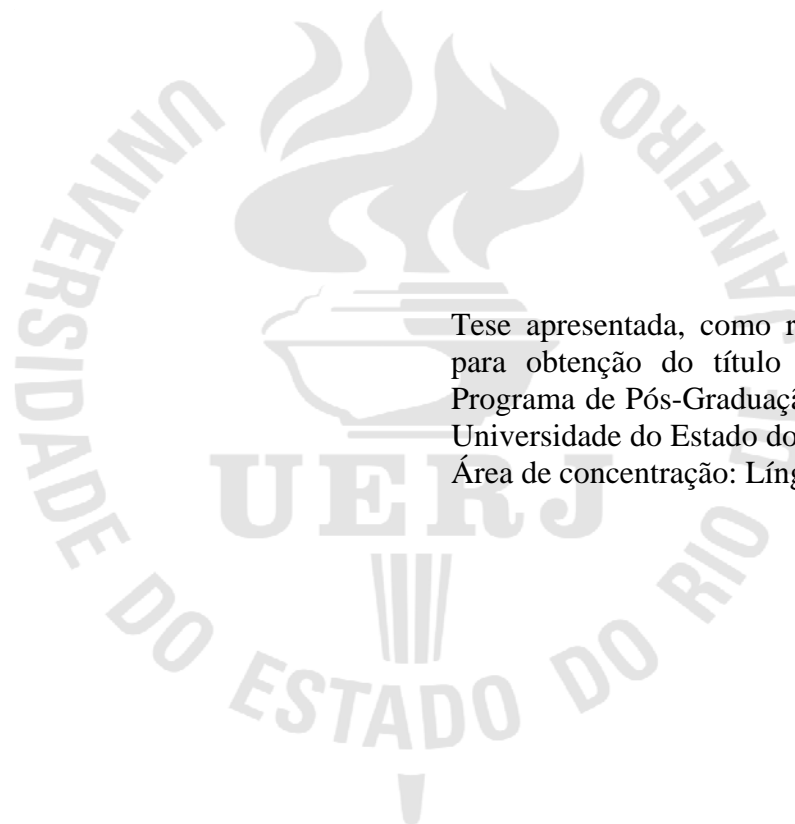
**Antônio Vieira e o léxico cristão: perspectivas descritivas na história da
língua portuguesa**

Rio de Janeiro

2015

Leonardo Samu

Antônio Vieira e o léxico cristão: perspectivas descritivas na história da língua portuguesa



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S193 Samu, Leonardo.
Antônio Vieira e o léxico cristão: perspectivas descritivas na história da língua portuguesa / Leonardo Samu. – 2015.
152 f.

Orientador: Claudio Cezar Henriques.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - História – Teses. 2. Língua portuguesa - Lexicologia – Teses. 3. Vieira, Antonio, 1608-1697 - Crítica e interpretação – Teses. 4. Vieira, Antonio, 1608-1697. Sermões – Teses. 5. Cristianismo - Idade Media, 600-1500 – Teses. I. Henriques, Claudio Cezar, 1951-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leonardo Samu

Antônio Vieira e o léxico cristão: perspectivas descritivas na história da língua portuguesa

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 31 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Fábio André Cardoso Coelho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Regina Souza Gomes - UFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha amada avó *Iris Camejo Samu*, falecida no alvor dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro e descida à sepultura no dia em que coloquei o ponto final nesta tese.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, *Prof. Doutor Claudio Cezar Henriques*, por aceitar a orientação deste trabalho e contribuir para dar a este texto um caráter acadêmico.

Aos estimados *Prof. Doutor Manuel Pinto Ribeiro*, *Prof. Doutor Horácio Rolim de Freitas* e *Prof. Doutora Eneida do Rêgo Monteiro Bomfim (in memoriam)*, por todas as sugestões acadêmicas quando ainda tudo isto era apenas uma ideia.

A *meus familiares*, por todo o incentivo, ainda que minha ausência fosse sentida.

Aos colegas de doutorado, *Anderson Ribeiro da Silva*, *Laura Aparecida Ferreira do Carmo* e *Regina Célia Gonçalves*, pelos momentos de descontração e papo acadêmico.

A *meus alunos* de hoje, do passado e do futuro, motivadores para a busca contínua de meus conhecimentos.

Aos *inúmeros amigos de profissão*, incentivadores para a busca de mais um sonho acadêmico.

A *Deus*, seja ele cristão ou judeu.

as línguas são um sinal.

I Corintios 14:22

Pe. Antônio Vieira, Sermão do Espírito Santo.

RESUMO

SAMU, Leonardo. *Antônio Vieira e o léxico cristão: perspectivas descritivas na história da língua portuguesa*. 2015. 152 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Na trajetória de desenvolvimento do português, observa-se a forte presença do movimento cristão contribuindo diretamente no seu processo de transformação. Desde o fim do Império Romano até a legitimação da língua no século XVI, o português experimentou uma forte interferência do Cristianismo, seja na criação de um vocabulário próprio ou na significação de usos vocabulares que não pertencem diretamente ao movimento cristão. A partir da seleção vocabular presente nos Sermões de Padre Antônio Vieira, é possível identificar na língua portuguesa do século XVII a presença de um léxico cristão estabelecido desde a formação da língua no século XIII. Com as transformações sociais ocorridas a partir do surgimento de inúmeras vertentes do Cristianismo, outras influências foram percebidas, demonstrando que a deriva em um idioma é algo constante e dinâmico. O acompanhamento das mudanças lexicais a partir do latim cristão até o português do século XVII demonstra a riqueza na transformação da língua ainda nos dias atuais.

Palavras-chave: Lexicologia. Antônio Vieira. História da língua portuguesa. Cristianismo.

ABSTRACT

SAMU, Leonardo. *Antônio Vieira and Christian lexicon: descriptive perspectives in the history of Portuguese*. 2015. 152 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

In the Portuguese development path, there is the strong presence of the Christian movement contributing directly in the language transformation process. Since the end of the Roman Empire to the language of legitimacy in the sixteenth century, the Portuguese experienced strong interference of Christianity, whether it is creating its own vocabulary or lexical meaning of uses that do not belong directly to the Christian movement. From the vocabulary selection present in the Sermons of Father Antonio Vieira, can be identified in the Portuguese language of the seventeenth century the presence of a Christian lexicon established since the language training in the thirteenth century. With the social changes from the emergence of numerous strands of Christianity, other influences were perceived, demonstrating that the drift in a language is something constant and dynamic. The monitoring of lexical changes from the Latin Christian to the Portuguese of the seventeenth century demonstrates the wealth in the transformation of language even today.

Keywords: Lexicology. Antônio Vieira. History of the Portuguese language. Christianity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ASPECTOS INICIAIS	14
1.1 Para uma conceitualização de língua: funcionamento e características gerais	14
1.2 A transformação das línguas: questões históricas e analíticas	16
2 LÍNGUA E RELIGIÃO: PERSPECTIVAS SOCIAIS E COMPARADAS	22
3 HISTÓRIA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CRISTIANISMO	26
3.1 Cultura judaica: fonte lexical primária do Cristianismo ?	26
3.2 Formação histórica do Cristianismo: bases elementares	30
3.3 Religião na Roma pré-cristã	34
3.4 A Roma cristã	38
3.5 O latim cristão	44
4 O CRISTIANISMO E A FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA PENÍNSULA IBÉRICA	54
4.1 As colonizações pré-romanas	54
4.2 Romanização	56
4.3 A Germanização da Península Ibérica a partir da queda de Roma	62
4.4 Arabização	68
4.5 Consolidação geográfica, social e cultural de Portugal	74
5 ANTÔNIO VIEIRA: OBRA E ESTILO	82
6 ANÁLISES LÉXICAS DOS SERMÕES	88
6.1 Antroponímia cristã	89
6.2 Os dias da semana e sua caracterização cristã	100
6.3 Léxico negativo	106
6.4 Pessoas e representantes do Cristianismo	114
6.5 Aspectos e elementos do culto cristão	121
6.6 Espaços e locais do Cristianismo	128
6.7 Alguns substantivos abstratos no movimento cristão	131
6.8 Alguns verbos e ações da atitude cristã	137
CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

A linguagem é, sem dúvida, um elemento fundamental na constituição do homem. Sem ela não poderíamos expressar nossos pensamentos, nossas ideias, nossos valores e nossos sentimentos, pois somente a partir desse instrumento, podemos constituir o mundo ao nosso redor, dando forma a tudo aquilo que nos cerca. Organizamos nossa vida e nosso cotidiano tendo a linguagem como referência maior. Até mesmo nossos conhecimentos são catalogados a partir desse sistema máximo da comunicação humana.

Dentre as várias linguagens que nos cercam, há uma em especial que garante a nós, seres humanos, maior estabilidade nas relações comunicativas, seja por seu complexo sistema funcional, seja por sua capacidade diversificada para expressar nossos múltiplos pensamentos. Referimo-nos à língua, instrumento fundamental da atividade humana, necessário ao homem em suas relações individuais e em suas relações com a sociedade.

Se a língua apresenta, portanto, a grande característica de servir como instrumento de comunicação, há ainda outro aspecto presente, destacável principalmente no campo das ciências linguísticas. Trata-se da variação das línguas, algo que por épocas vem despertando nos maiores interessados em linguística (em suas diferentes concepções) uma maior dedicação. Dessa forma, é possível afirmar que as línguas mudam e seu funcionamento não pode ocorrer sem a mudança. Se a língua é um instrumento humano e, como instrumento, precisa obedecer às necessidades de seus usuários, não nos será difícil compreender que, para adequar-se às realidades do homem, ser constantemente mutável, precisará atender as alterações sofridas por seus falantes, dominadores máximos de um sistema linguístico próprio. Nesta perspectiva, as línguas humanas precisam estar de acordo com o homem, em uma relação de pronto atendimento às suas necessidades expressivas.

Por isso, como afirma Henriques (2011, p.5), nos habituamos a afirmar que "a linguagem é uma das instituições humanas pois resulta da vida em sociedade". Ele faz o lembrete para enfatizar a ideia de que, "assim como as instituições humanas são passíveis de mudanças, também a linguagem varia conforme os hábitos, as tendências, as pressões e os momentos em que se insere". No plano da mudança, há forças atuantes no nível interno das línguas, resultado das atividades socioculturais que impulsionam ou retardam a variação. Nessa linha, é possível encontrar aspectos que se relacionam à atividade dos falantes de determinada língua tais como movimentos sociais, políticos, econômicos e religiosos que, enquanto pertencentes a uma determinada sociedade, acabam interferindo na constituição da

língua de um povo. Os fatores externos, intensamente irregulares e singulares nas mais diversas culturas, geram particularidades significativas no conjunto variante de uma língua, o que caracteriza aspectos idiossincráticos no campo da linguagem articulada. É a partir dos fatores externos que compreendemos a inexistência de um padrão absoluto na mudança de uma língua, fruto das vivacidades locais de determinada sociedade.

Dada a importância dos aspectos externos no campo da variação, há de se perceber o interesse por certos movimentos religiosos no seio de determinadas culturas, entre os quais o Cristianismo, componente significativo para a compreensão dos fatos linguísticos no Ocidente, visto seu predomínio nas mais diversas sociedades, enquanto modelo religioso oficial. Com isso, observa-se que um movimento criado pelo homem passa a exercer na sociedade papel definitivo, sobretudo no domínio românico, provocando, na língua dos povos conhecedores dessa fé, uma influência direta nas composições linguísticas de seus falantes.

Aqui centralizamos nosso estudo, na tentativa de descrever as influências cristãs na língua portuguesa. A partir da herança romana na Península Ibérica, associada à presença do movimento cristão, observa-se que houve uma forte tendência para que as línguas peninsulares pudessem desenvolver características próprias, calcadas na cultura local. Desse pressuposto, admite-se que no léxico, especificamente, estão sedimentadas as marcas da presença cristã, algo presente ainda nos dias atuais.

Um dos pontos para este estudo é a linguagem criada pelos cristãos antes mesmo da formação do português. Isso se dá já que, ao renegar o modelo pagão incorporado à língua latina, os cristãos, ainda no Império Romano, buscavam uma “purificação” do seu veículo de comunicação. Para tanto, criaram um modelo linguístico particular, próprio, chamado latim cristão, utilizado, desde o início da pregação cristã, com diversas modificações provenientes de seus fiéis. Com o objetivo de transformar o latim em uma língua capaz de transmitir os novos valores e sentimentos da doutrina cristã, não tardou para que as tendências populares abundassem na constituição desse veículo de pregação. Principalmente no léxico, houve uma renovação parcial de seus elementos, com uma elevada introdução de empréstimos, diversas transformações semânticas e neologismos. Tudo isso visava à caracterização de uma língua com seus próprios códigos, comprovando que a abrangência do fenômeno atingiu profundamente a cultura dos povos envolvidos.

A história continuou com a formação do português, seu desenvolvimento (sempre acompanhando os anseios da sociedade portuguesa) e a sua coroação, ocorrida com a produção em prosa de Antônio Vieira, responsável por legitimar formas cristãs na língua portuguesa. Focalizamos nosso estudo nesse ponto, com a intenção de verificar a presença

cristã solidificada na língua portuguesa, fruto de processos históricos que justificam a sua atual forma. Nossa exposição parte da descrição do Cristianismo, desde suas heranças judaicas até o seu desenvolvimento em Roma, algo ainda mais corporificado a partir da sua oficialização. Após a formação da língua e o seu reconhecimento como veículo da comunicação portuguesa, veremos que outros fatores contribuíram na demarcação de uma tradição cristã em Portugal, influenciando, no português, os níveis semânticos e lexicais. Para a investigação das influências, verificaremos a presença de um léxico cristão na obra de Vieira, especificamente na sua maior produção em vida Os sermões.

Metodologicamente, optamos por selecionar na leitura da obra os termos utilizados pelo autor na composição descritiva e argumentativa de seu texto, sendo, porém o critério para a seleção vocabular realizado a partir da leitura dos mais diferentes sermões, com as mais distintas temáticas. Levamos em conta toda a produção dos sermões, buscando o léxico de nítida relação com o Cristianismo, sem que houvesse números específicos definidos: à medida que os termos se apresentavam, buscávamos sua relação com a presença do movimento cristão na história da língua portuguesa. Partindo desse critério, nossa preocupação foi estabelecer os sentidos do léxico selecionado, somado à sua datação em língua portuguesa e à sua etimologia. Como se vê, trata-se de uma investigação lexical e semântica. Buscamos apresentar uma contextualização dos termos selecionados na obra, analisando-os dentro de um mesmo campo semântico. Assim, nossa tentativa é organizar o vocabulário em capítulos que favoreçam a análise partindo de uma mesma temática. Como exemplo, ao traçar o uso das palavras *inferno*, *diabo* e *satanás*, todas de criação cristã, optamos por agrupá-las no mesmo capítulo, algo que, a nosso ver, favorece a metodologia da pesquisa. Em todas as análises exemplificamos os usos presentes na obra de Vieira através do fragmento do texto. Para tanto, utilizamos primordialmente as edições fac-similadas da obra original publicada a partir de 1679, pois julgamos importante avaliar também as diferenças ortográficas utilizadas pelo autor. Isso não significa que não tenhamos utilizado também outras edições. Entretanto, julgamos fundamental, neste estudo linguístico, voltar nossas análises para o texto original. Os fragmentos com o exemplo do vocabulário empregado foram vertidos para a grafia vigente. Só mantivemos a grafia original do termo analisado quando foi necessário ressaltar a maneira específica adotada pelo autor, por vezes diferente da grafia atual vigente em língua portuguesa.

Outro aspecto fundamental para este estudo foi o diálogo com os conhecimentos históricos. Como buscamos, nesta pesquisa, identificar e comprovar a legitimidade do léxico e seus sentidos cristãos na língua portuguesa, foi-nos necessário dialogar com a história das

sociedades, especificamente das culturas que favoreceram a formação do movimento cristão, mesmo indiretamente. Com isso, a apresentação da atualidade da língua se explica muitas vezes por seu passado e por sua transformação a partir de influências das mais variadas ordens, tendo a história profunda capacidade de fornecer ferramentas necessárias à compreensão dos estágios atuais.

Dividimos o presente trabalho nas seguintes etapas. Primeiramente, no capítulo denominado “Aspectos iniciais”, faremos uma avaliação sumária do conceito de língua e seu funcionamento, na tentativa de relacionar a sua transformação a um processo natural presente em qualquer sistema linguístico. A partir dessa relação, apresentaremos como uma língua pode mudar e quais as condições necessárias para a sua transformação. Nessa mesma linha, buscaremos relacionar o papel da sociedade na construção de um perfil linguístico próprio, ou seja, de que forma os falantes contribuem na mudança de sua língua. Para esse ponto será importante ressaltar as relações estabelecidas entre os movimentos sociais e as suas expressões em determinadas línguas, algo ocorrido no universo do Cristianismo.

Em “Língua e religião: perspectivas sociais e comparadas”, desenvolveremos um estudo voltado à exposição das relações entre religião e língua, ambas construídas pelo homem e com condições de se relacionarem mutuamente. Ao utilizar os conhecimentos relativos à Sociolinguística, buscaremos expor o papel das religiões na transformação das línguas, especificamente o Cristianismo e sua condição marcante na sociedade ocidental.

No capítulo intitulado “História, formação e desenvolvimento do Cristianismo”, buscaremos traçar um panorama histórico e social da formação do movimento cristão desde suas bases elementares até a sua chegada ao Império Romano. Na construção desse capítulo, apresentaremos desde o primeiro momento o vocabulário criado pela religião cristã e sua inserção na língua latina, sobretudo após a legitimação do Cristianismo em Roma. Nessa linha, ressaltaremos a presença cultural e linguística de vários contextos sociais na construção do movimento cristão, sobretudo no aspecto doutrinário, sem deixar de considerar o veículo próprio de divulgação da fé criado em Roma: o latim cristão.

Em “O Cristianismo e a formação da língua portuguesa na Península Ibérica” abordaremos a interferência direta do movimento cristão especificamente na região onde o português foi construído. Com essa finalidade, apresentaremos um panorama histórico e social pertinente para explicar as influências na língua portuguesa desde as primeiras comunidades étnicas noticiadas instaladas na Península Ibérica até a formação da nação portuguesa em um espaço geográfico definido. Elencaremos a presença das populações pré-romanas, romanas, bárbaras e muçulmanas, sempre com o intuito de demonstrar não só o

papel linguístico dessas culturas no português, mas sobretudo como a presença do Cristianismo foi decisiva na construção da língua e na definição das fronteiras. Ainda nesse ponto, procuraremos estabelecer o papel dos monarcas portugueses na construção de um perfil sociolinguístico, principalmente com a chegada do Renascimento em Portugal.

Após a chegada ao século XVII, com breves pontuações históricas relacionadas à transformação da língua portuguesa, chegaremos a “Antônio Vieira: obra e estilo.” Nesse capítulo, demonstraremos, a partir da biografia e da produção dos sermões, a importância desse autor ao construir em seu texto um modelo de língua capaz de expressar o pensamento mais rebuscado da genialidade artística, projetado também no léxico da obra. Em sua prosa, Vieira conduz a língua portuguesa a uma dimensão alcançada no mesmo grau na poesia de *Os lusíadas*, algo que garante a sua importância no panorama histórico da produção linguística em português.

Partindo de *Os sermões*, realizaremos no capítulo “Análises léxicas dos sermões” um estudo calcado no levantamento do léxico cristão proposto pelo autor, na tentativa de apresentar o uso de um vocabulário cristão sedimentado na língua portuguesa. Partindo de nosso critério de seleção vocabular, avaliaremos o léxico selecionado prioritariamente em uma análise semântica e etimológica, demonstrando como o Cristianismo foi responsável na criação dos termos sedimentados no português, exemplificados na produção de Vieira. Desta forma, buscamos organizar nossas análises a partir de vocábulos associados a um mesmo campo semântico, tais como, os antropônimos cristãos, a nomenclatura da semana cristã portuguesa, os nomes relacionados aos espaços, aos aspectos e aos representantes do Cristianismo e o seu léxico de expressão negativa. Na dificuldade de agrupar outros termos, propusemos ainda uma parte dedicada ao estudo do vocabulário de alguns verbos relacionados ao movimento cristão e de alguns termos abstratos.

Ao concluirmos este estudo, tentaremos refletir sobre algumas questões que se põem: O movimento cristão foi historicamente responsável pela manipulação do latim e do português em suas mais distintas fases históricas ? A compreensão do movimento cristão nas sociedades romanizadas, em especial a Península Ibérica, poderia explicar com mais exatidão a formação e a constituição (transformação) da língua portuguesa ? Especificamente em Portugal, a presença incisiva e enfática do Cristianismo na versão católica não teria proporcionado uma quantidade significativa de elementos linguísticos, sobretudo lexicais ? De que forma a Literatura em língua portuguesa, especificamente a produção de *Os sermões* de Vieira poderia atestar a presença de um léxico cristão no português ?

Diante do exposto, buscaremos respostas nas próximas páginas.

1 ASPECTOS INICIAIS

1.1 Para uma conceitualização de língua: funcionamento e características gerais

Uma das significativas novidades advinda dos estudos humanísticos foi o desenvolvimento dos estudos linguísticos como ciência, ocorrido principalmente a partir do século XIX. Deste período até os dias de hoje, muitas foram as abordagens e concepções em torno do objeto língua, algo que favoreceu o fortalecimento de suas bases metodológicas na modernidade. Se no período anterior ao século XIX as línguas podiam ser investigadas, por exemplo, sob uma perspectiva filosófica, antropológica ou mesmo histórica, a publicação do *Curso de linguística geral*, de Saussure, criou novas metodologias na verificação dos fatos linguísticos. Como consequência, a partir desse momento, surgiram possibilidades variadas para conceituar língua e compreender o seu funcionamento.

Uma possibilidade de compreensão do termo se volta a sua finalidade, principalmente quando aplicada à sua função social. As línguas humanas capacitam os homens de uma sociedade à comunicação, favorecendo a expressão e a interpretação da mente humana. Nesta perspectiva, insere-se a língua numa função instrumental, ou seja, constitui-se como um recurso humano para estabelecer as relações comunicativas. Desta forma, podemos concluir sumariamente que a língua é um elemento fundamental para o ser humano, pois, como instrumento, serve-nos na organização do mundo, da vida e até de nossos conhecimentos, permitindo as relações individuais e sociais.

Especificamente no aspecto social, há de notar as intensas relações estabelecidas entre língua e sociedade. É sabido que a aquisição de uma língua é fruto da coletividade, assim como também a sua existência ocorre no momento em que os homens se organizam em grupos (sociedades) com a intenção de viver uma rotina mais estável, buscando para si meios de divulgar e traduzir suas ideias.

Na qualidade de instrumento humano, criado pelo e para o homem, destaque-se uma característica fundamental no funcionamento de qualquer língua: a mudança, algo que vem sendo observado nas línguas humanas por um longo tempo. A percepção da transformação linguística é uma das expressões de sua natureza, o que permite afirmar que sem mudança não haveria língua, como em uma simbiose absoluta. Esta relação língua/mudança se acentua

quando consideramos o homem (re)criador em potencial de tudo aquilo que está a sua volta. Para o exercício social, submerso às práticas cotidianas, ao homem cabe a responsabilidade de gerir seu espaço, construindo um cenário favorável à vida. Nesta linha, surgem necessidades como a criação de instrumentos suficientes à facilitação de seu exercício na sociedade. Um destes instrumentos é a língua, condicionada às necessidades de seus usuários, homens mutáveis, o que favorece também a sua mutação.

Sendo, portanto, o ser humano mutável, todos os seus instrumentos também o serão, desde os objetos concretos mais comuns, como uma caneta ou uma tesoura, até sistemas mais complexos, como a língua. Se o homem muda, a sua língua também, algo que vai ao encontro do pensamento pré-socrático de Heráclito, em uma visão superficial de sua obra. Segundo ele, tudo está em movimento, sendo esta característica o princípio das coisas. A consequência de seu princípio é notar que nada pode ser estático. Assim é a língua em seu funcionamento, sensível a toda diversidade produzida pela transformação humana.

Mesmo diante das latentes transformações, as mudanças em uma língua ocorrem de maneira gradual e quase imperceptível ao falante comum. Para conseguir notar com exatidão uma transformação ocorrida, há necessidade de comparar estágios distintos de uma língua. No geral, em uma sociedade, também não percebemos, ou mesmo não atentamos, para as diferenças existentes entre um uso específico de determinado comportamento, seja expresso no tipo de roupa, de alimentação ou práticas religiosas. Quando, porém, tomamos contato com décadas passadas por meio de vídeos ou fotos, surpreendidos pelas diferenças já profundamente adormecidas, não mais conseguimos imaginar seus usos no contexto atual. Talvez o falante comum note a mudança de uma língua somente diante de textos antigos ou mesmo na interlocução com pessoas idosas, usuários de variantes temporais (lexicais, principalmente) não mais utilizadas no contexto atual. Excluindo tais situações, a percepção da mudança não se faz nítida no senso comum. Entretanto, apesar disto, é interessante destacar que o falante, mesmo não notando a mudança, é capaz de selecionar um uso específico no lugar de um outro, demonstrando, assim, ser o motivador para todo o processo de transformação linguística.

Ainda que não seja perceptível, a homeopática mudança em um sistema linguístico pode ocorrer nos vários níveis de seu funcionamento (FARACO, 2005). Considerando que a formação de uma língua ocorre por modalidades sistemáticas (aqui definidas de maneira sumária), veremos que será possível encontrar, em toda e qualquer língua, os seguintes elementos: léxico (o conjunto de palavras), semântica (os significados), morfologia (os elementos mórficos mínimos significativos), sintaxe (a estrutura) e fonologia (os sons). A

morfologia e a sintaxe caracterizam-se por demonstrar certa resistência às inovações presentes num determinado contexto de uso. Desta forma, é possível afirmar que na sintaxe e na morfologia repousa a identidade de uma língua, graças a sua condição de resistir mais acentuadamente às tendências inovadoras em um idioma. Por outro lado, o léxico, a semântica e a fonologia compõem a parte mais flexível de um sistema linguístico, o que justifica a aceitação, por parte destas modalidades, das inovações recorrentes numa determinada comunidade linguística.

Nesta linha, ainda que haja diferenças com relação à recepção e ao tempo de aceitação, podemos notar a ocorrência de mudanças tanto no léxico, na morfologia, na sintaxe, na semântica ou mesmo na fonologia. No geral, os falantes comuns, quando notam uma transformação, estão se referindo ao léxico, modalidade mais visível para aqueles que não dominam, por exemplo, o conhecimento estrutural de uma língua. Apesar disto, é importante salientar que em todos os níveis componentes de um idioma pode ocorrer uma transformação, fruto da coletividade e dos interesses de uma dada comunidade linguística.

Se a mudança é fato natural e comum, vale ressaltar que, durante todo o processo de transformação, nunca uma determinada língua perde a sua capacidade expressiva. Isto nos leva a crer que, como sistemas autônomos dotados de leis próprias, as línguas se organizam e se reorganizam na mente dos seus falantes, demonstrando que seu estágio atual é sempre provisório. Aos falantes restam conjuntos regulares de elementos capazes de representar a mente humana, o que garante a funcionalidade de uma determinada língua em um determinado tempo e contexto.

1.2 A transformação das línguas: questões históricas e analíticas

Sendo a mudança uma característica fundamental para o funcionamento de uma língua, deve-se observar a circunstância de sua ação. Na trajetória dos estudos linguísticos, a sistematização de um modelo voltado à investigação da mudança ocorreu em meados do século XIX (WEEDWOOD, 2002), sendo possível, a partir daí, localizar diferentes propostas com a intenção de contribuir na compreensão do problema.

Uma primeira questão diz respeito ao termo utilizado para referir-se ao processo de transformação de uma língua. No geral, grande parte da literatura produzida com a intenção de abordar a temática tende a utilizar o termo *evolução* para designar a trajetória de

transformação das línguas, passando a figurar praticamente no momento em que os estudos comparatistas do século XIX tomam corpo. Naquela realidade, a concepção desejada no termo tinha como objetivo representar, de forma gradual, o crescimento de uma língua (no sentido de melhoramento), querendo dizer que as línguas, tanto quanto os organismos vivos, nasciam, cresciam, repruziam-se e morriam. Esta concepção estava calcada na Teoria da Evolução das Espécies, de Charles Darwin, lançada em 1859, período que coincide com o momento de desdobramento dos estudos linguísticos. Para os linguistas da época, as concepções propostas por Darwin podiam ser aplicadas ao estudo das línguas, uma vez que muitas, sobretudo as de tradição europeia, expressavam as características presentes na obra do grande naturalista inglês. Como exemplo, em um olhar extremamente objetivo, pode-se tomar o latim, que surge como língua de uma sociedade (nascimento), cresce (numa alusão ao seu desenvolvimento literário), reproduz-se (as línguas neolatinas) e morre. Desta forma, seria viável aplicar às línguas humanas as mesmas condições propostas pela obra de Darwin aos seres vivos. É neste momento histórico que o termo evolução surge no cenário dos estudos linguísticos, acentuando um caráter de aperfeiçoamento das línguas.

Vale ressaltar que, para a concepção da época, ter em seu passado uma origem “nobre” faria de uma língua um instrumento suficientemente estável para expressar “civildade”. Neste plano, encontramos as línguas neolatinas que, por terem uma origem pautada na língua de Roma, eram consideradas herdeiras legítimas de uma tradição romana, com todas as expressões “civilizatórias” daquilo que representara o Império Romano. Acrescenta-se a isto o fato de as línguas neolatinas possuírem um ponto de partida extremamente definido no que diz respeito a sua origem, ou seja, a queda de Roma, bem como um ponto de chegada definido, as próprias línguas novilatinas em seus estágios atuais. Com esta característica seria possível, em tese, rever toda a trajetória das línguas neolatinas, observando-se com mais propriedade as interferências ocasionadas em seu processo de transformação “evolutiva”.

A noção de língua mais evoluída e menos evoluída caminhava paralelamente nos estudos linguísticos com o termo *evolução*. Antes mesmo de Darwin, Jakob Grimm, de origem germânica, famoso por coletar os contos populares de sua terra, propôs uma possibilidade de compreender o problema da transformação de uma língua. Observando a utilização dos vários falares de sua região em comparação com o holandês, o inglês e as línguas escandinavas, notou o grande folclorista que havia um sistema coerente que aproximava tais idiomas, sobretudo na perspectiva do léxico. Além disto, ao observar os sistemas flexivos de todo este material linguístico, Grimm percebeu a diferença flexional entre as línguas, algumas com maior quantitativo de flexões do que outras. Para ele, as línguas

plenas seriam exatamente aquelas dotadas de mais recursos flexivos, sinal de que, segundo sua tese, aquela língua teria gozado de menor quantidade de flexões em seu passado, o que sugere que teria “evoluído” para uma condição mais sublime (FARACO, 2005). Em oposição a esta concepção, surge posteriormente na história do pensamento linguístico a figura de Jens Otto Harry Jespersen, dinamarquês de extremo envolvimento com os estudos da língua inglesa. Para ele, uma língua “evoluída” seria aquela dotada de menor quantitativo de sistema flexional. Desta forma, a língua inglesa, por exemplo, seria plena, pois, em comparação com o latim ou o grego, apresenta um sistema morfológico pouco flexivo (PERINI, 2001).

A mudança de foco do problema ocorre somente com o desenvolvimento do pensamento linguístico norte-americano. Edward Sapir, antropológo e linguista de origem germânica radicado nos Estados Unidos, apresenta uma solução madura com relação ao problema. Ao investigar as línguas indígenas americanas, Sapir observa, na primeira metade do século XX, que as transformações ocorridas no corpo de uma língua não são suficientes para caracterizá-la como mais ou menos plena. Segundo ele, a chamada evolução não concede maior ou menor dignidade a uma língua, representando, ao contrário a sua própria natureza. O termo proposto neste momento é *deriva*, do inglês *drift*, passando a designar uma transformação independente do julgamento de aperfeiçoamento ou decadência, além de assinalar a relação de cadeia na trajetória de transformação de uma língua. Com isto, a partir desse momento, evidencia-se que não é possível, dentro do campo analítico referente à transformação de uma língua, considerar valores positivos ou negativos, algo que se vê também nos estudos culturais em geral. Não podemos nos esquecer que língua é cultura, não havendo, portanto, meios favoráveis para julgá-la em uma perspectiva maniqueísta. Muitas vezes a aplicação confusa do termo está associada não a uma língua em si, mas antes ao crescimento de certos aspectos de uma determinada comunidade, tais como recursos tecnológicos. Assim, quando se faz referência a uma língua “evoluída”, na realidade o que está em jogo é a produtividade, no geral tecnológica, de uma sociedade. Havendo uma forte representação social a partir de todo aparato tecnológico desenvolvido, presume-se que o veículo de comunicação utilizado pela mesma sociedade receba as mesmas considerações relacionadas à produção tecnológica. Com relação a esta pesquisa, priorizaremos a utilização do termo *deriva*, podendo, ainda, fazer uso de *mudança* ou *transformação*.

Um segundo problema referente ao fenômeno da mudança linguística diz respeito ao momento de sua percepção na comunidade científica, algo que se torna latente a partir de meados do século XIX. Antes mesmo dos estudos propostos por Ferdinand Saussure, as línguas humanas, no geral, eram prioritariamente investigadas por sua perspectiva histórica,

fruto de uma concepção bastante recorrente em pleno século XIX. Com a advento do Romantismo, movimento artístico que valorizava, em linhas gerais, o passado histórico, restou aos interessados nos estudos linguísticos atentar às origens de determinados idiomas, sempre com um olhar calcado nas bases históricas (VIDOS, 1996). Com isto, criava-se uma atmosfera preocupada com a historicidade e sua contribuição para explicar, naquela atualidade, a “relevância” de uma língua. Somada ao aspecto histórico, outra preocupação dos interessados nos estudos linguísticos era a comparação das línguas, algo coroado posteriormente com a criação do chamado Método Histórico-Comparativo. Com a criação deste método, que tinha como base instituir modelos precisos para identificar o parentesco de determinadas línguas, os comparatistas tiveram acesso a uma diversidade de idiomas, muitos sem tradição literária. Partindo da análise de um material mais abundante, foi possível perceber que a mudança em uma língua era um fator fundamental em sua natureza (MARTELOTTA, 2011).

Compreender as razões que levam à mudança linguística incentivou vários pesquisadores a criar condições favoráveis à identificação do problema. Uma das possibilidades de verificar o processo que desencadeia a transformação está centrada nas forças atuantes em uma determinada língua. Pode-se assegurar que existem nas línguas, ou em seus falantes, forças que colaboram para que seus elementos sofram algum tipo de transformação. Temos, nesta linha, as chamadas forças centrífugas, ou seja, atuações para que a todo momento as modalidades componentes de uma língua sejam dispersas, garantindo a reorganização dos seus elementos. Para este fim, serviria como exemplo a suposição de fechamento das instituições que fazem uso da língua portuguesa de maneira oficial. Sem estruturas referenciais, o que se veria seria a fragmentação do idioma, algo que também ocorreria caso, hipoteticamente, as regiões ou estados brasileiros passassem a gozar de vida política autônoma, algo que provocaria, ao menos no quesito linguístico, um intenso processo de dialetação. Por outro lado, junto a estas atuações, existem as forças coesivas, colaboradoras da manutenção do sistema. Como exemplo, podemos citar o papel das escolas, sobretudo por sua ação de manter o ensino da língua em um determinado equilíbrio unitário. Ou ainda o fato de um sistema político-geográfico em nosso país que estimula e favorece a preservação de uma língua, em tese, a representar a nação. Tais forças são denominadas centrípetas, caracterizadas por seu poder de centralizar os elementos de dada língua. A ação conjunta destas forças garante às modalidades linguísticas maior poder de estabilidade, comprovando que todas as suas partes se (re)organizam seguindo leis internas próprias, sem jamais deixar de preservar o que é necessário para o exercício de sua funcionalidade (CÂMARA, 1977).

No contínuo processo de transformação, observa-se ainda que há interferências de aspectos internos e externos, ambos propulsores para que uma língua mantenha o seu processo de transformação. Em um primeiro plano, encontramos os fatos internos, ou seja, o grupo de elementos capazes de organizar e dispor todo o conjunto de modalidades componentes em uma língua. Para que haja o funcionamento de determinada língua, faz-se necessária a ordenação própria de seus elementos, algo como uma (re)organização de suas unidades ou mesmo de suas regras. Isto significa dizer que, na mudança histórica, as suas expressões sintáticas, morfológicas, semânticas, fonológicas e léxicas se reconfiguram, sugerindo uma nova disponibilidade de suas formas, sempre visando a uma readequação de seus elementos, ora reduzindo-os, ora acrescentando-lhe novos. Em síntese, trata-se de um olhar puro à língua, sem considerar qualquer relação sua com o seu meio de realização, seja social ou espacial.

Ao lado do elemento interno, temos também os aspectos externos pertencentes ao universo de uma língua. No plano da mudança, existem forças atuantes que resultam das atividades socioculturais dos usuários de determinada língua. Neste campo, encontramos os movimentos sociais, políticos, econômicos e religiosos. Todos estes elementos se relacionam à história política de um povo e de como tais estruturas podem interferir na constituição ou mudança linguística. No geral, as forças externas são, nas mais diversas culturas, intensamente irregulares e singulares, gerando particularidades significativas na construção das línguas. Em termos práticos, ao considerar a atuação de um elemento externo na composição ou transformação de uma língua, buscamos identificar de que maneira fatores relacionados ao universo social de seus usuários acabaram por permitir inovações na língua daquele povo.

Ao associar o elemento externo ao interno, nota-se que, no processo que desencadeia a mudança, a ausência de linearidade ou mesmo de previsibilidade estará presente na história de cada sistema linguístico, demonstrando a singularidade na trajetória dos idiomas. Especificamente na história das línguas neolatinas, há de se considerar uma série de atuações típicas, voltadas à construção dos falares caracterizados no universo na România. Dada a importância dos aspectos externos no campo da transformação, nota-se a pertinência de certos movimentos sociais no seio de determinadas culturas. Nesta perspectiva, encontramos as religiões que, sendo uma criação humana, influenciam os homens e as suas línguas. É neste contexto que localizamos o movimento cristão, mais especificamente o Cristianismo, religião que, presente já na sociedade romana, veio a contribuir na formação das línguas neolatinas de forma que, hoje, seria inviável falar da transformação do latim em suas vertentes sem

considerar o elemento cristão presente neste processo. Ou mais: tratar a formação das línguas neolatinas sem considerar a expressão relevante do conceito social de Cristianismo seria um grave erro teórico na investigação e compreensão dos fatos linguísticos em toda România, sobretudo nas línguas faladas após a queda do Império Romano.

2 LÍNGUA E RELIGIÃO: PERSPECTIVAS SOCIAIS E COMPARADAS

No desenvolvimento do pensamento linguístico no século XX, algumas questões relevantes passaram a vigorar, sobretudo aquela referente à compreensão das relações existentes entre língua e sociedade. Já em Antoine Meillet (1866-1936), no século XIX, estas relações começavam a brotar, discutindo até que ponto os fatos sociais podem interferir na produção linguística de uma determinada comunidade. Nesta linha, começava a surgir nos estudos linguísticos uma nova concepção de abordagem para a investigação de uma língua, algo que posteriormente se chamaria sociolinguística.

A definição do termo não é algo simples. William Bright, encarregado de redigir as atas do primeiro encontro realizado em 1964 com a finalidade de discutir o tema, optou por conceituar a sociolinguística como a relação entre linguagem e sociedade. Tal conceito, além de tentar objetivar sumariamente aquilo que se pretendia, reproduzia uma extensa possibilidade de aplicação ao associar a sociedade aos estudos de língua. De forma geral, podemos considerar a sociolinguística uma ciência que, partindo da linguística, tem por interesse a diversidade de usos de uma língua nas suas múltiplas possibilidades, buscando a compreensão dos elementos motivadores presentes na variação da língua. Havendo mudanças em uma língua, a sociolinguística buscará compreender a sua pertinência, bem como tentar descrever o processo em si de sua trajetória (CALVET, 2009).

As investigações envolvendo a sociedade e a sua língua tiveram efeitos desde os fins do século XIX. Ainda em 1894, Paul Lafargue publicara um estudo tentando explicar as relações entre a Revolução Francesa e o seu papel no vocabulário francês, estudo que, como se vê, preocupou-se somente com um dos componentes da língua, neste caso o léxico.

A sociolinguística tomará vigorosa forma no domínio da língua inglesa, mais especificamente na figura de Basil Bernstein, o primeiro a perceber uma relação direta entre a situação social de determinados falantes e sua conexão com a produção linguística (o uso). Para esse autor, tornou-se clara a noção de que os comportamentos linguísticos são determinados pela estrutura social de onde advêm. A crítica ao seu trabalho, entretando, está corporificada nas considerações de William Labov, linguista norte-americano que coloca em pauta a seguinte questão: se a língua não existe a não ser em um contexto social, falar em sociolinguística não seria o mesmo que falar em linguística? Nesta perspectiva, considera-se que a linguística tem por base o fato de as línguas humanas serem produzidas e realizadas em

uma sociedade, valorizando a extrema relação existente entre língua e seu contexto social (CALVET, 2009).

Em Labov brotará, mais tarde, a corrente denominada linguística variacionista, preocupada em investigar os enigmas da variação em determinadas línguas. Para ele, as línguas mudam porque, além de pertencerem aos falantes, proprietários capazes de propiciar toda sorte de transformação, estão condicionadas às variações das mais diferentes ordens. Nesta linha, variação e mudança estariam em plena sintonia. Se uma língua não se apresenta somente com uma única possibilidade de uso e, ao contrário, demonstra uma infinita gama de expressões, sejam elas as que surgem a partir de variações territoriais (diatópicas) e sociais (diastráticas), tais usos demonstram que em um mesmo sistema linguístico coexistem possibilidades múltiplas, variadas, dinâmicas, algo que exemplifica a natureza das línguas: a mudança.

Havendo, portanto, relações entre a sociedade e a sua língua, até que ponto as criações humanas podem condicionar mudanças em uma sociedade e em sua língua ? Nas diversas comunidades do planeta, nos mais diferentes lugares, os homens organizam suas vidas tendo como base a rotina em sociedade. Isto prova que as suas manifestações são expressas em um conjunto social, demonstrando certo padrão de coerência ou mesmo de igualdade. Para a vida em sociedade, criam os homens recursos que contribuem no exercício de seu cotidiano, visando, sobretudo, à estabilidade e à sobrevivência. Aqui encontramos a língua, produto necessário e indispensável à comunicação.

Há, entretanto, outras criações humanas, voltadas também a sua atuação em uma determinada sociedade. Ao homem, sobram questionamentos a respeito de sua existência, algo que, mesmo diante das gigantescas produções científicas atuais, não é suficiente para satisfazer as suas necessidades nas mais diferentes possibilidades. Para este fim, dá-se também a construção de modelos religiosos que, associados à rotina humana, contribuem no exercício do cotidiano.

Entendida, genericamente, como o conjunto de convicções e de todas as manifestações próprias e particulares cultivadas em cada grupo religioso, a definição da palavra religião se expressa com mais objetividade em seu contexto etimológico. Sua origem está presente no vocábulo latino *religĭo*, associado ao verbo *religare*, ou seja, ligar novamente. A religião constitui uma “ponte” entre o homem e sua(s) divindade(s), evidenciando a relação entre uma determinada comunidade com seu(s) deus(es).

A origem da religião está associada às necessidades humanas de explicar os fatos não compreendidos, buscando esclarecer realidades além das explicações científicas. Sendo assim,

carrega consigo uma forte representação cultural, constituindo um alicerce para a construção de uma sociedade. Trata-se, na verdade, de um produto cultural e, por isso, suscetível a mudanças. O termo passa a representar não só o homem individual relacionando-se com uma ou várias divindades, mas também um grupo, um coletivo. Graças a esta coletividade, dá-se a compreensão de que nas religiões concentram-se grupos com intenções semelhantes, algo próprio de uma sociedade organizada em estruturas comuns. Partindo destas organizações, observa-se a necessidade de práticas sociais similares, algo expresso também na língua utilizada.

A necessidade de uma religião se corporifica à medida que sua existência garante aos homens a ordenação de seu meio, muitas vezes ratificando práticas sociais adotadas em um contexto. Desta forma, a explicação dos fenômenos naturais e até dos sobrenaturais advém de um pensamento calcado na religião, algo que se nota no cotidiano humano. A religião exerce influência ainda na moradia de um indivíduo, em sua alimentação, em seus livros selecionados e até nos comportamentos propostos, desde as relações familiares às relações íntimas. As datas festivas, a organização de um calendário, o tipo de roupa selecionado, os valores morais e o sentido de justiça passam pelo conceito de religião, assim como aspectos políticos e geográficos.

Não só a vida está organizada em torno de uma religião, com seus valores e objetivos próprios, mas também a morte. A maneira com que uma sociedade lida com seus mortos, seja no pré e pós sepultamento, passando pelo conforto causado pela perda, tudo está relacionado aos ensinamentos gerados por uma determinada religião, algo por vezes tão sedimentado na cultura de um povo que torna a relação sociedade / religião / cultura praticamente inseparáveis.

Sendo, portanto, a religião uma marca característica de um povo em sua representação cultural, observa-se que fazer parte de um mesmo grupo religioso garante um maior grau de envolvimento dos homens em seu meio. Há, no mundo, tantas religiões e expressões de religiosidade quantas são as diferenças entre os homens, garantindo múltiplas possibilidades de representar um sentido religioso em cada cultura. Assim, uma religião se diferencia de outra por vários aspectos, desde a composição de seu corpo doutrinário até as expressões físicas de seu espaço (isto quando há na religião a necessidade de espaço próprio para a realização de seu culto / cerimonial ou algo similar), passando ainda por todos os elementos criados para sua expressão, sejam indumentárias próprias ou mesmo ritos, algo que se faz por vezes com alto grau de formalidade ou de simplicidade, expressas a partir do uso de objetos sacralizados que sugerem aos fiéis maior devoção a sua prática.

A centralidade da religião é a divindade, única ou múltipla, propiciando a sua ligação com os homens. Deus ou deuses são projetados na estrutura das religiões, exigindo dos homens, seguidores de determinada fé, a utilização de um veículo de comunicação capaz de movimentar a relação homem X deus(es). Nesta linha, língua e religião, na condição de expressão social, são produtos extremamente associados e interligados já que, por expressarem a cultura de um povo, acabam por herdar todos os anseios e necessidades humanas. Soma-se a isto o fato de que as religiões e as línguas constituem produtos do homem, construídos e idealizados, influenciando-o e sendo por ele influenciadas. Com isto, notamos que qualquer religião construída em uma sociedade afetará diretamente a língua utilizada em seu meio, demonstrando que as relações entre língua e sociedade são aspectos essenciais na realização de um idioma.

Havendo, portanto, extrema relação das religiões com seus contextos sociais, parece visível considerar que em um aspecto cultural as religiões exercem forte influência. Assim, encontramos as relações entre religião e língua, dois instrumentos sociais criados pelo e para o homem, porém mútuos nas interferências.

Na relação entre língua e religião, localizamos um ponto pertinente para esta pesquisa. A língua portuguesa, nascida em ambiente europeu, desde o momento de sua formação pôde contar com a presença da religião cristã. Isto sugere que, desde a sua gênese, o português esteve diretamente associado à cultura religiosa romana, o que necessariamente contribuiu para a construção de um modelo linguístico calcado na intensa presença cristã. Desta forma, julgamos essencial que, na historiografia da língua portuguesa, não seja possível desconsiderar as marcas do Cristianismo no contato com a língua, algo presente em seu passado, no presente e certamente em seu futuro. Olhar a língua portuguesa como objeto de estudo sem considerar todos os componentes culturais de seus falantes é tomá-la superficialmente, visto que a cultura de um povo não pode ser esquecida na investigação linguística. Como vimos, sociedade e língua são fatores extremamente relacionados capazes de explicar, em muitos contextos, qual o comportamento de uma língua diante das inovações propostas por dada religião. Neste caso, tentamos observar como o Cristianismo favoreceu a transformação da língua portuguesa. Em outras palavras, na trajetória de transformação do latim às línguas neolatinas, o papel sociolinguístico da religião cristã foi fundamental na expressão de um pensamento romano, algo que veremos adiante.

3 HISTÓRIA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CRISTIANISMO

3.1 Cultura judaica: fonte lexical primária do Cristianismo?

Uma das grandes influências significativas na formação do movimento cristão foi o Judaísmo, tanto em suas expressões litúrgicas como estruturais. Na história do Cristianismo, é possível encontrar muitas destas heranças, algumas tão sedimentadas a ponto de se estabelecerem como próprias do universo cristão. A seu lado, estão muitos exemplos de elementos linguísticos fornecidos por esta cultura, que, presentes na língua portuguesa através do latim, atesta a riqueza proporcionada por sua trajetória histórica.

Um primeiro passo para a construção de um percurso histórico, social e linguístico do Judaísmo na construção do Cristianismo e sua consequente presença léxica no português diz respeito ao próprio conceito do termo, aspecto não tão simples de ser elucidado. No geral, a referência dada à conceituação de Judaísmo está ligada à própria história dessa religião, manifestada de maneira plural em seu processo de transformação.

Segundo as mais antigas referências tradicionais sobre Judaísmo, sua história tem início na figura de um só homem, Abrão (posteriormente denominado Abraão), o primeiro a declarar, segundo o relato bíblico, o monoteísmo, enfatizando a veneração e a fidelidade a um único deus. Interessante observar que o nome dado a esse profeta vai ao encontro de sua etimologia, originária da língua hebraica. *Abraham*, por vezes com a forma dialetal *'abiram*, significa *“o pai (Deus) é exaltado”*. Tal configuração do termo se relaciona à própria história. Por volta do ano 1.700 a.C., na região da Caldeia, havia uma infinidade de divindades e várias práticas voltadas à astrologia e à astronomia. Essa relação entre caldeus e astrologia fez brotar em muitas culturas a utilização do termo *caldeu* como sinônimo de *mago*, *astrólogo*, *feiticeiro* ou *encantador*, algo inclusive presente em Roma, expresso no latim.

Tendo declarado a necessidade de um monoteísmo em um ambiente politeísta, por sua atitude, segundo o relato bíblico, Deus firmara uma aliança com o profeta, oferecendo em troca o crescimento de seu povo e a herança da terra prometida. Seus dois filhos, Ismael e Isaac, demonstram a prosperidade prometida. Do primeiro, originam-se os ismaelitas ou islamitas, que posteriormente deixariam heranças precisas na língua portuguesa, quando da invasão da Península Ibérica em 711 d.C. Quanto ao segundo, encontramos a ascendência dos judeus, outra linhagem cultural presente no léxico português. Até este momento, a melhor

representação daquilo que tradicionalmente chamamos de Judaísmo pode ser designado por *Hebraísmo*. Suas características estariam presentes na identidade proposta por seu fundador, especificamente na expressão do monoteísmo, representado por um Deus que não admite rivais.

Outra possibilidade de avaliar o termo Judaísmo está em mais uma fase de sua trajetória. Após Abraão, já com os judeus no Egito, ocorre o nascimento de Moisés, atirado ao rio para garantir sua sobrevivência. Popularmente, a etimologia do nome está no hebraico *mshh*, com sentido de “tirado das águas”. Outra possibilidade, mais científica e menos vulgar, está no termo egípcio *meshu*, com o significado de nascer. Na história do Judaísmo, a presença de Moisés assume relevante valor. Com ele, os judeus são retirados do cativeiro e levados em segurança para uma terra prometida. Houve ainda, nesse período, a construção de uma legislação voltada à organização da religião. Desta forma, é possível falar de um Mosaísmo, ou seja, de um conjunto de leis e normas promulgadas por Moisés, expressas nos cinco primeiros livros da bíblia atual (Pentateuco).

Efetivamente, a história do Judaísmo, tal qual a conhecemos, adquire maior substância a partir do momento em que os judeus passam a viver de forma fragmentada nas mais diversas regiões do mundo antigo (diáspora). Essa realidade fez brotar a necessidade não mais de um templo, mas de espaços específicos para a realização de seus serviços religiosos e de ensinamentos (a sinagoga). O líder religioso não era, a partir daí, representado pelo sacerdote, mas pelo rabino, o doutor da Lei, apto a interpretar os ensinamentos dentro de uma determinada cultura. Essa configuração da religião judaica se fez presente no Império Romano, principalmente após a destruição do segundo Templo. Durante os cinco primeiros séculos de nossa era, é esta a concepção judaica presente na vida social romana. Observa-se, com isto, a extrema conexão entre esse modelo de vida religiosa judaica com as já nascentes concepções cristãs, desenvolvidas com mais propriedade a partir do final do primeiro século.

Em Roma, a cultura judaica já era apreciada com certa parcimônia. Os judeus eram admirados pela sua ética, pelos valores familiares, pela prosperidade financeira, além de sua preocupação com os mais necessitados, atitude assumida e seguida pelas primeiras comunidades cristãs nascentes. A dignidade e a caridade da vida judaica eram opostas ao modelo religioso romano, com seus animais aterrorizados e com cheiro de sangue, tudo em escala industrial. Nesta perspectiva, é possível afirmar que o Judaísmo da diáspora continha uma matriz bastante cristã, favorável a uma expressão humana pouco valorizada no ambiente romano. Em outras palavras, é possível afirmar que o Cristianismo, nascido posteriormente, viria a conter uma matriz consistente do Judaísmo da diáspora. Talvez por isto encontramos

em Roma, ainda no Império, uma forte presença judaica, comprovada pela construção de inúmeras sinagogas, representantes de um novo modelo religioso inserido naquele contexto cultural. São esses judeus que provocam na sociedade romana uma certa atração, isto também porque praticavam o monoteísmo muito antes de a sociedade romana existir historicamente. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os judeus despertavam certa curiosidade na sociedade romana, também expressavam comportamentos vistos como excêntricos, pois praticavam o *shabat* (entendido pelos romanos como sinônimo de preguiça), a circuncisão (mutilação ofensiva), abstinência da carne de porco (uma vaidade), além de manterem um estilo de vida fragmentado do restante da sociedade, tolerado apenas por tributos pagos.

De fato, uma das maiores heranças advindas da cultura judaica na formação do Cristianismo está no monoteísmo, algo que se legitima como verdadeira vanguarda da fé cristã. Além disto, a bíblia cristã resguarda grande parte da tradição escrita do Judaísmo, comprovando o seu caráter de aproximação, coroado ainda com a figura maior do movimento cristão, Jesus Cristo, um judeu. Tais exemplos não atestam somente uma influência cultural da cultura judaica no ambiente cristão. Junto a essas marcas culturais, ficaram também as marcas linguísticas, demonstrando que, desde o primeiro momento, ainda em Roma, muitos elementos lexicais do Judaísmo se estabeleceram no latim, passando posteriormente ao português.

Em primeiro lugar, citemos o termo *amém*, de largo uso na cultura cristã, geralmente enunciado ao final de preces, alguns cânticos ou orações, com a finalidade de ratificar as palavras evocadas naquele contexto. Sua origem vem do hebraico *amen*, passando para o grego na forma de *amēn*. No latim cristão, o termo assume a forma de *āmēn*, passando para *amen* no português do século XIII. Seu uso está atestado especificamente no mundo cristão, presente, por exemplo, no Pai Nosso.

Outro uso bastante recorrente no português é o termo *aleluia*. Originário do hebraico *halellu-Jah*, tal forma passou para o grego *allēlouia* com o mesmo significado original, ou seja, expressão de louvor a Deus, regozijo e exclamação de alegria e júbilo. No latim cristão, o vocábulo era *allēlūia*, originando em português, ainda no século XIII, a forma *alleluya*.

Da cultura judaica advém ainda o termo *páscoa*, que se refere, originariamente, à festividade hebraica anual de celebração da saída dos hebreus do Egito, considerada, ainda hoje, uma festa nacional de Israel. O rito tinha como base a realização de um banquete em que um cordeiro de um ano de vida devia ser morto, assado por inteiro e comido por todos. As sobras não podiam ser guardadas, sendo, portanto, queimadas. A concepção cristã para o termo passa a vigorar somente mais tarde. Para o Cristianismo Cristo foi considerado o

cordeiro morto em sacrifício de toda a humanidade. Sua morte ocorreu exatamente na época da Páscoa judaica, tornando-se, a partir daí, uma das maiores festas do Cristianismo, voltada à comemoração da ressurreição de Cristo. A origem do termo está no hebraico *pessah*, com a forma aramaica *pashā*, passando para o latim cristão com o vocábulo *pascha*. Acredita-se ainda na existência da forma **pascua*, provavelmente de uso no latim vulgar e de maior influência para a constituição do vocábulo em português. Vieira assume o termo com a grafia *paschoa*, designando um sentido cristão, como se vê no título do Sermão da Primeira Oitava da Páscoa, pregado em Belém, Pará, no ano de 1656 e no título do Sermão do Quarto Domingo depois da Páscoa, pregado em São Luiz do Maranhão. Em ambos os casos, o autor utiliza o termo para fazer referência às festividades cristãs do período Pascal. No Sermão da primeira oitava da Páscoa, pregado na Capela Real em 1647, temos o seguinte uso do termo: “... *contra o estilo que ordinariamente costumo seguir, quero por páscoa que seja o sermão a mesma história.*”

Outra festa judaica assumida pela religião cristã é o *pentecostes*, celebrada cinquenta dias após a Páscoa. Comemora-se, nesta festividade, segundo a tradição cristã, a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, representada pela diversidade de línguas utilizadas naquele momento. Segundo o relato bíblico expresso em Atos 2:1-4, os apóstolos reunidos presenciaram a chegada, como um vendaval, de línguas de fogo que pousavam em cada um dos presentes, possibilitando-os a utilizar línguas estranhas, diferentes entre si, algo que foi denominado por “dom de línguas”. Para o Cristianismo, o significado está no avivamento da fé e de sua divulgação (evangelização), pois, a partir dessa experiência, solidificou-se, nas comunidades cristãs, uma consciência da missão da igreja nascente. A origem do pentecostes está no Judaísmo primitivo, comemorada por ocasião da colheita do trigo. Nesta religião, mais tardiamente, passou a ser caracterizada como uma festa de motivo histórico, relacionada ao aniversário da entrega da Lei a Moisés, fato ocorrido cinquenta dias após a saída do Egito. O pentecostes é mencionado com maior frequência no Novo Testamento, tendo, por isto, grande relevo na fé cristã. Etimologicamente, o termo provém do grego *pentēkosté*, originando, no latim cristão, a forma *pentēcostē*. Na língua portuguesa, foi conhecida a forma arcaica *pintecoste*, no século XIII, tendo se fixado, após várias mutações, a forma atual. Em Vieira o termo aparece com a grafia *pentecosten*, já com sentido totalmente cristianizado, algo que se vê no título dos sermões pregados no Décimo Sexto Domingo após o Pentecostes e o sermão pregado no Vigésimo Domingo após o Pentecostes. Interessante destacar que o termo em questão começa a apresentar, após Vieira, novo sentido em língua portuguesa.

A partir do final do século XIX e início do século XX, algumas comunidades protestantes, sobretudo nos Estados Unidos, convictas da presença do Espírito Santo de forma mais atuante, passaram a manifestar um maior apelo aos princípios do fundamento cristão nas práticas doutrinárias, teológicas e cotidianas. Marcados pela necessidade de expor, com muita intensidade, as sensações proporcionadas pela fé, os seguidores dessa nova experiência não intencionavam a criação de uma nova religião, mas sim de um avivamento. No Brasil, a presença do movimento ocorreu em 1910, em Platina, Paraná. A partir dessa data, muitas foram as igrejas que, ao assumirem esse padrão de fé, passaram a se auto proclamar *pentecostais*, agrupados no movimento do *Pentecostalismo*. Assumido no Brasil principalmente entre as classes mais pobres, não tardou a sua vulgarização inclusive nas igrejas protestantes consideradas históricas (Batista, Presbiteriana, Congregacional etc), favorecendo, em nosso idioma, a criação do verbo *pentecostalizar*, utilizado para designar a condição de uma igreja ao se inclinar aos modelos propostos pelo pentecostalismo. Ao lado da forma verbal, encontramos ainda o substantivo *pentecostalização*.

Percebe-se, assim, que os termos oriundos do Judaísmo na língua portuguesa se mantiveram vivos graças ao movimento cristão, incentivador máximo da herança judaica.

3.2 Formação histórica do Cristianismo: bases elementares

A construção de um perfil historiográfico voltado à compreensão do movimento cristão tem como base a representativa figura de Jesus Cristo, considerado pelos próprios cristãos o fundador do movimento denominado Cristianismo. Desta forma, a experiência proposta em vida por Cristo norteia a formatação e a sedimentação da fé cristã, sempre associada a múltiplas tendências do Judaísmo, um dos alicerces fundamentais para o desenvolvimento do movimento cristão.

A biografia de Cristo é ponto controverso. Para os seus seguidores, ou seja, aqueles que projetam toda credibilidade na bíblia, os evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João) são fontes máximas para a compreensão do fundador da fé cristã. Assim, para eles, Cristo é nascido do Espírito Santo, tendo sido anunciado por um *anjo*. Esse vocábulo se conecta ao hebraico *mal'ak*, ou seja, o mensageiro, tendo assumido no grego a forma *angelos*, com a mesma significação. Essa ideia é reaproveitada dentro do latim cristão através de empréstimo

direto da língua grega, assumido a forma *angēlus*. O termo é utilizado em Atos (12:07): “*Mas, de repente, o anjo do Senhor surgiu e o local ficou inundado de luz. O anjo despertou Pedro batendo-lhe no lado: ‘Levanta-te depressa!’*, disse. *As correntes se desprenderam das mãos de Pedro.*” Em português, especificamente no século XIII, formas como *ango*, *angeo* e *angêo* são encontradas no processo de transformação de nosso idioma. Para o Cristianismo, o *anjo* é o mensageiro de Deus e o seu intermediário entre o homem. Vieira atesta o uso do termo em português no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado em 1645, conforme o fragmento a seguir: “...o *anjo*, que viram as *Marias* vestido de branco, também era verdadeiro *anjo*.”

Cristo foi gerado de uma virgem, protagonizando diversos prodígios e milagres (um dos mais significativos a sua própria ressurreição), ainda que seu nascimento tenha ocorrido em uma *manjedoura*, local que representa a humildade. O termo, tendo como equivalente em português a forma *majedoura*, significa o local onde se coloca o alimento para os animais. Sua origem está ligada ao latim *manducāre* que originou em francês *mangier*, forma aproveitada e adaptada pelo italiano em *mangiare*. Com a mesma significação dos verbos em italiano e em francês, há em língua portuguesa o verbo *manjar*, forma que atualmente beira ao arcaísmo. O vocábulo *manjedoura*, provavelmente uma adaptação do italiano *mangiatoia*, é uma formação híbrida do substantivo *manjar*, com sentido de comida, mais o sufixo *-douro/-doura*, encontrado também em palavras como *bebedouro* e *vindouro*. Dentro do Cristianismo, a *manjedoura* adquiriu uma importância maior, pois passou a ser não só o local utilizado como fonte do sustento material dos animais, mas também, com Cristo, representação da fonte do alimento espiritual para toda a humanidade. Em Vieira o termo se apresenta no Sermão de São Roque, pregado na Capela Real em 1659, com o grafema g, como se vê na seguinte passagem: “*O rigor do inverno, o desabrigo do portal, a aspereza das palavras, o pobre, o humilde, o desprezado da mangedoura ?*”

Para a História, interessa considerar que Jesus foi um judeu, seguidor do Judaísmo e de suas práticas, proveniente da Galileia, batizado por João Batista e morto (crucificado) durante o período de dominação romana na Judeia, na administração de Pôncio Pilatos. Designado por Jesus de Nazaré (Mateus 26:71) ou mesmo filho de José (Lucas 4:22), sua vida e obra na terra giram em torno da primeira metade do século I. Cristo teria divulgado a sua fé em aramaico, veículo de comunicação pertencente, no geral, às comunidades mais humildes do oriente. O termo *Cristo*, hoje associado ao nome *Jesus*, é posterior ao nascimento do movimento cristão, proveniente do hebraico *Masiah*, passando ao grego com a forma de *Christos*, ou seja, o “ungido”. Posteriormente o vocábulo foi incorporado ao latim na forma

Christus e passou para a língua portuguesa na forma *Cristo*. Em Vieira o termo é registrado no Sermão da Ressureição de Cristo, na seguinte passagem: “*Quem mais ama, mais madruga. Assim o fez nessa divina manhã o divino amante Cristo, continuando os desvelos do seu amor...*”

A mensagem de Cristo é iniciada na Palestina, à época uma região com mais de dois milhões de habitantes que constituíam uma diversidade de culturas, dentre as quais a romana, a dominante naquele período. Além dos romanos, havia judeus, gregos e sírios, constituindo um verdadeiro mosaico de civilizações. Descontentes com a dominação romana, os judeus criaram muitas facções, dentre as quais podemos citar os fariseus (ligados às práticas e às tradições judaicas como forma de separação das demais culturas), os saduceus (membros da aristocracia judaica que apoiavam a dominação romana), os zelotas (favoráveis à resistência armada contra os romanos) e os essênios (pacíficos e isolados de todas as questões políticas). Os essênios preferiam a vida retirada ao deserto, demonstrando total simplicidade em seu modelo de vida. Jesus teria optado pela vida adotada pelos essênios, seguindo especificamente João Batista, um profeta que batizava seus seguidores no rio Jordão. O próprio Jesus foi batizado por João, optando, posteriormente, por seguir uma vida dedicada à pregação de sua mensagem na Galileia, nas sinagogas dos vilarejos vizinhos que não tinham um rabino para orientar espiritualmente a comunidade. A temática principal de sua mensagem era o reino de Deus, seu advento e seus prodígios, como exemplificam os milagres proporcionados pelo próprio Jesus.

Com a divulgação de sua fé, não tardou para que Jesus escolhesse os seus seguidores, os apóstolos, palavra que advém do grego *apóstolos*, com significado de enviado ou emissário, absorvido no latim cristão com a mesma ideia grega, porém com a forma *apōstōlus*. Seu significado representa o indivíduo que é o mensageiro de Cristo, apto a pregar e propagar a fé cristã. Em língua portuguesa, o sentido advém diretamente do latim cristão, como grande parte de nosso vocabulário cristão, tal qual atesta Vieira em um dos seus mais célebres sermões, pregado na capela real no ano de 1655. Na ocasião, Vieira foi a Portugal após diversos fracassos vivenciados na missão do Maranhão. Nesse sermão, denominado Sexagésima, o autor expõe severas críticas ao clero da época. Ao relacionar a pregação dos padres à prática de pregação dos apóstolos, assim ele diz: “*Ide, e pregai a toda criatura. Como assim, Senhor ? Os animais não são criaturas ? As pedras não são criaturas ? Pois hão os apóstolos de pregar às pedras ?*” No mesmo sermão, Vieira assim utiliza o termo: “*Veio o Espírito Santo sobre os apóstolos e quando as línguas desciam do céu...*” Nota-se, em ambos os casos, sentidos plenamente cristianizados. Eram os apóstolos em número de

doze, como as tribos de Israel antes da divisão. Com eles, Jesus buscava transmitir uma mensagem baseada na demonstração de um reino celestial, não mais terreno como ansiavam os judeus.

Sua pregação, apesar de iniciada dentro das comunidades judaicas, era universal expressando amor e caridade em abundância, com forte apelo emocional. Por isso é possível notar na língua usada por Jesus um vocabulário representativo capaz de expressar uma originalidade corporificada no cerne de sua mensagem, com uma carga emotiva presente no léxico aramaico. A emoção contida no vocabulário influenciará futuramente a língua latina, por meio do grego, gerando todo um conjunto vocabular típico do movimento cristão.

Uma das propostas divulgadas por Cristo eram a noção de desapego e a simplicidade de vida. Segundo ele, essas características tornavam os indivíduos mais próximos de Deus. Na realidade, Jesus, como ele mesmo se considerava, era Deus, apresentado na forma humana com a intenção de salvar a humanidade. Suas considerações não projetavam aos judeus qualquer credibilidade, principalmente para os saduceus, descontentes com certo interesse das comunidades judaicas à conversão àquela nova fé. Com isto, Cristo significava um perigo, não só a algumas facções do Judaísmo, como também para os romanos, detentores do poder. Surge, daí, a necessidade do silêncio da mensagem pregada, sendo Judas Iscariotes um dos responsáveis.

Segundo o relato bíblico, Jesus, no dia da Páscoa judaica, preparava-se para o jantar ritual daquela noite, tomando o pão e o vinho no final da refeição e dando graças. Um dos termos utilizados é a afirmação que este é o símbolo da “...*Nova Aliança*...” (I Coríntios 11:25). Com essa expressão, pretende-se declarar que, a partir daquele momento, há a caracterização de um novo povo de Deus, que goza do direito de ter seus pecados perdoados. Essa experiência do perdão será, inclusive, um dos motes fundamentais para que a fé cristã alcançasse a dimensão de uma religião universal, de grande interesse das populações conhecedoras daquela verdade pregada a partir da *conversão*, termo voltado a significar a adoção, neste caso, da fé cristã, assumindo um determinado indivíduo uma nova identidade religiosa.

Especificamente no Cristianismo, sempre houve e ainda há uma forte ênfase a um encorajamento na divulgação de sua mensagem como forma de buscar mais convertidos. Em Atos (15:03), temos exemplo do uso do termo ao se referir aos desconhecedores da fé. Segundo o texto, Paulo e Barnabé, em uma viagem pela Fenícia e por Antioquia “...*narravam ali a conversão das nações pagãs e provocavam assim uma grande alegria em todos os irmãos.*” Na língua portuguesa, não se trata de um termo específico do movimento cristão,

pois a *conversão* pode ocorrer desde uma aceitação de um modo de vida, de uma filosofia, ou até mesmo a partir da adoção de um partido político. Entretanto, nas comunidades cristãs atuais, principalmente nas múltiplas vertentes do Protestantismo, o termo se torna cada vez mais vulgar. A origem de *conversão* está no latim *conversio*, *-ōnis*, presente em português desde o século XIII. Houve no século XV a forma *conuersom*. Vieira faz uso do termo no Sermão da Sexagésima, pregado na Capela Real em 1655, conforme atesta o fragmento a seguir: “*Que cousa é a conversão de uma alma, senão entrar um homem dentro de si e verter a si mesmo?*” Há registros de outros vocábulos no português oriundos da mesma base, tais como o verbo *converter* (século XIII), *convertido* (século XV) e *conversor* (século XX), esse último mais recorrente fora do movimento cristão.

Após a comemoração da ceia, Cristo é levado ao Sinédrio e, mesmo sem acusações formais sobre seu caso, é condenado a uma das piores penas que Roma poderia oferecer aos culpados por crimes. Pilatos se isenta da culpa e manda que seus soldados levem Jesus. A partir daí, dá-se a crucificação, confirmando que Roma era extremamente dura com os seus cidadãos e altamente feroz com os seus inimigos.

Entretanto, apesar do esforço romano na dissolução de um pensamento filosófico inovador em seu meio, não bastou a crucificação para que a mensagem propagada fosse silenciada. Após a morte de Jesus, os apóstolos mantiveram acesa a essência do movimento cristão, praticando reuniões particulares na forma de uma comunidade ainda dentro do Judaísmo, já que frequentavam o templo e seguiam os preceitos da fé judaica. Com isto, podemos perceber que o Cristianismo, em sua fase inicial, surge como uma seita do Judaísmo, caminhando cada vez mais para uma autonomia de sua organização.

Saindo do oriente, não tardou para que as primeiras notícias da nova fé chegassem ao ocidente, especificamente ao Império Romano. Já na primeira metade do século I d.C., a mensagem cristã estava em Roma, cativando as populações a uma nova concepção de vida e religião. Com isto, admite-se, segundo o Cristianismo, que Cristo pregou e foi pregado, tornando a sua mensagem um modelo a ser levado a outros povos.

3.3 Religião na Roma pré-cristã

Considerando o longo período de existência do Império Romano, é possível notar a constituição de etapas específicas em sua história. Desta forma, não seria equívoco afirmar que, durante o desenvolvimento da sociedade romana, três períodos distintos estiveram presentes na sua longa trajetória, a saber, Realeza, República e Império. Nas três fases da história social romana, é possível localizar expressões características de um modelo religioso, algo notável na transformação e formação do mundo romano.

Historicamente, o período da Realeza em Roma tem início paralelo às manifestações lendárias da sua própria fundação. Já no relato mítico de Rômulo e Remo, é possível encontrar ecos de uma administração calcada na figura de um rei.

Durante a Realeza, considerada a primeira fase de sua história, a religião podia ser entendida como fruto das expressões mais elementares, representada por uma vida social bastante simples e sem grandes pretensões. Graças ao contato com os povos que habitavam a Península Itálica, não tardou para que as influências culturais provenientes dos sabinos, lígures e etruscos passassem a contribuir na formação e estruturação do pensamento religioso em Roma. Uma das expressões do período estava no aproveitamento das manifestações religiosas praticadas pelos etruscos, como a tomada dos auspícios, ou seja, a consulta aos deuses com a intenção de adivinhar o futuro.

Outro traço característico da fé em Roma estava na configuração de uma religião doméstica praticada essencialmente pelas grandes famílias patriarcais. Os patrícios se consideravam detentores de todos os direitos em Roma, visto eles mesmos se declararem descendentes diretos de Eneias, o grande herói troiano que supostamente teria contribuído na formação da civilização romana.

A prática religiosa era realizada de forma privada, presidida pelo *Pater familias*, o responsável por determinado lar. Era ele que, dotado de toda responsabilidade e direito sobre os membros de sua família, conduzia a realização do culto, fornecendo ainda ensinamentos para a perpetuação da cultura religiosa. Os romanos mantinham em casa uma chama que nunca poderia se apagar, e utilizavam materiais específicos para a manutenção do fogo, considerado sagrado. No geral, as cerimônias eram constituídas pelo sacrifício de boi, porco ou ovelha às divindades, seguidas da divisão das partes aos familiares. As divindades adoradas eram no geral representadas pelos espíritos que circundavam aquele contexto familiar, prova de que uma religião está condicionada às realidades da percepção espacial de uma cultura. Havia os *Penates*, protetores dos bens familiares e da despensa, e os *Genius*, espíritos dos familiares já falecidos. Estes eram adorados não com uma intenção de saudade, mas por respeito a sua memória. Não fazê-lo seria sinal de desrespeito, ocasionando um

possível descontentamento expresso por prejuízos no lar e nas relações familiares. Além destes, era possível encontrar os *Manes*, protetores das almas dos mortos, e o *Lar Familiaris*, considerado o protetor do lar.

Outro aspecto interessante dessa religião praticada na Realeza era o seu caráter unificador, pois a sua prática condicionava toda a família a uma identidade maior do que, por exemplo, os traços físicos herdados entre os parentes, comprovando a sua extrema relevância naquela cultura.

Somente mais tarde a religião romana tomará outro rumo, especificamente com o fim da Realeza e o início da República, ocorrido por volta de 509/510 a.C. A partir deste momento, a sociedade romana passa a demonstrar certo grau de sofisticação, expressando na religião toda visão de mundo estabelecida em seu contexto. Agora não mais a religião deve pertencer às famílias patriarcais, mas antes todos os romanos podem gozar deste direito, tornando-se, por isto, religião pública. O estado passa a gerir a realização do culto, instituindo, para tanto, sacerdotes profissionais. As adorações, restritas anteriormente ao ambiente familiar, agora são realizadas para todos, com intercessões (*supplicationes*) ou agradecimentos públicos em favor da saúde, prosperidade, fecundidade e êxito militar. As preces deviam seguir um protocolo com rezas fixas, nítidas, acompanhadas de certos gestos indispensáveis à clemência divina. Com isto, devia o latim, veículo da comunicação, inclinar-se às necessidades expressivas para tornar as preces aceitáveis pelas divindades.

O rei, que durante o período da Realeza, acumulava para si a administração da religião, já não existe, pois o sistema republicano legitimara as funções administrativas ao senado, referência máxima da democracia em Roma. A religião, desta forma, é gerida pelos sacerdotes, sendo uma das suas funções instituir a legislação específica para a prática religiosa, com disposições referentes aos sacrifícios e aos períodos adequados a sua realização. A religião romana passa a contar com a figura do *Pontifex Maximus*, chefe dos Colégios Sacerdotais e das Vestais, consideradas as responsáveis pelo templo de Vesta, a deusa da vida. Havia ainda os sacerdotes de Júpiter, de Marte e de Quirino, alicerces do poder patricio em Roma, pois até o Direito e a Justiça, em suas práticas elementares, estavam associados às prescrições religiosas.

Partindo do processo de conquistas patrocinado pelos romanos (Romanização), não tardou para que a Grécia passasse a figurar como colônia. Com o nome de *Acaia*, anexada em 146 a.C., esta região que, muito antes da existência histórica de Roma já influenciava as populações na Península Itálica, agora passa a exercer maior domínio cultural à sociedade romana. A religião grega, centrada no politeísmo, passa a exercer forte influência de suas

inúmeras divindades representadas com formas humanas. Assim, os romanos importaram grande parte dos deuses gregos para a Península Itálica, estimulando a transformação de todos os seus próprios deuses em formas humanas. Júpiter, uma das maiores divindades em Roma, é identificado com Zeus, assim como Minerva, releitura de Atenas, e Líber, relacionado com Dionísio.

Não só a cultura grega gerou este tipo de influência. À medida que as fronteiras romanas dilatavam-se com a conquista de novos povos, mais os romanos incorporavam tendências religiosas forasteiras, aumentando expressivamente o quantitativo de deuses. Esta é, inclusive, uma prática que facilitaria, posteriormente, a entrada do Cristianismo e de seu deus em território romano, devido à abertura patrocinada pelo interesse nas culturas exteriores. Desde sempre, Roma foi bastante tolerante com as novidades advindas em seu território. A liberdade de expressão e de divulgação era concedida desde que não ameaçasse a estrutura político-organizacional do império, algo que favorecia, por exemplo, a presença da cultura helênica e judaica.

Com o aumento significativo das divindades em Roma, gerir todas as manifestações religiosas a cada divindade tornou-se uma atividade impossível. Neste momento, a religião tornava-se cada vez mais uma base de troca entre o fiel e o seu deus, não havendo, necessariamente, um corpo doutrinário próprio para a expressão da fé. Sacrifícios eram oferecidos somente com a intenção de obter favorecimento, sem que neles existisse algum poder mágico ou piedoso. De certa forma, esta concepção mais objetiva em relação à fé em Roma esteve associada também às condições trazidas pela filosofia grega.

As crenças tradicionais romanas eram vistas com extremo teor cético, admitidas com desprezo e inutilidade, sobretudo nas classes mais intelectualizadas. A sua prática só era justificada por uma mera segmentação política ou cultural, preocupada sobretudo com as virtudes civis ou mesmo as aparências sociais. Em troca das concepções religiosas, os romanos se voltavam às atrativas filosofias gregas, tanto do epicurismo como do estoicismo. Isto se justifica já que, desde muito cedo, os romanos valorizaram a cultura proveniente da Grécia, algo demonstrado na utilização da própria língua grega como idioma de cultura, além dos hábitos cotidianos. Como na Grécia, em Roma os filósofos exerciam o papel de divulgadores da filosofia, realizando, inclusive, sermões com tal finalidade.

Toda essa estrutura de descrença em relação à tradicional concepção religiosa romana ocasionava, homeopaticamente, a decadência da própria religião, gerando colapso do culto, da moral e da ética. Já na fase do Império, essa condições se acentuavam, seguindo-se da nomeação do imperador ao cargo de *Pontifex Maximus*, algo que traria ainda mais

descrédito na relação à prática religiosa. Somado a estas questões políticas, é importante salientar que, já no final do século I a.C. o Império passava por severas crises, principalmente sociais, geradas por excessivas fraudes administrativas, políticas, e pela decadência financeira e militar, acentuada pelo patrocínio de guerras além das fronteiras. Todo este panorama levava o cidadão romano à busca de novas possibilidades de compreensão do seu universo, de seu espaço, de sua vida, tornando qualquer porta de acesso uma possibilidade de mudança. Nesse contexto dá-se a chegada do Cristianismo.

3.4 A Roma cristã

A presença do Cristianismo em Roma é produto da fé dilatada, ansiosa por levar a mensagem de salvação proposta por Cristo. Antes mesmo de sua morte, houve também por toda a Palestina a divulgação da fé pregada pelo próprio Cristo. Nesse período, encontramos um pensamento religioso inteiramente contextualizado ao ambiente oriental. Os apóstolos, após a crucificação, realizavam reuniões particulares, formando, entre si, uma nova comunidade alicerçada na cultura judaica, apesar de manter a frequência ao Templo. Assim, é correto entender que as primeiras comunidades cristãs, como já dissemos, fossem consideradas seita do Judaísmo, com valor extremamente pejorativo.

Para os saduceus, a presença de novos grupos cristianizados no ambiente judaico não expressava os valores tradicionais do Judaísmo. Ocorre, a partir de então, uma tendência à fragmentação dos grupos paralelos presentes no universo judaico. Isto se acentua ainda mais quando Estêvão, ao acusar os judeus e os sacerdotes do Templo de patrocinar a crucificação, é condenado à morte. Tal fato contribuiu ainda mais para que as comunidades cristãs formadas dentro do Judaísmo buscassem novos rumos para a segmentação de sua fé, agora a caminho do oeste. Para este fim, favorecia ainda um dos valores máximos do nascente Cristianismo, que tinha como meta a divulgação de sua fé a todos os povos.

Nesta concepção, o Cristianismo foi uma religião fundada no oriente e levada também ao ocidente, especificamente ao Império Romano. A princípio sua chegada não foi motivo de maiores problemas. Havia, em Roma, um forte descontentamento com as realidades da vida cotidiana. Qualquer novidade forasteira, advinda de toda parte do longo império, poderia proporcionar às comunidades romanas algum tipo de reavivamento. Essa prática, inclusive, era bastante comum na cosmopolita Roma. Muitas religiões oriundas do mundo conhecido

eram acolhidas no panteão romano, readaptadas e contextualizadas às necessidades do Império. Na realidade, o Cristianismo, entendido a princípio como parte do Judaísmo, era apenas mais uma das exóticas religiões levadas à eterna cidade, sem que pudesse significar um perigo a sua administração. Com isso, os próprios missionários puderam gozar de extrema facilidade na divulgação de sua fé, pois faziam uso das famosas estradas (Vias Consulares) e da paz (segurança) proporcionada pelas armas romanas. Isto prova que, ainda na primeira metade do século I d.C., o Império Romano era tolerante com as primeiras manifestações da nova fé oriental.

Essa situação primária, entretanto, tomará um novo rumo. Já que o Império era constituído por grande contingente humano parco de recursos, não tardou para que a nova fé divulgada se tornasse bastante aceita naquelas populações necessitadas, ávidas por uma palavra de conforto e de alento. Roma, desde antes do fim do primeiro século antes de Cristo, contava com uma sociedade extremamente corrupta, algo que se via no Senado, na vida pública e particular, na religião e também no sistema jurídico. Tratava-se de uma sociedade estagnada, desiludida com o seu sistema social. Principalmente nas classes desprestigiadas, o sentimento de apatia ao sistema romano se tornava ainda mais potencializado, somado pela extrema pobreza, miséria e desgastes sociais. Estas características demonstram que, no seio da sociedade romana, havia um caminho aberto para que novas filosofias ou credos pudessem preencher os vácuos proporcionados pela falha administração romana.

Assim, pouco a pouco as massas em Roma adotavam a fé cristã como modelo de vida religiosa, o que significava uma ampla conversão em todos os aspectos. A mensagem trazida revelava à sociedade a existência de uma vida pós-morte, repleta de expressivas heranças ao lado das mais ilustres figuras da nova fé. Segundo os evangelhos, o pós-vida seria glorioso, em um paraíso jamais imaginado pelas classes necessitadas. A religião pregada, neste sentido, era a expressão de uma vida melhor, abundante de bens espirituais, revitalizando sobretudo os menos favorecidos. Tratava-se de uma nova e boa mensagem, segundo o evangelho. Essa noção está estampada no livro de Marcos (08:35), demonstrando a promessa de um porvir venturoso para aqueles que creditassem sua fé à causa: *“Pois quem quiser salvar sua vida vai perdê-la; mas quem perder a sua vida por causa de mim e do Evangelho vai salvá-la.”* O termo *evangelho* desde o início do Cristianismo estava relacionado à narração da vida de Jesus, com a intenção de revelar seus ensinamentos, sua natureza divina e seu convite à fé cristã. Sua origem está no grego *euaggélion* formado a partir de *eu* (significado de bem) mais *ángelos* (significado de mensageiro), caracterizando a noção de boa mensagem. No latim cristão, a forma grega é traduzida por *evangélium*. No português, conhecidas foram as

palavras *evangeo*, *euangelho* (ambas do século XIII) e finalmente *evangelho*. Seu significado expressa a doutrina de Cristo ou mesmo os livros escritos pelos apóstolos com base nos ensinamentos de Cristo, sendo, portanto, um conjunto de práticas e orientações aos cristãos. Vieira utiliza o termo no Sermão de São Roque, pregado na Capela Real, em 1659, conforme atesta o seguinte fragmento: “*Nas primeiras cláusulas de evangelho manda Cristo aos que o quiserem servir, sejam semelhantes aos servos que esperam por seu senhor...*”

Em termos de organização, as primeiras comunidas cristãs não constituíam grandes modelos sofisticados. Reuniam-se em casas para as orações, cantavam os salmos e repartiam o pão e o vinho, em verdadeiro memorial à crucificação do cordeiro morto para a expiação dos pecados (segundo os próprios cristãos). No geral, essas reuniões eram fechadas a todos os pagãos, algo que favorecia a suposição a respeito das práticas adotadas pelos cristãos. O sucesso da nova fé crescia, expresso pelos novos membros convertidos. A indiferença demonstrada pela alta administração romana começava, ao contrário, a mudar.

Na visão de mundo de um cidadão romano, incluindo aqui os administradores de Roma, ser cristão tinha uma série de significados. Primeiramente, a conversão ao Cristianismo significava uma ruptura com todo o modelo de vida romano, a começar pela fidelidade não mais expressa a Roma, uma verdadeira divindade, mas antes a Deus, reconhecido como figura única e maior, sem qualquer rival. Tudo aquilo que pudesse representar aos cristãos uma prática pagã era exterminado de seu cotidiano. Renegavam a fé pagã, não participavam das festas romanas, valorizavam a vida pacífica e priorizavam um modelo de vida calcado na nova moral cristã. Com isto, passaram a ser vistos como subversivos, pois criavam um estilo próprio segmentado nos ensinamentos de um líder criminoso, tendo como pena a crucificação, uma das mais terríveis aplicadas aos marginais do sistema romano.

Temendo o expressivo número de adeptos, ao imperador não restaram dúvidas quanto à necessidade de exterminar a crescente população cristã. Todas as mazelas ocorridas no império, produto do fracasso administrativo, eram relacionadas à insatisfação dos deuses pagãos pelo crescente movimento. A fome, as guerras, as doenças, as derrotas e até a escassez eram responsabilidade dos cristãos. Para coroar esse quadro de intolerância, Nero, no ano 64 d.C., culpa os cristãos pelo grande incêndio ocorrido durante seis dias em Roma. A partir de então, a religião cristã, tão florescente na primeira metade do século, passa a ser inimiga oficial de Roma, o que, ao contrário, não impediu o seu crescimento. Cada vez mais que os cristãos eram perseguidos, mais adeptos assumiam a nova fé, mesmo que isso significasse ser um “fora da lei”. Mesmo com perseguições e penas extremas – atirados às feras e aos gladiadores, consumidos pelo fogo nas festas pagãs, amarrados a grandes touros e arrastados

até a morte – mais e mais crescia o movimento. O pagão, ao presenciar as cenas de extermínio, muitas vezes se sensibilizava com a expressão de fé, proporcionada pela forma como o culpado declarava a sua credibilidade em uma vida de fortuna não mais no plano terrestre. Com isto, muitos pagãos também se voltavam à aceitação daquela fé, na tentativa de sentir o mesmo conforto que a nova religião proporcionava a seus fiéis.

Para as comunidades cristãs, o termo mártir era uma designação com que os próprios cristãos se auto proclamavam. A sua origem está no grego *mártyr*, com significado de testemunha, passando ao latim também com a forma *martyr*. Em português, houve, na fase arcaica, a forma *marteiro* (séc. XIII), originando, ainda, os vocábulos *martear* e *martyrar* (ambos do séc. XIII). Essas formas dão origem ao verbo formado a partir do termo mártir – *martirizar* (séc. XIV), estabelecido nos dias atuais. O sentido primeiro do termo expressava somente um valor específico da cultura cristã. O mártir, segundo os cristãos, era a pessoa que sofria intensos tormentos ou morte por sustentar a sua fé, sentido utilizado por Vieira no Sermão de Santa Bárbara, onde se verifica uso no seguinte fragmento: “*O primeiro tirano, e menor foi Marciano, que martirizou o corpo inocente e virginal da Santa...*” Para ele, Santa Bárbara sofrera um martírio por sustentar sua fé às verdades cristãs. Verifica-se, além do sentido cristão, o uso do termo com características laicas. Em sentido amplo, o mártir pode ser não só aquele que morre em nome da fé religiosa, mas também aquele que morre patrioticamente, defendendo a liberdade, a independência ou mesmo em nome da guerra. No português atual coexistem essas duas possibilidades de uso. Em Vieira, pela natureza de sua obra, é fato que o sentido utilizado será somente aquele de valor cristão. As perseguições em Roma seguiram até o quarto século, passando pelas administrações de imperadores como Domiciano, Trajano, Décio, Aureliano e Diocleciano. Em 313, o Cristianismo prevalece, pois com o Edito de Milão, publicado por Constantino, a religião cristã passa a ser tolerada. Em 337, Constantino é batizado, o que garante ainda mais a autonomia dos cristãos. Lentamente o Paganismo perdia espaço, restando somente nas áreas mais rurais. Essa diferença, inclusive, gerou a mudança semântica do termo.

Em Roma, havia um nítida diferença entre os habitantes das cidades (*urbanus*) e os habitantes dos campos, conhecidos como *pāgānus*. O Cristianismo inicia a sua pregação no centro romano, fazendo com que a aceitação da fé ocorresse primeiro no meio urbano para depois ocorrer nos campos. Após a legitimidade do movimento cristão, os que não tinham ainda recebido a fé eram designados pelo termo pagão, com valor pejorativo. Outro termo também utilizado é o vocábulo gentio, derivado do latim *gentiles*, a princípio com significado voltado a expressar as populações não civilizadas aos moldes de Roma, selvagens. Ambos os

termos foram incorporados no português no século XIII, já com o significado cristão. Em Vieira, há certa preferência ao termo *gentio*. Podemos exemplificar seu uso no Sermão de Santo Inácio, pregado em 1669 no Real Colégio de São Antão, em Lisboa. Segundo o autor, “...e porque não fosse menos Providência, nem mesmo divina, não só o tomou entre a caridade dos fiéis, senão entre a barbaridade dos gentios.” Nota-se, assim, o sentido do termo voltado a representar aqueles que não fazem parte da fé cristã. Para o termo *pagão*, Vieira faz uso do derivado *Paganismo*, expresso, por exemplo, no Sermão de São Gonçalo, onde se lê: “...ainda que a sua peregrinação a Jerusalém fosse com intento de converter outras do Paganismo...” Observa-se, nesse fragmento, a utilização do termo como se expressa no uso atual. No catolicismo, é comum atribuir-se às crianças (ou mesmo adultos) o adjetivo *pagão* para representar aqueles que não receberam o sacramento do batismo. No Brasil, sobretudo no nordeste, tal qual atesta Câmara Cascudo, há uma série de superstições voltadas à criança pagã, desde a necessidade de sepultá-las em encruzilhadas até mesmo a utilização de seus ossos como amuletos. Emprega-se, ainda, na tradição brasileira, a expressão “roupinhas de pagão” para designar as vestes típicas de recém-nascidos, independente de sua origem cristã ou não.

A partir de 380, Teodósio leva o Cristianismo à condição de religião oficial do império, através do Edito de Tessalonica. Com este decreto, não só fixava-se a religião cristã, como também todas as práticas politeístas seriam extintas. Dessa forma, o estado romano, antes pluralista e universal, agora voltava-se a um modelo de estado teocrático, incentivando a perseguição dos últimos resquícios do Paganismo. Da noite para o dia, as populações habituadas a um modelo religioso típico de sua expressão social tiveram de adequar-se às ordens governamentais, seguindo a nova religião monoteísta com toda a sua carga moral. Apesar disso, tudo que pertencera ao modelo politeísta não desapareceria de forma imediata. Ao contrário, tudo que representava significativamente o universo pagão foi incorporado pela surgente doutrina cristã, tomando, para si, características próprias, ou seja, uma verdadeira absorção dos modelos religiosos antes estabelecidos pelo contexto pagão.

Após a legitimação do Cristianismo como religião oficial, lentamente todas as classes sociais passaram a fazer parte da nova fé, sobretudo a aristocracia romana. Isto não significa que a igreja fora constituída somente pelas classes populares. Na realidade, a base do Cristianismo, desde os primórdios, foi a presença das massas convertidas a sua fé. Podemos justificar tal fato já que, para as classes menos privilegiadas, a mensagem de salvação proposta pelo evangelho era muito mais táctica e palpável. Nesta linha, encontramos a figura de Pedro, considerado pela igreja o primeiro papa. Seu nome era Simão, um típico pescador

sem maior instrução ou recursos. Segundo o evangelho de João, em contato direto com Cristo, Simão tem o seu nome modificado para o aramaico *Kepha*, traduzido ao grego como *Petros*. Daí vem sua forma latina, *Petrus*, significando pedra, rocha, conforme o chamado de Cristo ao instituí-lo como a pedra sobre a qual a igreja estaria edificada (Mateus 16:18). Na tradição cristã, de pescador de peixes Pedro se torna pescador de almas, demonstrando, desde então, a importância que as classes menos prestigiadas possuíam no Cristianismo.

Ao lado da figura popular, encontramos Paulo. Nascido com o nome de Saulo de Tarso, era descendente de família aristocrática, tendo, portanto, recebido alta instrução. Apesar de judeu, possuía a cidadania romana, algo que lhe conferia maiores privilégios no Império Romano. Atuando como perseguidor dos cristãos em Jerusalém, à época pertencente a Roma, Paulo em uma viagem a Damasco, segundo o texto de Atos, teve uma experiência de fé com o próprio Cristo e converteu-se. A partir daí, sua vida é dedicada ao Cristianismo, tendo, inclusive, treze epístolas atribuídas a seu nome (apesar de algumas serem contestadas). Para este fim, contribuíram a sua formação nas leis judaicas e seu pleno conhecimento da língua grega, veículo da alta representação cultural do mundo conhecido. Assim, podemos concluir que a igreja, desde seus primeiros tempos, pôde contar também em sua formação com a presença de doutores, demonstrando duas vertentes diferenciadas em seu processo de construção.

A base da religião foi certamente estruturada pela figura de Paulo. E, após o reconhecimento oficial da religião cristã no século IV, não tardou para que cada vez mais houvesse uma preocupação de constituir modelos que representassem as novas classes sociais convertidas. Apesar de possuir uma organização dogmática estruturada em séculos, já no primeiro momento de sua existência esta preocupação era recorrente, expressa sobretudo pela necessidade de organização da hierarquia sacerdotal. Vê-se, assim, uma igreja que sai do fundo das catacumbas para o ambiente dos palácios. Esse processo se acentua a partir de 312, quando Constantino, antes mesmo do Edito de Milão (patrocianada por Galério em 311 – uma tolerância às manifestações cristãs), permitiu que os ministros cristãos gozassem da mesma isenção de impostos usufruídas pelos sacerdotes pagãos. Ele ainda aboliu a execução na cruz e nas lutas com gladiadores. Em 321, outro ganho para as comunidades cristãs: o reconhecimento do domingo como feriado (ou dia de descanso).

Paralelamente a Roma, ocorria neste período (325) o Concílio de Niceia, na atual Turquia. Neste evento foram discutidas questões pertinentes à organização doutrinária da igreja, a saber, por exemplo, a questão ariana, a fixação de uma data para a páscoa e o batismo de heréticos. Pouco a pouco o Cristianismo tomava forma, principalmente em Roma, já que

possuía legitimidade. Nesse período, as igrejas já eram administradas por um líder provincial, chamados de bispos, enquanto nas grandes cidades eram denominados por patriarcas. Aos poucos, o bispo de Roma, por gozar de maior prestígio (era ele, segundo a tradição, o sucessor direto de Pedro) e por estar localizado na capital do maior império até então, adquire a primazia sobre todos os outros como Pontífice Máximo.

Dessa forma, cada vez mais as relações entre o estado romano e a religião cristã se mesclavam, sempre com a intenção de expurgar tudo que o mundo pagão pudesse oferecer ao modelo cristão. Uma nova mentalidade passa a exercer papel fundamental, principalmente no Império Romano e novos comportamentos são aceitos, principalmente na maneira como o homem de Roma vê o mundo e tudo a seu redor, alicerçado por novas experiências advindas de uma concepção religiosa e uma nova moral instituída. Hoje, quando olhamos para o Cristianismo, vemos que suas ações foram muito além das manifestações próprias de seus modelos, tais como templos, sacerdotes, liturgias etc. Entender o movimento cristão vai muito além desse caminho. Se suas formas de concretização estão presentes em nossa cultura, muito mais são as influências proporcionadas nas mais diferentes esferas de nossa sociedade, principalmente nas línguas formadas a partir de sua presença no Império Romano.

3.5 O latim cristão

Mesmo após a legitimação da fé cristã em Roma, a ânsia por exterminar toda e qualquer manifestação pagã fazia parte do repertório social do novo homem romano. Templos foram transformados em igrejas. Escravos foram libertos em nome de uma igualdade pregada pelos cristãos. Tudo ao redor do império respirava os valores propostos pelos ensinamentos de Cristo, ou ao menos a partir da maneira como suas palavras eram interpretadas.

Mesmo não havendo o reconhecimento oficial do Cristianismo em Roma, os primeiros cristãos, antes e depois das perseguições, foram constantes na criação de uma cultura dentro de outra cultura. Talvez por esta razão a perseguição tomara parte de Roma. O cristão convertido era uma pessoa diferente de todos os outros cidadãos romanos. O termo utilizado pelos próprios cristãos era o vocábulo grego *hagios*, com significado de separado, diferente. Para o contexto cristão, a palavra utilizada era santo, advinda do latim *sanctus*, significando o indivíduo que se tornou inviolável, venerável, puro, inocente ou consagrado. O termo está presente no português desde o século XIII, sendo extremamente recorrente na obra de Vieira.

Ao falar sobre o Rei David, Vieira assim declara, no Sermão da Primeira Domingo do Advento: “*O certo é que David rei santo antes de pecador...*” O termo expressa o significado de separado, puro. Para a Igreja, o espírito é santo (um dos componentes da Santíssima Trindade). Vieira assim o utiliza ainda no Sermão da Primeira Domingo do Advento: “*Descreve o Espírito Santo no livro da sabedoria uma prática...*”, reconhecendo-o como um componente da figura divina.

Ser santo significava rejeitar o modelo inadequado para a vida social romana. Todas as estruturas sociais, desde a Justiça até o calendário, poderiam representar formas impróprias para o cristão. Assim, seguindo esse paradigma, os cristãos passam a rejeitar também a própria língua, pois viam nela objeto de intenso valor pagão. Havia, portanto, a necessidade de fazer sua língua um instrumento capaz de expressar as realidades culturais do movimento cristão. Certos elementos linguísticos (principalmente lexicais) tornavam os cristãos mais próximos, algo exigido sobretudo no ambiente de perseguições instituído antes da oficialização.

É nesse cenário que temos a criação do chamado latim cristão. Isto não significa dizer que fora esta forma linguística o primeiro veículo de pregação do Cristianismo em Roma. Como declarado anteriormente, o Cristianismo fora uma religião fundada no oriente, local submerso na cultura helênica. Mesmo tendo surgido no Império Romano, especificamente na Palestina, as primeiras manifestações cristãs teriam sido difundidas em aramaico, língua local de caráter popular, oposta à tradição do hebraico, representante de uma literatura e de um universo mais sofisticados. Em todo território do oriente latino, o grego era a língua de expressão cultural. A própria Grécia, província romana política e administrativa, mantinha o grego como língua oficial, admirada pelos romanos como veículo de cultura e requinte. É possível afirmar que o Império Romano, tão soberbo e grave, mesmo tendo o latim como língua oficial, conviveu com uma realidade bilíngue, a saber, com o latim falado no ocidente e o grego falado no oriente.

As primeiras evangelizações no oriente foram em língua grega, alcançando os gregos, os judeus helenizados (no geral, mais secularizados) e todos os demais povos inseridos no contexto da cultura grega. Nesse ambiente circulava uma modalidade falada da língua grega, de caráter a princípio não literário, capaz de servir-se como instrumento de comunicação igualitária entre as populações do mundo helênico. Tratava-se de uma variante corrente, língua franca do Mediterrâneo. Em sentido amplo, seria o conjunto das formas vernáculas do grego, diferente de sua modalidade literária, ou seja, a forma oral da língua em seu uso vulgar, popular. Na tradição dos estudos antigos, é comum designar essa forma linguística como

koiné grega, utilizada do ano 300 a.C. ao ano 300 d.C. Sua importância no Cristianismo foi muito grande, assim como o grego literário. A Septuaginta, por exemplo, foi uma tradução dos textos hebraicos para a língua grega, ainda no século III a.C., realizada em Alexandria, um grande centro intelectual do Mediterrâneo. Posteriormente, já em nossa era, foram escritos em grego os livros de Hebreu, Atos, Lucas e Tiago. Observa-se que, mesmo para a comunidade dos hebreus, a língua utilizada foi o grego, como também a carta de Paulo aos romanos, demonstrando o seu valor em confronto com o latim. Tais livros foram redigidos com uma maior preocupação estilística, diferente, por exemplo, do livro de Apocalipse e das Epístolas de João (I, II, e III), todas com um caráter mais simples, sem grandes estilos. Mais tarde, São Jerônimo, entre o século IV e V, a pedido do Papa Dâmaso I, reuniu os textos do Antigo Testamento, em hebraico, e os textos do Novo Testamento, em grego, produzindo a chamada Vulgata, já em latim. Como sugere o próprio termo (dado por Rogério Bacon no século XIII), era uma forma de língua vulgar, corrente, voltada à compreensão daqueles que tinham acesso ao latim como veículo da comunicação escrita sem as grandes estilizações propostas pela alta literatura latina. Observa-se que, nesse momento da história, o Império Romano estava prestes a cair, o que justifica, adiante, a necessidade de uma tradução mais adequada ao ocidente.

A *koiné grega* foi a primeira língua de divulgação do Cristianismo também no ocidente romano, sendo utilizada até o terceiro século. Assim, constituiu-se como língua ecumênica, servindo de veículo de comunicação do pensamento cristão através do mundo antigo. Porém, chegando a Roma, não tardou para que as comunidades cristãs constituíssem um latim calcado nas representações típicas da fé cristã. A esta criação chamaremos de latim cristão.

Em primeiro lugar, devemos atentar para aquilo que geralmente chamamos de latim. Em toda a história de Roma – das primeiras comunidades, relacionadas ao mito de Rômulo e Remo (753 a.C.) ao fim do império (476 d.C.) – encontramos períodos diferenciados que atestam usos próprios da língua latina. Na fase inicial de Roma, o uso do latim estava associado aos habitantes do Lácio, em um típico modelo de vida organizado sem que houvesse necessidade de registrar seus conhecimentos. Essa é uma fase primária, provavelmente entre os séculos XI e VII/VI a.C., época em que a história de Roma se restringe a uma sociedade sem qualquer grande interesse a não ser a própria sobrevivência, não havendo espaço para a sofisticação alcançada posteriormente. Como consequência dessa atividade humana mais simples, o veículo de sua comunicação era também muito simples, com um léxico, por exemplo, totalmente voltado às expressões de um cotidiano elementar.

Essa fase pode ser denominada por latim pré-histórico, visto expressar o uso da língua sem a presença de registros. Homeopaticamente, esta sociedade busca para si o desenvolvimento de sua rotina, demonstrado na necessidade de registrar seu dia a dia. É nessa fase que surgem as primeiras inscrições, provavelmente entre o século VI ao século IV a.C. Os documentos desse período (cipo do fórum e o vaso de Duenos) testemunham a necessidade daquela sociedade de registrar seu mundo, caracterizando a fase do chamado latim proto-histórico.

Já a partir do século III a.C., a sociedade romana, vivendo um modelo de vida sofisticado, organizado pelo sistema republicano, tem na escrita uma arma para a preservação de sua própria história, não a utilizando apenas para a comunicação diária, algo que, no geral, justifica a existência das línguas. A partir desse momento, os romanos utilizam a sua língua também como veículo de uma nascente literatura (Plauto e Cícero pretendem a essa fase). O contato com a língua grega, representante, na visão romana, de uma sociedade elitizada em todos os níveis, fez com que Roma investisse na transformação de sua língua, fazendo dela um grande veículo da expressão estilística de seu império. Na realidade, não eram as suas respectivas línguas sofisticadas, mas sim as suas respectivas sociedades, orgulhosas de suas criações sociais (principalmente a grega). Esse período pode ser considerado como a fase do latim arcaico, pois, passando de estruturas linguísticas elementares, firma-se como modelo de uma sociedade estilizada, agora enriquecida com um vocabulário e estruturas morfossintáticas correspondentes às exigências sociais.

Por fim, temos a fase denominada latim clássico. Apesar das incorreções que o termo “clássico” possa sugerir (ultrapassado, antigo, anacrônico etc), cabe observar que, nesse período, o império vive sua fase áurea, com uma vida social extremamente organizada e aperfeiçoada em modelos considerados sofisticados. Exige-se, na mesma proporção, que os modelos linguísticos acompanhem as nobres transformações de uma aristocracia ávida pela estabilidade social, na tentativa de diferenciar-se da população comum. O conceito de gramática (do grego *grámma*, com sentido de letra), tão recorrente na cultura grega e entendido como, primeiramente, a arte de escrever corretamente, chega a Roma, tanto como já ocorria na Grécia, com a intenção de ser a arte de escrever e falar corretamente. Os modelos referenciais para a produção dessas gramáticas estavam nos clássicos, ou seja, nas manifestações literárias, locais em que o uso da língua ultrapassava a ideia e a intenção da comunicação. Assim, aquilo designado por período clássico é a representação de um modelo da língua regularizado através de uma padronização proposta, mesmo sem esta intenção, a partir da produção literária de um certo momento. Torna-se clássico exatamente por resguardar um conjunto de regras que, apesar de pouco aplicáveis à realidade oral da língua,

serve à manutenção de um modelo estável extremamente necessário à escrita. É esse o latim utilizado nos documentos oficiais em Roma, nas escolas e na oralidade, em situações de formalidade e mesmo assim somente na boca dos escolarizados.

A realidade da vida cotidiana, entretanto, era outra. As fases apresentadas anteriormente só fazem sentido quando nos referimos à modalidade escrita de uma língua, neste caso o latim. Independente da existência de períodos como o proto-histórico e o moderno, sempre houve, pairando sobre todas estas possibilidades, um latim falado, fruto das expressões típicas de uma sociedade ansiosa pela interpretação de seus pensamentos. Uma vez instituída a designação latim clássico, encontramos a forma paralela denominada latim vulgar. Apesar de, mais um vez, o conceito de vulgar sugerir uma série de incompreensões, o termo, bastante sedimentado nos estudos históricos, pode apresentar interpretações como língua dos incultos, analfabetos, marinheiros, soldados ou mesmo qualquer pessoa ligada a alguma atividade de pouca instrução no império (COUTINHO, 1962). A nosso ver, vulgar diz respeito à língua corrente, cotidiana, isenta de grandes preocupações com a forma, mas sim com o conteúdo. Não poderíamos dizer que havia uma forma homogênea do latim vulgar e nem mesmo uma única maneira de utilizá-lo. Tratando-se de uma modalidade oral, estava enriquecida com todas as variantes territoriais, sociais e temporais, levando-nos à conclusão de que o conceito de latim vulgar é a soma das variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas em todo o império.

Toda esta situação referente à diferenciação do latim falado se potencializaria ainda mais com o processo de expansão patrocinado pelos romanos. Roma sempre incentivou a dilatação agrária, buscando novos territórios para o seu crescimento. Já no ano 509/510 a.C., período inicial de sua fase republicana, toda a região do Lácio pertencia aos romanos, demonstrando o seu empenho na conquista posterior de toda a Península Itálica. No século III a.C., em 241, a Sicília caía nas mãos de Roma, tornando-se a primeira província fora da península. O processo continua até o século II d.C., quando a província da Dácia, atual Romênia, é anexada no ano 107. Ao final de seu processo de expansão, todo o Mediterrâneo, grande parte da atual Europa, incluindo a atual Inglaterra, parte do norte da África e da Ásia faziam parte do grande Império Romano. Todo este grandioso território estava, em tese, subjogado ao poder político e administrativo de Roma. Apesar disso, a cultura levada pelos romanos nem sempre prevalecia, visto, sobretudo, a dificuldade de instalar e manter uma unidade cultural (também linguística) nos territórios dominados.

A dominação dos romanos era executada por dois aparelhos fundamentais do império: o exército e as vias consulares. Com o seu poderoso e disciplinado exército, Roma pôde

proporcionar a *pax romana* em todas as terras dominadas, constituindo bases militares eficientes na manutenção de todas as estruturas criadas em sua *urbs*. Suas províncias eram colonizadas, tendo tudo de melhor que sua civilização pudesse oferecer. Aos povos vencidos restava a tentativa de fazer parte da rotina proporcionada pelos romanos. Assim, pouco a pouco, as línguas pré-romanas eram substituídas pelo latim, considerado pelos próprios povos vencidos uma “língua superior”. Na realidade, a língua não era superior, mas antes a sociedade que a utilizava, admitida como fruto de uma grande expressão de sofisticação, atraindo qualquer pessoa a fazer parte daquele modelo de vida. As construções públicas (prédios administrativos, aquedutos, praças, templos, casas de banho) e as privadas, com toda a sua elegância e valor arquitetônico, proporcionavam ao homem comum uma extrema admiração daquele novo mundo, altamente estilizado. A cultura latina era assimilada, fazendo com que grande parte da cultura anterior desaparecesse. Assim ocorreu com o latim.

À medida que as populações pré-romanas aceitavam (por vezes, por imposição das armas) o modelo linguístico romano - o latim, as comunidades conquistadas abandonavam suas próprias línguas para, em nome da cultura forasteira, fazer parte de um novo mundo. Ao falar o latim, entretanto, vários elementos das línguas anteriores (muitas das quais simplesmente desconhecidas por nós hoje) eram assimiladas ao latim falado naquela região, o que significa que muitos resquícios da língua do vencido ficaram incorporados na língua do vencedor. Nesta perspectiva, não seria equívoco afirmar que, para cada território dominado, substratos linguísticos ficavam presentes no latim local, demonstrando que, ao final das conquistas, a língua latina era um grande mosaico de formas diferenciadas diatopicamente.

Em relação às estradas romanas, as chamadas vias consulares funcionavam como ponte entre o centro de Roma e as regiões colonizadas. Para os romanos, o acesso facilitado a todas as suas províncias proporcionava maior e melhor qualidade na administração e implantação dos modelos de sua *urbs*, acentuando um maior grau de dominação. Ao todo, o império contabilizou cento e cinquenta mil quilômetros de estradas, justificadas primeiramente como forma de passagem para o exército manter a paz nas regiões colonizadas. De forma paralela, tais estradas eram utilizadas também para o uso do comércio. Com uma pavimentação forte e resistente, além de apresentar várias veias que se entrelaçavam, toda pessoa que quisesse chegar ao centro do império teria apenas de colocar-se em uma das várias vias, que lá chegaria. Essa característica fez brotar o dito “*todos os caminhos levam a Roma*”, com referência à facilidade de ir e vir da capital do império. Assim, as estradas também facilitavam a chegada do latim às diversas colônias, favorecendo ainda mais o processo de dominação a partir da língua. Com o fim do império, a formação das línguas neolatinas se

dará exatamente graças à sedimentação do latim nos diversos territórios conhecedores do modelos de vida romano.

A chegada do Cristianismo a Roma, favorecida também pelas vias consulares, fez a antiga pregação realizada em língua grega (koiné) dar espaço a uma pregação em latim, não o clássico, mas o vulgar. Com o crescimento dos convertidos à fé cristã, houve necessidade de adaptar o latim à expressão das ideias e significados cristãos. Assim, chamaremos esse veículo de comunicação de latim cristão, entendendo-o como a soma dos elementos populares presentes no latim vulgar aos elementos típicos da expressividade cristã. Dessa forma, o latim utilizado pelos cristãos se caracterizava por possuir uma originalidade mais enfática e impregnada de elementos típicos da fé que sugestionavam a vida espiritual e sentimental das primeiras comunidades ocidentais. Os cristãos pretendiam levar para o latim um estilo afetivo, marcado pela ânsia de expressar linguisticamente os valores táticos do movimento, algo que se vê com maior presença no léxico.

O sucesso da pregação cristã em território ocidental exigiu um instrumento eficiente para a representação dos valores pregados. Assim, homeopaticamente, os novos convertidos recrutavam do latim vulgar e da *koiné grega* elementos que pudessem se adaptar a um novo instrumental capaz de interpretar as verdades forasteiras advindas do oriente. Desta forma, foram os cristãos, principalmente no léxico, construindo todo um repertório linguístico próprio, com a intenção de exprimir a nova cultura em latim.

Com isso, dois processos de recepção do vocabulário foram ocorrendo. Em primeiro plano, da *koiné grega* os cristãos retiravam, a partir de empréstimos diretos, termos que representassem o movimento, algo que não poderia vir do latim vulgar visto ser, na concepção cristã, língua corruptível e representativa de um forte modelo pagão. Além disso, no geral, as palavras tomadas da koiné expressavam sentidos concretos, relacionados à prática da nova fé. Para o homem romano, vivenciar uma experiência religiosa com toda uma nomenclatura grega, além de expressar certa sofisticação proporcionada pela referência aos modelos gregos, demonstrava ainda, na nova fé, uma autonomia do mundo romano. Toda a expressão de termos técnicos vinha diretamente do léxico grego (koiné), adaptado às realidades expressivas do universo cristão. Nesta perspectiva, termos como *apostolus*, *diaconus*, *ecclesia*, *episcopus*, *angelus* etc, ao entrarem em contato com a realidade cristã ocidental, receberam nova carga semântica, deixando de significar o mundo grego em sua cultura, mas agora expressando as novas ideias da fé cristã em latim. Se antes, por exemplo, o termo *angelus* representava, na cultura helênica, o mensageiro, no Cristianismo o seu significado ainda era de mensageiro, porém no sentido específico daquele que traz a mensagem de Deus ao homem. Nota-se, com

isto, a preocupação de dar a esse léxico um valor próprio da cultura cristã. Tais termos, quando incorporados no léxico latino, recebiam o mesmo tratamento de qualquer outra palavra latina, declinando-se e recebendo os morfemas próprios já existentes na língua.

Outro processo muito produtivo na caracterização do léxico cristão diz respeito às palavras já existentes no latim (vulgar ou clássico) que tiveram suas significações traduzidas aos novos valores do movimento. Como exemplo, temos o termo *peccare* que, em latim, significava errar o passo, numa alusão aos erros cometidos por alguém contra outra pessoa. Tratava-se de uma mal realizado entre cidadãos na esfera civil. Tendo os cristãos preocupação em converter também o léxico da língua latina, não tardou para que a palavra passasse a significar errar o passo, porém com uma carga espiritual, ou seja, no sentido de não fazer aquilo que, segundo os cristãos, está fora das regras propostas por Deus. Nesta linha, os significados existentes no latim eram traduzidos ao repertório semântico do movimento cristão, passando a designar os valores abstratos. Diferentemente da *koiné grega*, fornecedora de uma terminologia para fazer referência aos valores concretos, os primeiros cristãos em Roma extraíam do próprio latim os termos voltados a expressar os sentidos mais figurados, pois entendiam que a língua estrangeira não seria suficiente para representar a abstração da vida espiritual proposta pelo movimento. Com isso, o latim seria mais adequado para representar toda a energia e expressividade da mensagem pregada, fazendo com que, cada vez mais, surgisse uma nova modalidade, ao menos no campo lexical: o latim cristão.

Devemos, portanto, conceituar esta modalidade. Como visto anteriormente, a definição de uma língua está também associada à existência de vários componentes, a saber, léxico, semântica, morfologia, sintaxe e fonologia. Aquilo que supostamente chamamos de latim cristão, nesta perspectiva, não é na realidade uma língua, diferenciando-se do latim clássico e vulgar na modalidade do léxico. O chamado latim cristão é uma modalidade do latim. Assim como entendemos os modos vulgar e clássico pertencentes a um mesmo modo do latim, podemos, sem qualquer dificuldade, inserir o latim cristão numa forma de latim caracterizado a partir da chegada do movimento em território ocidental. Apesar de não considerarmos uma língua, entretanto, o que se constituiu no léxico cristão foi suficiente para atestar a enorme presença de um vocabulário característico do Cristianismo nas línguas neolatinas. Isso se potencializa ainda mais quando, no próprio império, paralelamente às conversões em massa e aos usos orais, havia, por outro lado, a necessidade de textos bíblicos em latim. A partir do século II, circulou no atual ocidente europeu uma versão denominada Ítala (conhecida também por *Vetus Latina*). Outra conhecida versão foi a Afra, voltada ao território do norte da África. Caracterizadas por um literalismo extremo, ambas as versões

atestam a urgência de acomodar os textos sagrados à língua romana, permitindo a acessibilidade daqueles que não poderiam ler nem em grego, nem em hebraico. Além disto, com estas duas produções escritas, percebemos que, desde os primórdios do movimento cristão, houve a presença de pessoas cultas preocupadas não só com o teor da mensagem, mas também com o estilo do material produzido, visando a uma expressão de certa erudição.

Apesar da existência de um modelo culto ainda nos primórdios da fé cristã no ocidente, a grande característica até o quarto século foi o popularismo proposto pela divulgação do Cristianismo. Se entendermos que todo ato de fala é criador, veremos que, na constituição de um veículo próprio para a divulgação da fé, o homem cristão agirá com extrema criatividade, principalmente na tentativa de estabelecer um realismo capaz de tornar a mensagem mais tática ao não convertido. Some-se a isto a necessidade de tornar o léxico construído uma verdadeira expressão da identidade, uma vez que utilizar os termos como os cristãos os utilizavam favorecia o reconhecimento e a identificação daquele grupo, algo necessário na situação, por exemplo, de perseguição. Neste período abundam as construções simples, não só no âmbito lexical, mas também em pequenas amostragens relacionadas à morfologia e à sintaxe (ainda insuficientes para caracterizar uma nova língua).

Com relação à morfologia latina, houve, por exemplo, tendência de transformar termos latinos do gênero neutro em formas masculinas (*signus* no lugar de *signum*, *verbus* no lugar de *verbum* etc) e mudanças das conjugações verbais (*flōrēre* por *flōrire*). Na sintaxe, houve confusões nos usos das preposições *de* e *in* com o ablativo. No campo lexical, havia maior valorização das palavras extensas, talvez por sua aparente representação de estilo erudito, tais como *aeramentum*, *meticulosus*, *acceptabilis* etc. Interessante destacar que todas essas transformações ocorriam não só na variedade latina dos cristãos, mas também em todo o latim vulgar. Trata-se, na realidade, de mudanças em todo o latim, com presença também no repertório linguístico do Cristianismo, graças a sua característica de primeiro preocupar-se com o conteúdo para depois ocupar-se das formas.

Já que as maiores inovações do latim cristão estavam no seu léxico, a sua compreensão se torna mais viável quando notamos a herança do movimento no latim, principalmente após a legitimação do Cristianismo como religião oficial no século IV. Schrijnen e Mohrmann, estudiosos holandeses dedicados à investigação do latim cristão, propuseram a distinção dos chamados Cristianismos diretos e indiretos. Para eles, houve duas distintas formas de se notar a presença linguística da modalidade latina utilizada pelos cristãos nas línguas neolatinas. A princípio, temos os termos provenientes das ideias específicas criadas pelos cristãos na organização de sua vida, costumes e tendências. Trata-se dos termos

relacionados ao universo das igrejas, na designação de sua vida espiritual e em sua organização, enfim, tudo aquilo que foi criado para significar a vida cristã. Nesse sentido, todas as palavras hoje plenamente acomodadas nas línguas neolatinas, como no caso o português, seriam demonstrações diretas de como o movimento cristão trouxe às línguas, primeiramente ao latim, concepções de uma nova ordem social e cultural. Como simples exemplos, temos termos como, cruz, igreja, fé, batismo, cristão, pagão etc, todos eles (independente da origem) incorporados ao léxico da língua portuguesa. Provamos, assim, a importância dos movimentos sociais no processo de transformação (deriva) de uma língua, algo que se explica pelas forças externas atuantes na mudança de um idioma. Se não existisse o Cristianismo em nossa cultura, certamente toda essa terminologia específica também não existiria.

Ao lado dos Cristianismos diretos, temos os denominados indiretos, ou seja, aqueles que não se referem propriamente ao movimento cristão, mas se relacionam diretamente à expansão da fé. Como visto anteriormente, ao lado do léxico criado pelos cristãos, houve também tímidas influências linguísticas no campo da morfologia e da sintaxe. Elas não eram, entretanto, exclusivas do repertório cristão, mas também de todos os falantes do império. A relação se estabelece já que, independente do movimento cristão, tais variantes já existiam e continuariam seu processo de transformação. Entretanto, à medida que os cristãos impulsionavam a sua fé, tais variantes se acentuavam ainda mais, demonstrando que um aspecto social pode interferir diretamente na diferenciação linguística. Pode-se afirmar que, dentro do processo de divulgação do Cristianismo – evangelização, nota-se maior intensidade dos usos popularizantes que já estavam em trânsito nos mais diferentes locais do Império Romano. Em síntese, os Cristianismos indiretos não dizem respeito propriamente ao movimento cristão, mas sim a sua atuação ao acelerar as transformações do latim vulgar, às portas da formação das línguas neolatinas.

A efetiva compreensão do conceito de latim cristão será ponto fundamental para entender a formação das línguas neolatinas. Mesmo provenientes do latim vulgar, muitas de suas características estão centradas nas manifestações proporcionadas pelo movimento cristão, demonstrando a sua plena participação na construção dos falares romanos, em especial atenção o português, motivo deste estudo.

4 O CRISTIANISMO E A FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA PENÍNSULA IBÉRICA

4.1 As colonizações pré-romanas

A formação da língua portuguesa é, sem dúvida, fruto da presença romana na Península Ibérica. Entretanto, o atual território correspondente a Portugal e Espanha não conheceu somente as forças dominantes de Roma. Muito antes da presença romana ocorrida a partir do ano 218 a.C., a Península Ibérica era habitada por povos no geral denominados pré-romanos. Isso não significa que fossem homogêneos, com línguas e hábitos comuns, pois eram provenientes de regiões diferenciadas. Trata-se apenas de uma designação mais genérica para se referir aos povos anteriores à chegada romana.

Apesar de a história de Portugal dividir muitos de seus fatos à própria história da Península Ibérica, é possível encontrar elementos característicos da identidade portuguesa em sua pré-história. Grande foi a presença de antigas culturas proliferadas na antiguidade lusitana, demonstrando que as suas terras serviram de palco e atração para diversas populações do mundo conhecido. O estímulo à chegada de povos estava na grande presença de jazigos de minérios. É importante ressaltar que, dos povos identificados na Península Ibérica, nenhum foi produto específico daquela região, não constituindo populações autóctones. Todos, sem exceção, provêm de um ambiente externo à península, seja da África, da Ásia Menor ou da Europa. Isso demonstra que todos chegaram àquela região com intuítos e metas distintas, atraídos principalmente pelas riquezas naturais. Em aspecto geográfico, a região correspondente hoje a Portugal é cercada ou por terra ou por mar. As populações que lá chegavam não tinham a possibilidade de recuar ou mesmo fugir para outras áreas. Os povos chegavam por terra e, uma vez dentro do território, sem grandes opções, restava-lhes a permanência na quase ilha. Como consequência, restava aos povos a fusão, ainda que não de forma pacífica ou homogênea.

É certamente complexo delimitar uma época específica e exata para demarcar o pioneirismo populacional na Península Ibérica. Entretanto, a primeira população notável é representada pelos indígenas, identificados por pertencer à era Mesolítica. Já no Neolítico, nota-se o advento de populações da Ásia Menor e do Oriente, sempre com interesse nos recursos naturais. A presença desses povos forasteiros é comprovada a partir de construções

erguidas pelos colonos na tentativa de se defender das ameaças indígenas. É possível encontrar vestígios de fundição de metais, característica marcante para explicar como os indígenas teriam aprendido a técnica do trabalho com esses materiais. Estas duas populações distintas conviveram durante longos anos e entraram em processo de fusão, ocasionando a formação de um novo grupo populacional, os Iberos.

Somente no primeiro milênio antes de Cristo a Península Ibérica conheceu novos povos, especificamente a região correspondente ao atual Portugal, fim de linha para os novos invasores. Tais povos dominavam o trabalho com o ferro, o ouro e tratavam os seus mortos de maneira distinta: em vez de enterrá-los, utilizavam a prática de cremação. Eram os Celtas, provenientes da linhagem indo-europeia. Assim que chegaram à península, encontraram os antigos habitantes – os Iberos, e com eles enfrentaram diversos atritos. Apesar das constantes lutas, logo houve período de paz entre as relações. A convivência entre Celtas e Iberos gerou os chamados Celtiberos. Graças aos conhecimentos tecnológicos para o desenvolvimento do trabalho com o ferro e a construção de ferramentas agrícolas, houve uma forte ascensão da agricultura, ocasionando a extinção da fome e o crescimento das populações em toda a península. Nessa perspectiva, deu-se o aumento de um contingente populacional no território ocidental, possibilitando a formação de um novo grupo: os Lusitanos, descendentes dos celtiberos e estabelecidos entre o Douro e o Tejo.

Em linhas gerais, temos, até esse ponto, a formação de uma população, usuária de um ou vários veículos de comunicação que certamente trouxeram influências na formação da língua portuguesa, algo que se consolidou propriamente com a presença dos romanos. Entretanto, ainda antes de Roma, a Península Ibérica conheceu outros povos, o que significa dizer que mais influências étnicas ficaram impressas no futuro daquele território.

Muito antes dos romanos, os gregos já possuíam colônias na península, principalmente nas regiões costeiras, voltadas ao mediterrâneo. De tão marcante essa presença, buscou-se relacionar a cultura grega como fonte para o mito de nascimento de Portugal. Segundo a explicação mitológica, Ulisses, tendo abandonado sua pátria, chega à Península Ibérica e se fez rei local. Ulissipona, uma de suas filhas, durante o suposto reinado de Ulisses, recebe uma cidade no atual território de Portugal. Após alguns metaplasmos, o nome dessa filha origina o termo Lisboa. Independente do aspecto mitológico em favor da cultura grega, fato é que em Portugal e em toda Península Ibérica havia a presença de elementos gregos sólidos para contribuir na formação da futura língua portuguesa.

Junto aos gregos, em toda península havia comunidades formadas por gauleses, principalmente no extremo ocidente. Segundo as tradições peninsulares, os habitantes

originários da atual França, antiga Gália, usavam o litoral da Península Ibérica como porto. Dessa referência advém uma possível explicação para o termo *Portugal*, ou seja, *porto dos gauleses*, comprovando a presença de um contingente considerável dessa população.

No conjunto de povos pré-romanos, encontramos ainda os hebreus, estabelecidos na península desde antes da destruição do primeiro Templo, em Jerusalém (587 a.C.). No reinado de Salomão, navios fenícios partiam para a mística *Tarsi* ou *Tartessos*, provável região entre Huelva e Ronda, na atual Andaluzia. Após a destruição do Templo, muitos hebreus se refugiaram em *Sefarad*, uma designação utilizada por Abdias (1:20) para se referir a uma terra localizada na atual Península Ibérica. De *Sefarad* provém o gentílico *sefardita*, referindo-se aos judeus que ainda hoje provêm de Portugal ou Espanha.

Todos os povos até aqui apresentados deixaram, inevitavelmente, influências culturais na península, o que nos leva a acreditar na existência de marcas linguísticas espalhadas por todo território, que se denominam substrato linguístico. Após a invasão romana e a conseqüente implantação do latim como língua oficial, os falares pré-romanos não desapareceram por completo. Muitos elementos foram incorporados no latim, língua do vencedor, principalmente no campo do léxico. A grande dificuldade, entretanto, na comprovação das heranças linguísticas está, ainda hoje, no pouco conhecimento que temos das línguas anteriores aos romanos. Isso dificulta apontar com exatidão a presença dos falares pré-romanos no latim da Península Ibérica, apesar de sua intensa presença.

Ainda que com menor força na atual região correspondente a Portugal, faz-se necessário lembrar a presença dos cartagineses, provenientes de Cartago, próspera região no norte da África. Muito antes à chegada dos romanos, Cartago já possuía colônias estabelecidas por toda a península, demonstrando seu poderio fora do contexto africano. Por essa razão, não tardou para que Roma enviasse os seus primeiros pelotões à região com o intuito de frear a florescente sociedade cartaginesa. Dessa investida, deu-se o processo de Romanização na península.

4.2 Romanização

Desde a invasão romana, a região correspondente hoje à Espanha e a Portugal conheceu uma florescente ordem aos moldes de Roma. A península atestou a grandiosidade de estradas, templos, prédios e praças públicas, recursos adotados para a permanência do

modelo de vida do dominador. Essa presença, entretanto, não foi empreendida com facilidade, pois, apesar de sua profundidade, houve extrema resistência por parte das populações anteriores. Em razão das Guerras Púnicas, travadas entre Cartago e Roma, os romanos puderam, somente na segunda guerra, ocorrida entre 218 a 201 a.C., entrar na Península Ibérica não só como vencedores, mas como futuros colonos. A partir desse momento, a cultura romana prevaleceu por toda a região, alcançando paulatinamente as mais distantes terras peninsulares, assegurada pelas obras que representavam o novo modelo de vida.

Não só nas construções, mas ainda nas personalidades notamos a forte herança de Roma na península. Sendo uma das primeiras colônias fora da Itália, a Ibéria conheceu uma dominação calcada na figura da alta aristocracia levada à região. Isso prova que o latim para lá levado desde os primórdios apresentava um rigor de extrema formalidade, baseado nos modelos gramaticais e escolares, incentivado pelo uso das comunidades aristocráticas aí presentes. Não seria, portanto, equívoco afirmar que, mesmo que o Império Romano ainda estivesse em processo de dilatação de sua cultura por grande parte do mundo conhecido, na Península Ibérica já estava instalado um latim bastante original, fruto da condição de ser uma das primeiras colônias (e, por isso, apresenta formas mais arcaicas em relação a Roma) e também por contar com os usos linguísticos de uma classe mais preocupada com as formas linguísticas. Seria caso para nos referirmos a um latim hispânico ou, mais especificamente, a um latim lusitano.

Com a presença de uma aristocracia no território ibérico, ocorreu a permanência do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, fruto do uso que as escolas proporcionaram na região. Da mesma forma, a utilização dos três demonstrativos (este, esse, aquele) também é explicada pelo papel exemplar das comunidades cultas que mantiveram, no latim daquela região, as formas latinas *iste*, *ille* e *ipse*. Some-se a isto o fato que, enquanto o latim de Roma passava por transformações, principalmente no abandono de formas arcaicas em preferência a inovações, o latim hispânico mantinha as características dos seus primeiros colonizadores, atestado no uso, por exemplo, do verbo latino *fabulari*, já em desuso no século I a.C. em Roma, porém em plena utilidade no latim da Península Ibérica. Dessa forma originou-se o verbo em português *falar*, assim como no espanhol encontramos a forma *hablar*. Observa-se em outras línguas neolatinas a forma *parlare* (italiano) e *parler* (francês), ambas advindas do substantivo *parabola*, vocábulo cristão adotado no lugar de *verbum*. Estes exemplos demonstram uma certa autonomia do latim hispânico em relação ao latim de Roma, mesmo que, ainda nesse momento, o império estivesse organizado sob a administração política e centralizadora do poderio romano.

Mesmo após o grandioso processo de romanização, responsável pela dominação cultural e política em grande parte do mundo conhecido à época, a grandiosa expansão territorial gerara frutos significativos para a sociedade em Roma. Não foram só as riquezas trazidas das províncias, mas ainda escravos, deuses, hábitos e tudo aquilo que pudesse representar o exotismo advindo dos confins de um império em processo de dilatação. No quesito linguístico, algo de suma importância para este trabalho, observa-se que, à medida que o latim era implantado, coexistiam, lado a lado, os falares pré-romanos, muitas vezes desaparecidos das diversas províncias por representar uma civilização “inferior” aos modelos de Roma. As diferenças provenientes dos substratos linguísticos potencializavam a diversidade do latim falado, mesmo sob a força política do estado “unitário” do império.

No caso da Península Ibérica, em especial, já a partir do século I d.C. grande parte dos falares pré-romanos estavam extintos, comprovando a intensidade do processo de Romanização. Em nome da dominação, Roma comprou a vida de Viriato, líder dos celtiberos que lutou bravamente contra a conquista. Traído por seu próprio povo, foi entregue à morte, anunciando, a partir daí, a legitimidade do poder do invasor sobre a península.

Eliminando todos os focos de resistência, uma das primeiras atitudes do império foi a divisão administrativa da península. A primeira proposta ocorreu no ano de 197 a.C., data que marca a soberania romana na região. Organizados ainda por uma república, os romanos propuseram a divisão em duas províncias, a *Citerior*, localizada nas margens do Mediterrâneo, próxima à divisa da atual França, e a *Ulterior*, localizada também nas margens do Mediterrâneo, nas proximidades do estreito de Gibraltar. Todas essas províncias constituídas partiam do litoral para o centro, comprovando que a completa dominação foi demorada. Essa divisão proposta condicionou uma diferença no latim implantado na região. Isso se deu já que divisões políticas em determinados territórios proporcionaram variações diatópicas, ao menos em determinado contexto. Com isso, a península apresentava uma dupla diferenciação do latim, distribuída em duas províncias constituídas.

A partir de 27 a.C., Agripa, general e estadista de Roma, propôs uma nova divisão. Nesse momento, toda a península está colonizada pelos romanos, inclusive o norte e a parte central. A região antes denominada *Citerior* foi rebatizada *Tarraconensis*. Já a região da *Ulterior* foi dividida em duas partes. A primeira tornou-se *Baetica*, mais próxima do norte da África, enquanto a outra, *Lusitania*, apresentava grandes correspondências com o atual território de Portugal. Essa divisão, que durou até o ano 300 d.C., favoreceu ainda mais as diferenças do latim falado em toda península, propiciando, de certa forma, o desenvolvimento de um latim vulgar lusitano em uma área definida.

No século I d.C., a presença do Cristianismo já era fato consumado. Mesmo na condição de perseguidos, sobretudo após o ano 64, os primeiros cristãos investiram fortemente na conversão das massas em toda a Península Ibérica. Na carta de Paulo aos romanos (Romanos 15: 24-28), encontramos uma das primeiras referências à região. Escrevendo de Corinto, no ano 58, Paulo expressava seu desejo de visitar a *Hispania*, restando apenas a intenção, pois, historicamente, não há fatos que comprovem a sua presença no território. Seu desejo devia-se à existência de comunidades cristãs ibéricas.

A partir do século II, as comunidades cristãs cresciam ainda mais. Ireneu de Lyon, teólogo, escritor e bispo em Lyon entre os anos 177 a 202 (antiga *Lugduno*), ao escrever sua obra denominada *Sobre a Detecção e Derrota da Assim Chamada Gnosis (Adversus haereses)*, escrita em 180, faz menção às comunidades cristãs da Ibéria, muitas das quais experimentavam as heresias propagadas pelo território. Tertuliano, célebre autor cristão das primeiras fases do Cristianismo, no século III, entre 200 e 206, fez referência também às comunidades da península, especificamente em sua obra denominada *Adversos Iudaeos*.

Com as perseguições romanas patrocinadas por Décio, imperador entre 249 e 251, tem-se a comprovação da presença de comunidades cristãs ainda no século III. Em 250 os bispos de Leão-Astorga e de Mérida foram condenados à morte. A presença desses bispos atesta a florescente organização dos cristãos já que, mesmo vivendo na clandestinidade, demonstravam extremo rigor na ordenação de seu espaço, haja vista a necessidade de se estruturar a partir da figura de um bispo. Prova-se, com isso, a existência de dioceses estabelecidas mesmo antes da oficialização da religião cristã. Mais tarde, já no século IV, houve na *Hispania* a realização em *Iliberis* (próximo a Granada), o Concílio Hispânico de Elvira, ocorrido entre os anos de 300 a 303. O evento contou com a presença de dez bispos, vinte e quatro presbíteros, além de vários diáconos e fiéis. Dos bispos, três eram provenientes da atual região de Portugal, antiga *Lusitania*, a saber, Libério, de Mérida, Vicente, de Ossonoba (Faro), e Quinciano, de Évora. No total, quarenta dioceses estiveram representadas, demonstrando o crescimento do Cristianismo na *Hispania* e na *Lusitania*, às portas da tolerância cristã em toda Roma.

O termo bispo está presente no português a partir da transformação do vocábulo grego *epískopos*, com sentido de vigilante, ou seja, aquele que zela e exerce um controle, tendo originado em latim a forma *epīscōpus*. Desta última, originou-se o vocábulo *bispo*, surgindo, ainda no século XIII e XIV, a forma arcaica *obispo*. Dentro do Cristianismo, a função desse sacerdote está associada à administração eclesiástica, considerado a autoridade máxima em uma circunscrição religiosa (diocese). Em Vieira, no Sermão da Quarta Dominga da

Quaresma, pregado em Lisboa, na Capela Real, em 1655, temos o seguinte uso: “*Que pastores mais zelosos, e vigilantes, que bispos, e arcebispos mais doutos, e santos...*” Ao termo *bispo*, soma-se a sua variante *arcebispo*, utilizado, na terminologia cristã para fazer referência aos bispos que ocupam a administração de grandes dioceses (arquidiocese). O termo, além de utilizado na cultura cristã, também está incorporado no xadrez, visto ser o bispo uma peça fundamental na realização do jogo. Sua adoção se deu ainda no século XII, na Europa, demonstrando o forte papel do Cristianismo na Idade Média.

No ano 300 da era cristã deu-se a última divisão da península, executada por Diocleciano. Nesse período, Roma vivenciava a experiência do Cristianismo (ainda considerado movimento subversivo) em seu território, tanto em seu centro como em suas províncias. Paralelo a esse fato, temos, na primeira metade do séc. IV, a oficialização dessa religião. Com isso, a capital Roma e as suas colônias passaram a ser administradas por uma liderança cristã, legitimada pelo imperador para exercer a autoridade religiosa e, eventualmente, delegada para solucionar questões jurídicas. O papel dos bispos transcendia ao trabalho cristão, pois assumiram também função de interagir entre o poder oficial e as populações locais. Podiam ainda participar nas decisões referentes à construção de prédios públicos, na benção das armas para os que saíam à guerra e na definição dos pesos e medidas utilizados no comércio. Como se vê, havia plena participação dos bispos num determinado contexto social.

Para os romanos, ainda antes da chegada do Cristianismo, o termo utilizado para definir as grandes áreas administradas pelo império era o vocábulo *diocese*, usado no direito para designar a jurisdição de determinado território. Com o advento do Cristianismo, tal conceito é convertido a um sentido totalmente cristão, voltado a caracterizar uma unidade territorial administrada por um bispo. Nota-se, com isso, que a última divisão administrativa proposta na península, no ano 300, corresponde a um período de forte presença do Cristianismo em toda Roma, incluindo em suas províncias. À medida que o movimento ganhava espaço, sobretudo após a sua oficialização, os territórios recém divididos na península conheceram, além do poder jurídico e administrativo, a presença dos bispos, chefes da igreja nos diferentes territórios de Roma. As dioceses constituídas, a partir da divisão de Diocleciano, foram: *Baetica*, mais ao centro sul, *Carthaginensis*, no centro da península, *Tarraconensis*, na divisa com a atual França, *Lusitania*, com grandes traços correspondentes ao território atual de Portugal, e a *Gallaecia*, com forte semelhança ao traçado atual da moderna Galícia.

Em Vieira, o termo *diocese* aparece com sentido totalmente cristão, significando, dentro da organização católica, a circunscrição territorial que está sob a administração de um bispo. Sua origem está no grego *dióikēsis*, com significado de administração de uma casa (*oikos*), passando para o latim *dioecēsis*. Em português, houve as formas *diocesis* e *diocesi*, ambas do século XV, sendo essa última a forma gráfica adotada por Vieira. Com o advento do Cristianismo, o significado grego foi traduzido para expressar uma ideia específica do movimento cristão. No Sermão de São Roque, pregado na Capela Real no ano de 1652, Vieira assim faz uso do termo, “*Se deseja àqueles prelados da sua diocese a graça de Deus Pai, supremo senhor, e governador de tudo...*”. O mesmo pode ser encontrado no Sermão da Primeira Domingo do Advento, na seguinte declaração a respeito daqueles que deverão prestar contas a Deus quanto às suas respectivas funções: “*De sorte que o Papa há de dar conta de toda cristandade, o rei de toda monarquia, o bispo de toda diocese, o governador de toda província, o pároco de toda freguesia, o magistrado de toda cidade, e o cabeça da casa de toda família.*”

Importante salientar que a área referente ao território atual de Portugal ganhou características próprias ainda no processo de Romanização, tendo conhecido, a partir do século IV, a ratificação de suas fronteiras graças à presença cristã, estruturada em uma diocese. A partir da legitimação do movimento cristão, toda a região correspondente à *Lusitania* recebeu um bispo para exercer o poder eclesial sobre todas as outras localidades da própria *Lusitania*. Decorre dessa relação a existência do bispo de toda a província romana – *metropolitana*, seguido dos demais bispos obedientes ao poder central – *os civitas*. Observa-se que, na organização do território eclesial, a igreja fez uso das fronteiras políticas propostas por Roma, tendo constituído inclusive dioceses nas principais localidades de uma província. Dentre todas as dioceses em Portugal, a de Braga merece menção, não só por ser uma das mais antigas na *Lusitania*, mas principalmente por ter exercido forte papel centralizador (linguístico e político) na formação de Portugal.

As divisões em dioceses colaboraram não só na demarcação espacial, mas também na caracterização de um território linguístico próprio, particular, fruto da ação das variações diatópicas existentes no latim de Roma. Com as divisões eclesiásticas em toda península, a população local se referenciava a partir do centro denominado sede episcopal. Isso significa dizer que seu papel, ainda que secundário, foi agregar os fiéis em um determinado espaço, garantindo uma identidade linguística local que se diferenciava das demais formas do latim em outras dioceses.

Especificamente na Península Ibérica, a presença do Cristianismo foi mais marcante na questão linguística do que política. Isso porque, muito antes da chegada do movimento cristão oficializado, a península já estava quase completamente romanizada. Com a acelerada conversão das populações peninsulares, o latim, inevitavelmente, por ser a língua oficial da Igreja, passava a ser também a língua oficial dos novos convertidos, estando eles vivendo ou não a cultura de Roma. Dessa forma, admite-se que, converter-se ao Cristianismo significava, inevitavelmente, tornar-se romano, seja na utilização do latim ou na aceitação das ordens sociais instituídas pelos romanos. De certo modo, mesmo que com menor frequência na Península Ibérica, o Cristianismo concluía aquilo que os romanos ainda não tinham concluído, ou seja, a fixação cultural e sobretudo linguística a partir do *catecismo* levado pelos padres a todo o território. De forma genérica, podemos definir tal vocábulo como o sistema de aprendizado elementar da instrução religiosa que contém o ensino dos dogmas e dos preceitos da religião. No Cristianismo, seria o momento em que os novos convertidos começam a adquirir conhecimentos referentes à doutrina como preparação para seguir os modelos da religião cristã. Sua etimologia está no grego *katēkismós*, passando para o latim *catēchismus* e originando a forma portuguesa já no século XVI. Há ainda, em português, uma diversidade de vocábulos derivados da mesma base grega, tais como *catequese* (1813), *catequizar* (século XVI) e *catequização* (1813). Vieira utiliza o termo no Sermão I: Anjo, Xavier acordado, conforme citado no fragmento a seguir: “*O evangelho a que Isaías chama verbo abreviado é o primeiro diminutivo e o abreviado da escritura, libellus: o catecismo comum é o segundo diminutivo...*”

Por fim, vale destacar que as fronteiras geográficas e eclesiásticas exerceram na Península Ibérica, mais precisamente no território correspondente à Portugal, enorme papel na fragmentação do latim em todo o império, algo que se potencializou a partir do século V.

4.3 A Germanização da Península Ibérica a partir da queda de Roma

O projeto de construção do Império Romano foi longo e penoso. Entretanto, os frutos de seu desenvolvimento possibilitaram aos seus cidadãos considerar, durante longo período da história, a realização de uma sociedade sem limites, altamente desenvolvida e sofisticada, capaz de ser vitoriosa na guerra contra qualquer potência. Nessa linha, ainda que o período de existência do império tenha sido grande (753 a.C. ao séc. V d.C.), houve momentos pontuais

que geraram um estágio de pleno desenvolvimento da sociedade. Especificamente entre o século I a.C. e o século II d.C., há, em toda Roma, um sentimento nacionalista ao celebrar os grandiosos modelos cultivados na política, na agricultura, na organização socioeconômica e, após a legitimação do Cristianismo, uma maior unidade entre classes sociais. A administração romana garantia a todos os seus habitantes a liberdade de ações, de deslocamento, de crescimento econômico, de formação escolar e cultural. Tudo parecia definido em um império que, apesar do espaço ocupado (da *Britania* à *Judeia*, incluindo as terras distantes do norte da África até as fronteiras com os atuais territórios da Alemanha), possuía, em tese, poder absoluto na ordem e na administração. Nesse contexto, circulava um idioma único, o latim que, mesmo fragmentado na boca dos mais diversos habitantes, era preservado no âmbito da escrita oficial, mantendo a relativa unidade linguística do império.

Apesar da grandeza romana, não tardaram as primeiras manifestações de um declínio, favorecido principalmente pelo gigantesco espaço dominado. O processo de Romanização, tão aplaudido e comemorado como sinônimo do poder centralizador, além de ter gerado muitos benefícios, gerou, conseqüentemente, muitos inimigos, já que em todas as conquistas realizadas houve severas resistências das populações anteriores a Roma. Havendo ou não focos de resistência em determinadas províncias, fato é que desde o século III o império convivia com forças estrangeiras que viam no mundo romano excelente possibilidade de prosperidade. Conter as forças forasteiras era um trabalho árduo, pois, nesse período, as fronteiras viviam intensamente em guerra, buscando formas de frear as invasões que se estabeleciam.

Ainda durante o processo de Romanização, muitos povos não originários do centro de Roma receberam a cidadania, garantia para uma vida no império com todas as regalias oferecidas. Muitas vezes a conquista de algumas províncias era concluída com homens, mulheres e crianças detentores do título de cidadão, embora também houvesse casos em que se tornavam escravos. Com isso, cada vez mais o império se constituía de uma variedade étnica, algo que caracterizaria a sua condição de diversidade na unidade. Somado a isso, havia por toda a fronteira a presença de povos atraídos pela grandiosidade romana, seja no modelo de vida, na organização militar e até mesmo na produção agrícola desenvolvida. Esses povos ficaram conhecidos por bárbaros, ainda que o termo não dê conta da diversidade de significados relacionados a esse conceito. A princípio a palavra era utilizada na civilização grega para fazer referência a qualquer pessoa não grega. Em Roma, adquire o mesmo conceito, referindo-se, entretanto, aos não romanos.

Os bárbaros, que correspondem a uma diversidade de etnias, viviam em regiões da atual Europa, muito além das fronteiras do Reno e do Danúbio, sempre mantidos fora do império. Apesar disso, admiravam com certo extremismo o modelo de vida romano. Por isso, não demoraram os primeiros embates. A província da *Galia*, correspondente hoje a partes da atual França, foi a primeira a perder terras para o invasor, em 260. Dessa data em diante, as forças de manutenção do império estavam enfraquecidas, provocadas pela decadência do exército romano, a grande máquina de dominação e legitimidade das conquistas.

A inserção de etnias não romanas ao centro de Roma proporcionou uma severa crise. Muitas vezes, os cidadãos abraçados pelo império contavam como única forma de sobrevivência alistar-se no exército. Aos poucos, a carreira militar passa a ser rejeitada pelas grandes famílias patrícias, pois entendiam que os novos contingentes não seriam capazes de manter a excelência de força e equilíbrio desenvolvidos no rigoroso exército romano. Houve, a partir desse momento, insuficiência na instrução dos soldados, treinamento falho para a guerra, armamentos insignificantes para as ações de embate e, como consequência, esfacelamento do invencível exército. As altas patentes estavam entregues à corrupção generalizada, compradas de acordo com os interesses locais. No século IV d.C., a palavra *bárbaro* era sinônimo de *soldado* em toda Roma.

Enfraquecido o exército, não houve possibilidades reais para o império conter as invasões externas. A província da *Dacia*, correspondente hoje a partes da atual Romênia e atual Moldávia, recebeu a presença dos godos entre 257 e 271, constituindo uma das primeiras grandes perdas de Roma. Quanto mais distante fosse a província do centro romano, maiores eram as possibilidades do domínio invasor. Isso se justifica já que, com o exército desarticulado, as fronteiras ficavam mais fragilizadas, enquanto o núcleo central parecia imune aos ataques. Em determinado momento, diante da impossibilidade de frear as forças inimigas, Roma selava pactos com os invasores, entregando terras perdidas em nome da manutenção da paz. O território conquistado recebia uma nova administração, calcada na figura do líder bárbaro invasor. Em tese, o território ainda pertencia a Roma, porém administrado por um rei local. Observa-se, com isso, que em todo império havia sementes de um novo modelo administrativo, constituído por pequenos reinos federados que ocasionaram, pouco a pouco, a formação do sistema feudal, base da administração medieval.

A partir do século IV d.C., a invasão bárbara já é fato consumado. Não mais os godos, divididos em ostrogodos e visigodos, mas agora também os francos, os lombardos, os alamanos, os alanos, os vândalos e os suevos, para citar alguns dos invasores a repartir fragmentos de um império que se conclamava único, porém repartido por líderes quase tribais.

O golpe irreparável, entretanto, ocorre no ano 410/411, considerado o período das grandes invasões. Nesse momento, províncias como a *Britania*, a *Galia* e a até a *Hispania* já não faziam mais parte do império, pois contavam com uma governança bárbara, germânica. Assim, com a situação cada vez mais periclitante, somente algumas regiões da Itália, da Provença e da Récia ainda faziam parte do império, levando Roma a decretar, em 476, o fim de seu longo reinado. A partir desse ponto, todas as antigas províncias estão entregues oficialmente aos líderes bárbaros, com suas leis e línguas próprias.

O fim do Império Romano não foi ocasionado somente pelas invasões bárbaras. Já havia por toda Roma problemas relacionados à administração do território, somadas a questões econômicas e sociais. Durante longo período, os romanos conviveram com um sistema político de sucessão do imperador baseado em golpes liderados pelos generais. Já que o vasto império dependia da força do exército, os comandantes das legiões reclamavam para si regalias econômicas e políticas, muitas vezes, justificadas pelas vitórias em guerra. Com isso, muitos generais ocuparam o cargo de imperador, demonstrando a força e o empenho desses personagens na história de Roma. Ao assumir a liderança do império, a força dispensada à população era muito truculenta, transparecendo tratar-se de um absolutismo, algo que ocasionava no povo um grande descontentamento. Soma-se a isso a desvalorização da moeda e da economia em Roma, provocada não só pelo intenso estado de guerra como também pela escassez de mão de obra no campo. Desde o desenvolvimento das grandes cidades espalhadas por todo império, havia um sentimento contrário à vida rural, entendido como modelo de vida “inferior” comparado com a sofisticação oferecida pelos grandes centros. Muitas regiões do meio rural foram esvaziadas, ocasionando uma redução drástica na produção agrícola e, conseqüentemente, no abastecimento das zonas urbanas. Importante salientar que não havia indústrias em Roma e todo o sustento, sobretudo alimentar, era proveniente da atividade agrícola. A princípio muitos bárbaros ocuparam a posição dos antigos agricultores romanos, na intenção de garantir a sobrevivência no grande império. Ainda assim, a carga tributária tornou-se uma realidade difícil para os pequenos burgueses, evidenciando as insatisfações por todo o território. Com os grandes centros tumultuados por toda sorte de gente, a consequência maior foi o desgaste do próprio sistema, sustentado em bases frágeis. Todos esses fatores associados, incluindo as invasões externas, proporcionaram a destituição de Roma, gerando a sua queda absoluta no século V. No quesito linguístico, enquanto vigorava em todo império a força centralizadora dos romanos, o latim, mesmo diferenciado no tempo e no espaço, ainda mantinha relativa unidade linguística. Quando, porém, a realidade do império muda, o latim, já tão diferenciado e vivendo acorrentado na

estrutura sociopolítica dos romanos, passa a conhecer nova ordem em sua transformação. Para os historiadores, a descontinuidade do império marcou o fim da Idade Antiga e o início da Idade Média, caracterizada pela administração bárbara por toda a Europa ocidental.

Nesse contexto encontramos a Península Ibérica. Na condição de antiga província romana, após as invasões germânicas essa região conheceu uma nova condição política, social e administrativa, primeiramente sob o poder dos alanos, dos vândalos e dos suevos (409). No caso desses povos, não houve uma dominação absoluta em toda a península, visto terem eles estabelecido apenas alguns reinos locais. A partir de 418, chegaram os visigodos, dominando a península de forma mais homogênea. Para tanto, venceram a dominação vândala, sueva e até a aristocracia romana que vivia remanescente na região. Pouco a pouco a *Hispania* se transformava em uma civilização visigótica. Entretanto, nota-se que, à medida que os bárbaros tomavam as antigas colônias romanas, muitas vezes permitiam a continuidade da cultura de Roma nas diversas cidades deixadas pelo império. No geral, os próprios bárbaros consideravam a cultura romana superior à sua cultura, o que ocasionou a manutenção de muitos modelos sociais construídos pelos perdedores. Pode-se dizer que os bárbaros, em grande parte da Europa ocidental, incluindo a Península Ibérica, só foram vencedores políticos, mas não culturais. Graças a essa situação é que o latim pôde sobreviver, mesmo não existindo mais o império politicamente. Se não fosse por esse fato, o latim falado em toda Europa ocidental teria desaparecido, pois os novos dominadores não o tinham como língua natural.

A sorte da Península Ibérica foi ainda maior. Quando os visigodos chegaram a essa província, já tinham atravessado toda a Europa, inclusive com uma pequena passagem e tentativa de estabelecimento na Gália por noventa anos. Com isso, tiveram a oportunidade de estreitar relações com a cultura romana, absorvendo-a de forma elementar. Pode-se afirmar que os visigodos já chegaram à península bastante romanizados, ou seja, com perda sistemática de seus hábitos e de sua língua. Ainda assim, a princípio, as relações entre os romanos descendentes na península e os visigodos foram distantes. Os visigodos constituíam uma casta militar e rural, enquanto os romanos estavam acoados em pequenas cidades (*urbs*), separados socialmente. Além do aspecto social, os visigodos proibiram o casamento com os romanos. Para acentuar ainda mais essa conturbada relação, enquanto os romanos seguiam o Cristianismo, os visigodos mantiveram a profissão de fé no arianismo, uma expressão religiosa cristã fundada no século IV e considerada herética pelo catolicismo. A situação só mudou a partir do século VI, especificamente em 589, quando o rei dos visigodos, Recáredo, recusou o arianismo e converteu-se ao Cristianismo. Esse fato selou o destino da península,

executado pelo papel da igreja. Já que a cultura romana, mesmo vencida, era valorizada pelos visigodos, uma das formas de os invasores sentirem-se romanos era a conversão à fé de Roma, considerada nobre por expressar a sua religiosidade a partir de uma representação esplendorosa de culto. Figurava nesse período um cerimonial sofisticado, solidificado nos sermões, nas vestes, nos hinos e na arte sacra, algo atrativo para quem via de fora toda uma sistematização e organização da doutrina católica. Na visão de mundo dos visigodos, fazer parte dessa fé seria sinônimo de “tornar-se romano”, com toda a pompa deixada mesmo após a queda política do império. Ao aceitar o Cristianismo, a sorte do latim revigorava. Converter-se à religião cristã significava não só a adoção do modelo de vida romano, mas, sobretudo, a utilização e consequente preservação do latim nas antigas colônias de Roma. Graças a essa preservação é que houve condições favoráveis à formação dos falares neolatinos, especificamente na Península Ibérica.

Percebe-se o papel do Cristianismo na formação das línguas neolatinas ao favorecer a continuidade do latim falado na *Hispania*. Por outro lado, há de se considerar ainda o papel do direito romano, uma das maiores instituições criadas por Roma. Como se sabe, após o declínio do império, os antigos núcleos urbanos que sobreviveram aos bárbaros invasores menos hostis puderam manter as relações jurídicas e administrativas de seus territórios. As cidades romanas viviam sob o poder da ordem jurídica, algo que também foi aproveitado pelos invasores bárbaros. No caso dos visigodos, eles entendiam que, ao tomarem os núcleos urbanos, o mais produtivo seria a manutenção da estrutura organizacional que vigorava. Aceitar esse modelo, com todos os seus códigos e tratados, significava aceitar ainda mais o latim, pois era o veículo da produção jurídica. Isso ocasionou, após a aceitação do Cristianismo e a revogação da interdição dos casamentos mistos, a convivência dos dois povos, a elaboração de um mesmo código jurídico, o *Forum Judicum*, escrito em latim na sua forma padrão. Assim, tanto a vertente do Direito como a vertente do Cristianismo proporcionaram a continuidade da língua latina, tanto escrita como falada.

Especificamente na fala houve o enriquecimento provocado pelo papel do superstrato. À medida que os visigodos na península se tornavam vitoriosos no campo político, linguisticamente eram perdedores, pois adotavam o latim como seu novo veículo de comunicação. Apesar disso, ao falarem o latim, deixavam impressos elementos da sua língua anterior, o gótico, usado até o século VII. Portanto, os resquícios linguísticos do povo vencido culturalmente, quando ficavam preservados na língua do povo que venceu também linguisticamente, caracterizam o chamado superstrato. Em outras palavras, a língua do dominador político deixa de ser falada em prol da língua do vencido. Mas nesta passam a

vigorar elementos da língua do povo que foi vitorioso politicamente. Das influências da língua dos visigodos nos falares neolatinos peninsulares, temos apenas interferências no nível lexical, o que demonstra o rápido processo de romanização dos invasores germânicos antes de entrar na península.

A partir desse ponto, a Península Ibérica era um território dominado por forças visigóticas, porém com uma forte cultura romana, representada pela Igreja e pela organização das cidades. Linguisticamente já não era mais possível admitir o latim como língua oficial da região, pois nesse momento havia forte interferência da língua dos invasores. Após a queda oficial de Roma, o latim implantado por todo antigo império teve condições de sofrer toda a sorte de transformações, pois já não havia forças de manutenção da língua (forças centrípetas) vigorando. Ao contrário, prevaleciam as tendências nacionais, particulares, acentuadas pelas forças centrífugas. Etnicamente, pode-se afirmar que a península se estruturava em uma sociedade formada por visigodos e romanos, todos cristianizados. Essa era a situação da *Hispania* até a primeira década do século VIII.

4.4 Arabização

Conforme esclarecido no tópico anterior, o Cristianismo ganhou na Península Ibérica grande vitalidade, o que se verificou com a presença de bispos e teólogos, além de mosteiros e dioceses. No caso especificamente de Portugal, destacou-se a diocese de Braga, rival em poder à de Toledo. Porém, toda presença cristã, seja ela linguística ou social na península, passaria por período de dificuldade propiciada pela invasão árabe em 711. A partir desse ano, o antigo reino hispano-godo, formado por resquícios da população romana e pelos invasores godos, viu-se abalado com a nova cultura forasteira que chegava à região: a presença árabe que, na península, foi justificada por questões religiosas, devido principalmente à divulgação de sua fé para aqueles que não conheciam o Islamismo. Importante ressaltar que a sua história é anterior à formação do próprio Islamismo.

Uma das primeiras notícias dos árabes nos chega através do relato bíblico. Segundo o autor de Gênesis, Sara, esposa de Abraão, não podia gerar filhos. Ardentemente desejoso de um herdeiro, apesar da avançada idade, Abraão recebe de sua infértil esposa a escrava Agar para, juntos, gerarem um filho. Desse relacionamento nasce Ismael. Ainda segundo o relato,

após a relação entre Agar e Abraão, Sara consegue, milagrosamente, engravidar de seu marido, vindo nascer Isaac, de onde descendem os hebreus. De Ismael, o filho bastardo, advém os *ismaelitas*, termo presente no português desde o século XIV. Encontramos referência a essa palavra, por exemplo, no relato de José vendido para o Egito. De acordo com o autor de Gênesis (37:12), José teria sido vendido por seus irmãos para uma caravana de *ismaelitas*. A partir desse termo, a língua portuguesa conheceu o vocábulo *islamita*, registrado em Vieira no Sermão do sábado antes do domingo de Ramos, pregado na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, na Bahia, em 1634. Nessa passagem, Vieira predicava exatamente sobre a venda de José ao Egito, conforme se vê no fragmento a seguir: “...um mercador ismaelita, que prometeu por ele vinte reales, e os cobiçosos irmãos, que eram dez...”

O termo *árabe* aparece na história com Shalmaneser III, rei de Assíria entre 859 a.C. a 824 a.C., sendo mencionado pela primeira vez em uma inscrição de 853 a.C. para designar um rei, de terra árabe, vencido na Batalha de Karkar. O provável significado do termo, na visão de Shalmaneser, seria relacionar os árabes à atividade nômade, o que colocaria, lado a lado, árabes e hebreus. Essa tese se complementa quando voltamos às tradições bíblicas: Abraão, patriarca desses povos, pertence à nona geração de Sem, filho de Noé. Por esse motivo, o termo que melhor se ajusta, em português, para designar árabes e hebreus é *semitas*.

A história dos povos semitas, em especial os árabes, tomará outro rumo somente a partir do século VII com a figura de Maomé. Nascido em 570 na cidade de Meca, tornou-se um mercador de elevado potencial, dedicando parte de suas viagens para rezas e meditações. Por volta do ano 610, durante uma de suas reclusões espirituais, segundo as tradições árabes, recebe a visita do anjo Gabriel, que lhe teria ditado todo o livro sagrado do Corão. Baseado nas religiões cristã e judaica, sobretudo em seu aspecto monoteísta, Maomé difunde uma verdade religiosa da qual ele se declarava profeta. Em Meca, sua mensagem é rejeitada e, junto a seus seguidores, é obrigado a fugir para Yathrib (atual Medina). Essa fuga, conhecida como Hégira, ocorreu no ano 622 e marcou definitivamente o início do Islamismo. Em Medina, Maomé incentivou a organização militar, obrigando, posteriormente, que Meca se convertesse às novas ordens religiosas. Desta forma, não tardou para que toda a Península Arábica aceitasse as verdades proferidas por seu profeta, fazendo com que a divulgação do Islamismo trouxesse consequências positivas para a população. Se antes as comunidades árabes, extremamente heterogêneas, eram definidas por seu modelo de vida politeísta e nômade, agora, por causa de sua fé, estavam unidos em uma nova marca nacional: a religião. Sendo assim, puderam centralizar os mesmos interesses, constituindo, inclusive, uma unidade linguística – a língua árabe. A relação estabelecida entre Maomé e os árabes proporcionou no

português a existência do termo *maometanos* para fazer referência aos seguidores do profeta (os *islamitas*). A origem do termo está no ábore *Muhammad* (forma latinizada), originando, no italiano, o termo *Maométo*. Desse nome próprio, surge também na língua italiana o termo *maomettano*, passando ao português *maumetano* ou *mahometano*, ambos do século XVI. Vieira faz uso do segundo termo no Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma, pregado em Lisboa, na Capela Real, em 1649, conforme atesta o seguinte fragmento: “...*este são os hereges (...) os Mahometanos e os Judeus...*” O vocábulo se faz presente também no Sermão de São Gonçalo, na passagem a seguir: “*E se quisermos considerar que a jornada na Terra Santa foi feita com espírito e desejo de lá converter os infiéis Mahometanos que a dominavam...*”

Uma das propostas da nova religião árabe era a propagação de sua fé aos povos não conhecedores do Islamismo. Por isso, não tardou para que as primeiras levas deixassem suas terras em direção a outros continentes. Em 642, os árabes haviam chegado à África, ao Egito, levando Alexandria ao domínio islâmico. A dominação continuou, provocando a conversão de todo o norte da África. Em geral, as conquistas eram patrocinadas por um forte exército treinado, o que garantia a vitória absoluta. Tomados pela pendorrativa da difusão da fé, os árabes atravessam o Mediterrâneo e, liderados pelo General Tárik, chegaram à Península Ibérica, em 711, com um exército de 12 mil homens. O nome árabe desse militar (Gabal Tárik) batiza, inclusive, o estreito que liga a África à Europa (Gibraltar). O preparo das tropas proporcionou uma conquista surpreendente: em apenas dois anos (713), todo o centro-sul da península estava conquistado, incluindo a antiga Lusitânia.

A ocupação arábica no território peninsular foi rápida e extrema, ocasionando, a princípio, uma dominação política, social, religiosa e linguística. Antes dos árabes, a península ainda estava em processo de fusão entre romanos e godos. No geral, os nobres godos deviam seguir o seu rei nas guerras, algo previsto na legislação gótica. Como o preparo militar dos árabes era superior, logo o exército godo, incluindo seus nobres, caiu em desgraça. As populações romanas, de certo modo, ficaram ilesas, pois não tinham a obrigação de lutar contra o invasor. Soma-se a esse fato a conquista dos árabes nas diversas regiões da península, havendo significativas diferenças de atuação e tempo de permanência. Todo o centro-sul foi ocupado.

A única identidade dos habitantes da península era a fé cristã. Com os árabes, a conversão ao Islamismo era uma realidade. A intenção era fazer do território ocupado uma “Nova Arábia”, ou seja, transformar a região em um modelo estrutural árabe. Às comunidades cristãs que não aceitavam o domínio restava somente a fuga para o norte, nas longínquas

regiões frias e montanhosas que pouco atraíam os povos invasores, habituados à temperatura e à planície do deserto. Os cristãos que não concordavam com a migração para o norte tiveram de conviver com a presença muçulmana. Desta convivência, temos os *muladies*, parte da população cristã que negou a fé católica tornando-se islâmica. Aceitaram a língua árabe como língua de comunicação, além de adotar todo o modo de vida proposto pelos invasores. A seu lado, havia parte da população que aceitou o domínio islâmico, seja na língua, na religião ou mesmo no modo de vida, porém, em seu ambiente familiar, professavam a fé cristã e utilizavam, conseqüentemente, o romance local. A este grupo, denominado *moçárabes*, recaiu a responsabilidade de preservar os falares de tradição românica quase extintos do centro-sul da Península Ibérica. Posteriormente, de acordo com as leis islâmicas, os vencidos em guerra poderiam ter os mesmos direitos que os vencedores, desde que praticassem a mesma religião, o Islamismo. Caso contrário, teriam de pagar tributos para o exercício individual de sua religião. Graças a esse fato, houve convivência de islâmicos, judeus e cristãos na Península Ibérica.

A partir do século XI e XII, a migração das comunidades cristãs para o norte da península, algo que ocorria desde o ano de 718, constituía uma realidade absoluta, tendo havido inclusive a criação de um estado cristão, o Reino das Astúrias. Como consequência, outros reinos foram fundados, como o de Leão, Castela, Aragão e Galiza, sendo este último o que assistiu a maiores embates entre cristãos e islâmicos. Ainda insatisfeitos com a dominação moura, as populações cristãs, organizadas em pequenos feudos, decidem reaver o território em um movimento conhecido por Reconquista. Recebendo apoio do poder papal, os cristãos, isolados no norte, pedem auxílio às populações francas. Ressalte-se que, nesse período, em toda a Europa ocidental, a atual região correspondente à França era o único reino com uma sólida organização política e social, o que teria provocado desde breve a construção de um exército forte. Por esse motivo, cavaleiros franceses, com promessas de terra e casamento, foram convidados pelos cristãos da península para auxiliar a expulsão árabe. Neste momento, os feudos de Leão e Castela tiveram papel fundamental na reorganização de uma força para patrocinar a queda dos invasores.

Em especial, Afonso VI, rei de Leão e Castela, convida dois cavaleiros franceses para participar na batalha. O primeiro é Raimundo que, conseguindo expulsar uma quantidade considerável de mouros, recebe em troca a mão de D. Urraca, filha legítima de Afonso VI. Além disso, recebe como dote o Condado da Galiza. O segundo convidado é Henrique de Borgonha, primo de Raimundo. Vencendo os mouros, recebe o Condado Portucalense, ocupado por cristãos desde o ano 868, em uma região que se estendia da Galícia até o Rio

Douro. Junto ao futuro território de Portugal, Henrique recebe também a mão da outra filha de Afonso VI, D. Tareja. Dessa união nasce D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal. Ao novo rei coube estabelecer geograficamente o seu espaço de atuação, seja na dilatação de seu território em direção aos mouros, seja na disputa territorial travada com seus inimigos galegos. Insatisfeito com a mãe, devido a alianças com a Galícia, Afonso Henriques, tendo a seu lado figuras como o arcebispo de Braga, venceu as forças galegas no campo de São Mamede, junto a Guimarães, em 1128, tendo início o seu período de governo. Somente em 1140 ele passou a se declarar rei. Em 1143, na cidade de Zamora, estando presente o rei de Leão e Castela, foi declarada a independência do território governado por Afonso Henriques (Tratado de Zamora), autorizado por um cardeal enviado pelo Papa Inocêncio II para intervir nas discussões e negociações. Isso demonstra o poder da Igreja na construção do estado português, algo corporificado desde o início da história de Portugal. O reconhecimento oficial da condição de rei veio com o Papa Alexandre III, ao considerar, em 1179, Afonso Henriques rei de Portugal.

Com o nascimento oficial da nação portuguesa (1143), não tardaram as primeiras manifestações de uma língua nacional, gerando futuramente o nascimento do português como língua escrita. Esse período coincide com a época de expulsão de grande parte das forças árabes em território lusitano. Significa afirmar que o português, utilizado também na escrita, vinha de uma tradição oral calcada nas influências deixadas pelos mouros na terras correspondentes hoje em Portugal. Durante longo tempo, do século VIII ao século XIII, coexistiram os falares românicos lado a lado aos falares árabes, constituindo um adstrato, ou seja, a convivência de duas línguas em um mesmo território. É natural que, desse convívio, muitos empréstimos tinham vindo da língua árabe para a língua portuguesa. Tais influências podem ser percebidas prioritariamente no léxico, principalmente no espanhol, mas encontraremos algumas peculiaridades na fonética e na morfologia do português.

No campo léxico, há uma diversidade de termos que atestam a presença moura na península. Isso ocorre já que, dotados de um modelo de vida bastante inovador, souberam os árabes aplicar seus conhecimentos na região dominada, tanto nas técnicas de exploração do solo (*açude*), na utilização de produtos agrícolas (*algodão, abricó, azeite, açúcar*), como na organização de sua sociedade (*aldeia, bairro, alcova*). Além dos termos referentes à ornamentação (*almofada, azulejo, jarra*), houve também uma presença marcante relacionada à vida militar, o que prova o envolvimento desse povo na arte da guerra (*almirante, alferes, arsenal, atalaia*).

Se no léxico podemos apontar uma diversidade de exemplos, na fonética as heranças são um pouco mais restritas. Sabemos que, em latim, as palavras, em grande parte, eram paroxítonas ou proparoxítonas. Durante a permanência do latim vulgar na *Hispania*, os proparoxítonos se tornaram menos comuns, havendo maior incidência dos paroxítonos. O contato com a língua árabe gerou principalmente uma vulgarização dos proparoxítonos. Isto se deve aos moçárabes, que souberam assimilar o acento da língua dos conquistadores, trazendo, como consequência, essa influência para o português.

Na perspectiva da morfologia, notamos a presença significativa do artigo árabe *al* aglutinado à raiz latina dos substantivos. Em latim, não havia artigos. Para os moçárabes, habituados ao uso desse elemento gramatical em sua língua, seria mais “coerente” inseri-lo na pronúncia dos vocábulos românicos. Desta forma, encontramos em português o artigo *al* em diversas palavras (*alicate, álcool, acelga, alfafa, alcachofra*) – com preservação do fonema /l/ - ou mesmo sem a preservação do fonema (*açafrão, adufe, armazém*).

Após o processo de expulsão dos árabes, a presença em português de marcas de sua língua pode ser vista ainda a partir de heranças eruditas. Como exemplo, além do conhecimento matemático (as palavras *álgebra* e *algarismo* são de origem árabe), temos os números arábicos, incluindo o *zero*, utilizados de forma corrente em nossa sociedade. Interessante observar que em latim os números eram representados por letras, sistema que não vigorou nas línguas neolatinas, especificamente no português. Há de se notar ainda a presença marcante de vocábulos do campo científico, tais como *alquimia, elixir* e *nuca* (termo médico).

Ao analisarmos as contribuições mouras na língua portuguesa, notamos que os quase sete séculos de dominação não foram suficientes para caracterizar influência ainda mais marcante no português. Isso se explica já que, apesar do longo domínio, a cultura árabe era intensamente diferente da cultura latina deixada na península. Apesar de as invasões bárbaras constituírem uma realidade presente, os visigodos e suevos possuíam uma semelhança étnica com os romanos, pois eram oriundos de uma tradição Indo-europeia. Dessa forma, as línguas, mesmo diferentes, apresentavam um contato relativo. No referente à religião, a princípio separados por doutrinas politeístas, não tardou para que as populações bárbaras se convertessem ao Cristianismo. Quanto aos árabes, notamos uma língua de tradição totalmente diferente ao modelo romano, pois tratava-se de um idioma semita e um modelo religioso divergente da fé cristã. Todas essas características favoreceram um contato superficial, apesar de longo, proporcionando apenas heranças relativas no português.

Em linhas gerais, Portugal surgiu como nação no século XII, ocupando provisoriamente parte do extremo ocidente do norte da Península Ibérica. O atual desenho da

nação portuguesa é fruto da continuidade do processo de deposição dos dominadores muçulmanos, assegurando cada vez mais os domínios cristãos. Durante todo esse período, a ideia de nação esteve associada à noção de religião, fazendo com que as fronteiras de Portugal não fossem demarcadas com linhas geográficas, mas sim religiosas. Expandir a fé, na Idade Média portuguesa, significava expandir a nação, com a cruz e a espada ao mesmo tempo. Somente em 1492 os árabes perderam o domínio da península, com maior expressão nos territórios correspondentes ao sul da Espanha. Portugal, praticamente no século XIV, já se vira livre da dominação moura, graças, sobretudo, ao seu extremo fervor cristão, levado a medidas extremas em relação à presença semítica (árabe ou judaica).

4.5 Consolidação geográfica, social e cultural de Portugal

A formação da primeira dinastia portuguesa, denominada afonsina, devido ao grande número de monarcas chamado Afonso, está diretamente associada à formação do território português. Iniciada por Afonso Henriques em 1143, data do Tratado de Zalmora, e concluída em 1383, o período correspondente ao governo de todos os seus reis foi ao encontro de duas necessidades elementares: a fase de conquista e definição do território a partir da organização da monarquia e a fase de desenvolvimento comercial, fruto da necessidade da expansão econômica. Apesar dessas características gerais, cada um dos governantes agiu de forma diferenciada na execução de seu governo, promovendo, mesmo sem um propósito definitivo, condições específicas para a legitimação do português como língua oficial de um território em processo de constituição espacial e cultural.

Especificamente com Afonso Henriques Portugal obtém a sua fundação, legitimada pelo papa e por outros monarcas europeus. Em termos militares, sua atuação se deu no alargamento das fronteiras em direção ao sul, mantendo vivo o processo de Reconquista. Culturalmente seu legado foi a construção do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, no ano de 1131, e do Mosteiro de Alcobaça, em 1153, demonstrando não só a sua excelente relação com a Igreja, mas também sua preocupação em constituir um espaço para a erudição, visto os mosteiros representarem por toda a Idade Média um polo para a preservação do saber. Nesse período já é possível notar na embrionária sociedade portuguesa de Coimbra uma estilização da língua, representada por uma rica literatura em prosa desenvolvida nos respectivos mosteiros, espaço do desenvolvimento intelectual. Com as traduções das obras clássicas

realizadas nesses locais, ganhava a língua portuguesa referências latinas, como por exemplo, uma diversidade de palavras eruditas.

Após a morte de Afonso Henriques em 1185, assume o reinado seu filho Sancho I, conhecido como *Povoador*. Interessante observar que o conceito de povoar estava mais associado à ideia de estabelecer um modo de vida dos conquistadores, muito mais do que levar contingentes populacionais para uma determinada área. Com isso, núcleos urbanos, como por exemplo Coimbra, cidade sede escolhida por esse monarca, balizavam um modelo de vida para a população, seja a partir do governo político e militar de nobres ou mesmo pelo domínio da Igreja, representado pela figura dos bispos. Além de povoar, a atuação de Sancho I esteve voltada na retomada de territórios mouros e a consequente dilatação da cultura portuguesa nas novas terras herdadas ao sul. Com a morte desse rei em 1211, sucedeu Afonso II, seu filho. Apesar de um reinado curto, devido principalmente à sua morte aos 37 anos, patrocinou os conflitos militares de maneira parcimoniosa. Diferentemente de seus antecessores, não agiu de forma imperativa contra os mouros, demonstrando, ao contrário, preocupação maior com a consolidação econômica e social de Portugal. Coube a ele o primeiro conjunto de leis portuguesas, ainda em latim, com a intenção de organizar a propriedade privada, o direito civil e a cunhagem de moedas. Na tentativa de ampliar as rotas comerciais, enviou para os países europeus diversos embaixadores, proporcionando ao recente criado Portugal uma maior visibilidade. Com isso, cada vez mais a sociedade portuguesa se desenvolvia, buscando desde já um modelo de vida sofisticado, expresso também em suas produções linguísticas. Interessante destacar que no seu reinado foi escrito o primeiro documento que se tem notícia em língua portuguesa. Seguindo a prática comum da época, Afonso II manda escrever seu testamento em 1214, documento datado de 27 de junho. A língua utilizada para essa finalidade não foi o latim, mas sim a língua corrente utilizada à época, veículo de maior acessibilidade, tornando o documento mais próximo da compreensão naquela sociedade.

O projeto de desenvolvimento de Portugal sofre, entretanto, grande embargo graças à atuação de seu novo monarca, Sancho II, coroado em 1223. Filho de Afonso II, obteve de seu pai todas as mazelas pelas quais Portugal passava. Sua desastrosa atuação o levou ao exílio em 1245, lá morrendo em 1248. Antes disso, seu irmão mais novo, Afonso III, assume a coroa na condição de regente, proclamando-se rei somente a partir de 1248. Em seu governo muitas foram as qualidades trazidas à população, principalmente com os cuidados dispensados à classe média e aos comerciantes. Já com as classes mais baixas, coube ao rei favorecer um senso jurídico, justificado pela necessidade de oferecer à população comum

maior igualdade de direitos. Em sua gestão observou-se também a organização da administração pública e a fundação de várias vilas e cidades, demonstrando preocupação com a ocupação territorial. Em 1255, transferiu a capital Coimbra para Lisboa. Quanto ao movimento de Reconquista, coube ao rei garantir a expansão territorial, anexando o Algarve ao reino português.

Todas essas atitudes demonstram que Portugal, nascido de uma pequena comunidade ao norte da península, cada vez mais adquiria para si a aparência de um grande reino, com todas as sofisticções vivenciadas pelos feudos vizinhos. No campo linguístico, observa-se que, com o desenvolvimento social, exigia-se da língua maior inclinação para expressar um novo mundo, uma nova sociedade refinada e capaz de representar um pensamento mais elaborado, seja no campo científico, artístico ou filosófico. Nesta linha, encontramos a figura de D. Dinis, filho de Afonso III (falecido em 1279), que assumiu o reinado após a morte de seu pai. Sua atuação foi uma das mais significativas na administração da coroa, tanto no campo bélico como no aspecto cultural, especificamente na questão linguística.

Nascido do matrimônio de Afonso III com a filha de Afonso X de Leão e Castela, o sábio, Beatriz de Castela, D. Dinis herdou de seu lado materno uma grande inclinação para as artes, tendo ele mesmo produzido cantigas de amor e de amigo, contribuindo para o desenvolvimento da poesia trovadoresca na Península Ibérica. Com uma visão mais sensível às artes e às ciências, soube valorizar a identidade portuguesa, fundando em 1290 a Universidade de Lisboa, a terceira na Europa. Se antes a nobreza lusitana tinha de seguir a Bolonha ou a Paris para dar continuidade aos estudos em Direito ou Medicina, com a criação da universidade a situação mudava. Não só os mosteiros passaram a exercer papel fundamental na preservação do conhecimento científico, mas também a universidade. Sendo um dos primeiros monarcas português alfabetizado, valorizou o uso da língua portuguesa. Se antes o latim era a língua da escrita, da documentação oficial, no reinado de D. Dinis a língua falada passou a ser utilizada como veículo da comunicação escrita. Trata-se da legitimação do português (século XIII) ou, se preferirmos, de seu nascimento no campo da escrita. A partir desse momento (1290), as leis, os documentos cartoriais e as transações comerciais tiveram de ser redigidos em português. Com essa valorização do idioma, o rei promoveu a tradução de várias obras para a língua portuguesa, tornando a sua corte um dos maiores centros literários e culturais da Europa, pois ele mesmo incentivou a produção artística em vários níveis, como, por exemplo, a música. Assim, estando a corte e a universidade em Lisboa, cada vez mais essa cidade adquiria uma consciência de *pólis*, fornecendo modelos linguísticos desejados por todos aqueles que se sentiam portugueses. Pouco a pouco instituía-se nos seus arredores uma

noção de língua urbana, distante dos modelos rurais presentes ao norte de Portugal, graças ainda aos modelos linguísticos constituídos pelos mosteiros em Coimbra.

Junto às inovações culturais e linguísticas, D. Dinis teve relevo também no campo administrativo, contribuindo fortemente para a definição de suas fronteiras, além de criar em 1312 a marinha portuguesa. Seus valorosos feitos foram reconhecidos por Fernando Pessoa, em um poema dedicado na obra *Mensagens*. Outra menção importante do monarca está na *Divina Comédia* (Paraíso, canto XIX, estrofe 138), de Dante Alighieri, tendo sido valorizado por seus feitos em Portugal. Para este estudo, vale ressaltar o papel desse rei, e de forma indireta de seus antecessores, na definição de um espaço físico próprio para a realização da língua portuguesa. Dessa forma, é correto afirmar que, tendo nascido o português no século XIII, a partir desse momento podemos nos referir a uma fase denominada arcaica, pois a língua era efetivamente utilizada na escrita. Durante essa fase, a língua conviveu com uma sociedade cada vez mais estilizada e exigente de modelos linguísticos capazes de representar o universo social, principalmente na produção literária. Com a morte de D. Dinis, Afonso IV, seu filho, assume o poder, garantindo o crescimento de Portugal e de seu poderio. Durante seu governo, incentivou a dilatação de seu espaço, dominando os mouros em 1340 (Batalha do Salado) e conquistando as Ilhas Canárias, fruto de seu processo expansionista pelo Atlântico, graças, principalmente, ao estímulo dado para o desenvolvimento da marinha portuguesa. Após sua morte em 1357, Pedro I é coroado o novo rei, tendo contribuído para a paz nas terras de Portugal. Seu reinado de apenas dez anos deu lugar para outro monarca, D. Fernando. Seus feitos foram notáveis também no crescimento da marinha. Apesar disso, por questões políticas internas, após sua morte em 1383 o país passou por uma série de problemas relacionados à sucessão, vindo ao trono, em 1385, seu irmão bastardo, D. João, Mestre de Avis. A partir desse momento, é extinta a Dinastia Afonsina e Portugal passou a conhecer uma nova casa real: a Dinastia de Avis.

O saldo positivo de todo o período correspondente à administração afonsina está sem dúvida na construção da própria nação portuguesa, seja geográfica, política, cultural e principalmente linguística. Com o fim dessa dinastia, a língua portuguesa vivia em condição de prestígio: falada por uma população cada vez mais desenvolvida socialmente, ansiosa por gozar de todas as tecnologias advindas da Europa. Assim, cada vez mais a língua acompanhava os anseios sociais, tornando-se um instrumento vivo e dinâmico daquele contexto. O esplendor vivido pela língua portuguesa se manteve com a dissolução da primeira dinastia, agora influenciado pelo crescimento de uma nova sociedade governada pela nova casa real.

O primeiro rei dessa nova dinastia foi D. João I, homem culto e de grande ímpeto na administração do reino. Graças à sua aliança com a Inglaterra, país próspero na economia, na sociedade e na guerra, obteve êxito na Batalha de Aljubarrota contra o reino de Castela. Da relação inglesa obtém a mão de Felipa de Lencastre, tornando-se sua esposa. Durante o seu reinado mantém vivo o processo expansionista e pioneiro além-mar em uma Europa já desgastada pela Idade Média. Em 1415 conquistou Ceuta, um importante ponto estratégico para a navegação. Em 1419 chegou à Ilha da Madeira, iniciando a sua colonização. O mesmo ocorreu com a ilha dos Açores, conquistando-a e colonizando-a a partir de 1427. Para contribuir no seu projeto de colonização, pôde o rei contar com a língua portuguesa, instrumento capaz de favorecer a implantação da cultura lusitana nas novas terras ocupadas. Durante o seu reino, com o desenvolvimento das cidades e da burguesia, cada vez mais um modelo linguístico urbano se solidificava.

Após a sua morte, em 1433, a coroa é ocupada por seu filho, D. Duarte. Em um reinado curto de apenas cinco anos, prosseguiu nas campanhas expansionistas, alcançando, em 1434, o Cabo Bojador, cuja travessia proporcionava aos marinheiros verdadeiro pavor. Aos poucos os portugueses dominavam ainda mais o mar, buscando novas terras. A partir de 1438, D. Afonso V assume a monarquia portuguesa, tendo sido relapso com o desenvolvimento do comércio e da administração do reino. Por outro lado, manteve a continuidade da expansão pela África, o que o levou a ser conhecido como *o Africano*. Seu reinado termina oficialmente em 1481, vindo a ocupar o trono D. João II, seu filho, que desde 1477 reinava provisoriamente devido à abdicação do pai. Dando sequência aos projetos paternos, manteve a expansão pelo território africano, adquirindo feitos como a travessia do cabo da Boa Esperança, tornando-se o primeiro europeu a navegar pelo oceano Índico. Além disso, negociou, em 1494, um tratado com o recém-formado reino de Espanha, denominado Tratado de Tordesilhas. Sem ter herdeiros legítimos para a sucessão, escolheu seu primo e cunhado Manuel para assumir o trono em 1495.

A partir desse ano, Portugal conheceu uma das figuras mais notáveis na continuidade das conquistas marítimas, denominado D. Manuel. Foi em seu reinado que Vasco da Gama descobriu o caminho para as Índias (1498) e Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil (1500). Vale ressaltar que o produto de todas as investidas portuguesas proporcionavam maiores riquezas ao território. Como consequência, cada vez mais se solidificava uma burguesia em Portugal, algo que continuou no reinado de D. João III, filho de D. Manuel. Ascendendo ao trono em 1521, pôde contar com um reino extremamente estendido pela América, África e Ásia, continentes já conhecedores da língua portuguesa, considerada oficial nos grandes

portos mundiais. No campo da cultura, esse período foi marcado pela atuação de Gil Vicente e o surgimento de Luis de Camões. Por ser extremamente religioso, favoreceu a entrada dos jesuítas em todo império, permitindo ainda a introdução da Inquisição em Portugal. Com esse rei temos uma nação portuguesa extremamente fortificada em todos as suas modalidades, tais quais políticas, sociais, econômicas, culturais e, de maior importância para este estudo, linguística. Após a morte de D. João III, Portugal é governado por D. Sebastião (1557 a 1578) e D. Henrique (1578-1580), monarcas que não trouxeram grande significado às questões linguísticas. Sem descendentes, após a morte do Cardeal D. Henrique a coroa portuguesa é passada às mãos de Felipe II da Espanha, em um período conhecido pelos portugueses de *domínio filipino*.

Com a conclusão da Dinastia de Avis, nota-se a importância de todo o período na história de Portugal para a expansão marítima e para a aquisição do monopólio oriental de especiarias. Nesse momento, o país gozou de elevado reconhecimento internacional, favorecendo uma importante ascensão da cultura portuguesa. Com a língua não foi diferente, pois o português vivenciou um período de transformações na tentativa de acompanhar as novas mudanças sociais. Desde o século XIV, Portugal viu florescer a prosa em seu território, produzida e divulgada por uma sociedade ávida por expressar as aventuras de um mar desconhecido. É desse período também que surgiram as narrativas sobre a vida dos santos, originária nos mosteiros, e a famosa Demanda do Santo Graal. Observa-se a influência do Cristianismo evidenciada na formação linguística de uma sociedade nascida cristã.

Com a nascimento de Fernão Lopes no final do século XIV, mais uma vez a língua se solidificou graças às narrativas produzidas por esse grande homem das letras portuguesas. Tendo assumido em 1418 a guarda dos arquivos da Torre de Tombo, em 1419 trabalhou diretamente com D. João I, sendo seu secretário até 1438. Durante esse período, escreveu várias crônicas a respeito da vida dos monarcas portugueses, demonstrando, sem intenção, a capacidade da língua de servir-se como instrumento capaz de representar um pensamento mais refinado e estilizado. Pouco antes de sua morte na segunda metade do século XV, a Europa passava por uma série de novidades, dentre as quais a conquista de Constantinopla pelos turcos. Nesse mesmo ano é comum os historiadores apontarem o fim da Idade Média e o início de uma nova fase não só em Portugal, mas em toda a Europa: a Idade Moderna.

Ainda que as datas não delimitem com exatidão o início de um novo período e de uma nova virada na sociedade, sobretudo em sua percepção, é justo considerar que no reinado de D. Duarte ocorreu uma mudança significativa na Europa, seja com o fim do período medieval e o surgimento do Renascimento, oriundo da Itália e divulgado por grande parte do continente

européu. As mudanças ocorridas na sociedade traziam influências em todas as perspectivas, inclusive linguísticas. Com o fim da Idade Média, o panorama geral do português escrito que vigorou nos séculos XIII, XIV e XV foi a falta de uma norma vigorosa (algo que foi se equacionando com o advento das primeiras gramáticas somente na primeira metade do século XVI) e, como consequência, a utilização na escrita de uma série de elementos linguísticos provenientes das mais diferentes regiões no país. No vocabulário, havia na língua uma forte interferência da cultura francesa, considerada modelar graças à sofisticação de seu país, assim entendido pelos portugueses. Com o Renascimento, movimento cultural que (re)descobre o ideal humanista, a língua portuguesa, herdeira de uma origem latina, viveu a experiência de absorver do latim clássico uma referência para a sua constituição. Pode-se afirmar que houve um processo de enriquecimento linguístico, pois os escritores portugueses desejavam copiar os modelos latinos, seja na sintaxe, na morfologia, na grafia e no léxico, sobretudo no léxico erudito.

É nessa realidade que o português atravessou o século XV chegando à primeira metade do século XVI com algumas novidades. Em 1536, iniciou-se o processo de produção gramatical em Portugal, com a publicação da gramática de Pe. Fernão de Oliveira. Com esse primeiro exemplar de uma obra voltada a legislar a língua escrita, criou-se uma condição favorável para a normatização do idioma que agora estava presente nas mais distantes regiões do planeta, falado por povos das mais diferentes culturas. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os primeiros projetos gramaticais, impulsionados pela ascensão de uma tímida burguesia, estiveram voltados também à estabilização de um modelo de língua que pudesse representar o idioma nacional nas mais diversas terras. Nessa mesma data, Portugal perdia um dos maiores escritores do período arcaico, Gil Vicente, um grande expoente na utilização da língua em uma perspectiva literária. Com base nesses dois acontecimentos é possível afirmar que a língua entrou em uma nova fase, graças principalmente às inovações advindas no período. Podemos denominar essa nova época de período clássico, marcado ainda pela publicação da segunda gramática do português, em 1540, por João de Barros e a publicação do maior monumento da língua, *Os Lusíadas*, em 1572. Cada vez mais a partir do século XVI a consciência da sociedade portuguesa estava voltada aos novos rumos de um pensamento distante dos modelos medievais, vivenciados pela experiência de uma nova tendência cultural marcada pelo Renascimento.

O desenvolvimento da língua portuguesa não se estagnou no século XVI. Mesmo com a denominada União Ibérica, pôde a língua manter seu processo de transformação, quando no

século XVII um novo fato contribuiu na continuidade do percurso da história da língua: o nascimento de Antônio Vieira e o seu período de produção à língua a partir de sua prosa.

5 ANTÔNIO VIEIRA: OBRA E ESTILO

Desde o final do século XVI, a Europa vivenciava a experiência de novas ideologias proporcionadas pelo Renascimento, movimento irradiado principalmente em Roma, sede do papado e dos estados cristãos. Entretanto, enquanto se tornava cada vez mais um centro artístico de todo ocidente, a cidade eterna perdia seu poderio econômico para as novas burguesias instaladas nos Países Baixos, na Inglaterra e até mesmo em Portugal, país que apresentava um alto desenvolvimento nas ciências marítimas. Nesse cenário, novas condições favoreciam o desenvolvimento de uma economia, proporcionadas pela abertura de novas rotas comerciais para o oriente, atraindo experiências científicas, culturais e religiosas. Assim, o colapso da sociedade cristã europeia era impulsionado por Copérnico e sua ciência. Na religião Lutero trazia conceitos e atitudes assustadoras em uma Europa ainda católica. Já na ética, Maquiavel era figura presente na demonstração de um novo mundo. Tudo isso gerava um desconcerto na ordem social constituída nos modelos medievais.

A crise do Humanismo se solidificava, impulsionando uma nova visão de mundo alicerçada no domínio da igreja, ansiosa por manter a sua tradição através de uma arte representativa, capaz de favorecer uma compreensão na evangelização da população. Às portas de século XVII, a igreja estimulava a fé em um ambiente que, tendo como base a herança humanista do século anterior, tentava equacionar, mesmo de maneira confusa, os valores de uma sociedade antropocêntrica em oposição aos moldes propostos pela igreja, com seus valores teocêntricos. Desse cenário duplo surge um movimento artístico denominado Barroco, na tentativa de conciliar a visão de mundo medieval com a ideologia humanista, seja buscando a espiritualização da carne ou a carnalização do espírito.

Essa mesma tendência do movimento barroco esteve presente em Portugal. Desde o final do século XVI, a Península Ibérica, dividida pelos Pirineus do restante da Europa, estava fechada aos avanços tecnológicos e científicos divulgados a seu tempo, reclusa somente aos valores pregados pela igreja. Desta forma, é possível afirmar que Portugal, ainda no século XVII, voltava-se às verdades da cruz, algo que influenciou decisivamente na construção da estética barroca na região. Se por um lado a arte barroca é uma expressão variada, adequada a cada contexto nos mais diferentes locais, certo é que em Portugal adquiriu um elemento de maior expressão e acento: a luta travada entre o *bem* (a igreja) e o *mal* (o mundo).

Foi nessa realidade social, artística e religiosa que nasceu Antônio Vieira, personagem significativo da cultura portuguesa. Nascido em Lisboa em 06/02/1608, de origem simples,

teve, sob os desígnios de seu pai, funcionário escrivão do governo, o dever de seguir, junto a sua família, para o Brasil. Em 1623, Vieira ingressou na Companhia de Jesus, revelando consideráveis dotes na arte da pregação, sobretudo por sua extensa cultura e eloquência. Tais características o levaram à nomeação da cadeira de Retórica, no Colégio de Olinda, em 1627, recebendo, posteriormente, em 1635, a ordenação sacerdotal. A Companhia de Jesus, fundada em 1534, foi solidificada pelo ímpeto na divulgação do Cristianismo, em um período da história bastante desfavorável para a fé católica. A igreja assistia, de forma crescente, ao desenvolvimento da Reforma Protestante, inicialmente pela visão de Lutero e posteriormente de Calvino. Para contribuir, Henrique VIII, na Inglaterra, legitimava a construção de uma nova igreja, hoje denominada anglicana. Desta forma, urgia a necessidade de defensores do catolicismo, sendo os jesuítas representantes da fé católica, em um movimento conhecido por Contra Reforma, resultado do Concílio de Trento (1545-1563).

A atuação jesuíta foi extremamente relevante em toda Europa. Muitas cidades alemãs mantiveram o catolicismo graças à forma cativante da companhia, ainda que a presença Luterana fosse forte nas terras germânicas. Em Portugal não foi diferente, pois, a pedido de D. João III muitos componentes da ordem foram auxiliar não só na manutenção da cristandade católica, como também na evangelização do oriente e do Brasil, aqui instalados desde 1549. Nesse cenário português a arte barroca aliou-se à Contra Reforma, atendendo ao ímpeto de evangelização proposto pelos religiosos. Constituído como uma grande milícia da fé, puderam exercer também forte papel na educação portuguesa, gerindo, por exemplo, o Colégio de Santo Antão o Velho, em Lisboa, e a Universidade de Évora, ambas no século XVI.

A produção de Vieira começou muito antes de sua ordenação. Em 1626, aos dezoito anos, foi indicado para redigir a Carta Ânua de 1624, um tipo de relatório anual que todas as províncias jesuíticas tinham de enviar ao responsável pela ordem em Roma. Nesse mesmo ano, viveu a experiência missionária na aldeia de Espírito Santo. Desde 1633, Vieira pregava em diversas ocasiões sermões que, desde essa época, causavam admiração por parte de seus ouvintes, como por exemplo em sua notável prédica realizada no dia 6 de março de 1633. Estando na Bahia, após um curto período de tempo em Olinda, Vieira teve conhecimento de todas as intempéries relacionadas à invasão holandesa que, naquela altura, estava presente nas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Rio Grande do Norte. A elite lusitana que dominava tais capitânicas estava exilada na Bahia, sendo, portanto, testemunha do célebre sermão que colocava os holandeses em dupla inimizade, pois eram vitoriosos na invasão e eram calvinistas, verdadeiros hereges na visão do jesuíta. Nesse mesmo sermão, Vieira expõe sua amargura pela vitória holandesa, sem deixar de inserir uma visão profética a respeito da

restauração luso-brasileira em todo território brasileiro. Desde já estavam presentes as bases características dos sermões produzidos pelo ilustre padre, tais como o seu modo de argumentação, expresso principalmente pela utilização de metáforas. No ato da pregação, ficavam evidentes a teatralidade do autor, o seu apelo emocional e a sua eloquência, características que o levaram a ser considerado um dos maiores destaques de seu tempo, elementos esses apagados no momento em que toda a obra produzida, com o intuito de ser verbalizada, se tornou escrita, preparada para a publicação.

Assim, na fase de seus vinte anos, já podemos encontrar um Vieira com uma identidade basicamente constituída para o exercício de seu ofício e de sua criação artística, algo que se vê na sua produção. É n^{Os} *Sermões* que localizamos uma profunda e sistemática construção do autor, obra que o tornou conhecido, fruto dos mais diversificados períodos de sua vida. Nessa perspectiva, Vieira deixou um legado literário significativo, abrangendo o número de duzentas prédicas, preparadas para a publicação no final de sua vida. Seus textos começaram a ser publicados quando o autor tinha 71 anos, em 1679. Não era, a princípio, seu interesse publicá-los. Entretanto, a pedido dos seus superiores, que viam nos sermões a possibilidade de servir de exemplo para os futuros jesuítas, Vieira pode ordenar, rever e preparar seus textos para a publicação, iniciada quando ele ainda estava em Lisboa. Além disso, escreveu outras obras de menor significado artístico.

Ainda que seus sermões sigam um modelo tradicional daquilo que convencionalmente designamos texto de pregação, com claras heranças de um modelo medieval e judaico, em Vieira encontramos algo mais. Seus sermões não repousam apenas na questão religiosa, mas ultrapassam tais questões à demanda de motivos práticos para a inserção do homem de seu tempo. Nessa linha, encontramos um formato bastante semelhante ao modelo do sermão tradicional, composto de um texto bíblico e teses desenvolvidas pelo orador, com comentário de um trecho selecionado do texto bíblico, porém muito autônomo e singular no conteúdo proposto, pois Vieira pode abranger temas desde a insatisfação com a vitória holandesa no nordeste brasileiro até a comemoração do nascimento de príncipes portugueses. Talvez esta tenha sido também uma das máximas expressões do autor em sua produtividade literária, caracterizado como homem de relevante sentido artístico-literário, além dos valores religiosos, tornando qualquer motivo uma possibilidade para pregar. De certo modo, a publicação de seus sermões demonstra o alto valor e respaldo do padre na sociedade portuguesa, ganhando ele o aval de ter os seus textos impressos em um sistema de impressão ainda elementar comparado aos dias de hoje.

Por viver as experiências de um mundo repleto de transformações a seu tempo, Vieira conheceu uma realidade de vida que se solidificou na produção de seus sermões, sobretudo por estar inserido no período barroco. Tal movimento artístico esteve presente em Portugal primeiramente nas artes plásticas, voltando-se à conciliação paradoxal entre o *bem* e o *mal*. Na Literatura, expressa em ambiente clerical, os textos barrocos, calcados na retórica jesuítica, demonstraram a tentativa de combater o *mal*, representado sobretudo pelo estabelecimento de uma burguesia mercantil. Por outro lado, o *bem* estava representado nas velhas concepções medievais, tendo a igreja como referência máxima para a vida social. Nessa perspectiva, o estilo barroco tendia para a ornamentação, não só nas artes plásticas como na Literatura, representada, por exemplo, na utilização de um léxico latino e grego, proporcionando uma verdadeira fuga da realidade contraditória da vida. Interessante observar que, mesmo com a restauração de Portugal em 1640, sua mentalidade medieval continuou acesa em todo território, gerando na produção literária barroca portuguesa (e também brasileira) uma arte à sombra da cruz e da fogueira da inquisição.

Mesmo gozando hoje de intenso valor literário, sendo inclusive considerado um dos maiores vultos do barroco em língua portuguesa, em Vieira repousa outra grande característica: o valor linguístico. Na história da língua portuguesa, encontramos em Camões, sobretudo em *Os Lusíadas*, marca segura de um idioma com características de língua clássica, capaz de expressar o mais alto pensamento do homem lusitano, inserido em um mundo que exigia uma língua cada vez mais enriquecida de elementos sofisticados. Nessa perspectiva, Camões, tanto quanto Dante na língua italiana, proporcionou ao português uma herança nobre, sobretudo no léxico proposto em sua obra. Na mesma relação, Vieira estabelece uma padronização do português do século XVII, principalmente na sintaxe exposta em seu texto. Nessa linha, não é difícil afirmar que nele estão contidos valores que figuram como basilares para a legitimação e ratificação da língua portuguesa, sobretudo por seu texto ser expresso em prosa, o que colabora ainda mais para demarcar a língua portuguesa como idioma não só de expressão artística, mas também científica e filosófica/religiosa.

Em linhas gerais, entende-se por sermão, ao menos no ambiente católico, uma parte destinada na liturgia para o discurso construído a partir de um trecho bíblico, realizado por um membro do clero com a finalidade de sustentar uma crença. Atualmente, mais popularizado pela nomenclatura de homilia (na igreja católica) ou mensagem (também pregação, nas igrejas protestantes), é constituído por uma exposição, seguida de exortação e concluída por uma aplicação prática. Tratando-se de Portugal e Brasil, em pleno século XVII, a finalidade do sermão mantinha os mesmos objetivos elencados, isso porque, visando à edificação e ao

condicionamento do público, funcionava como recurso de dominação doutrinal da sociedade, seja ensinando, orientando ou facilitando os fiéis na compreensão da doutrina proposta. Em termos de século XVII, sobretudo nas províncias fora da Europa, os sermões eram o principal meio de comunicação entre a igreja e a sociedade. Entretanto, não podemos esquecer que o papel da igreja estava além dos elementos espirituais, funcionando muitas vezes como centralizador em uma sociedade conduzida pelos sinos paroquiais. Dessa forma, abundavam nos sermões, além das temáticas religiosas, aspectos sociais e políticos relevantes para a sociedade local, trazendo inúmeras reflexões daquele tempo.

É na língua portuguesa, apesar de também ter produzido sermões em língua italiana, que Vieira concretizará o seu estilo, síntese do universo barroco, dos problemas sociais e de uma sólida formação teológica. Todas estas representações estiveram postas a serviço do interesse maior do autor: a convicção de suas verdades. Tratando-se de um sermão, acentuava a necessidade de trazer o outro para si, numa relação estabelecida em que o argumento deveria servir de instrumento para convencer, fruto de extensa propriedade vocabular, sedutora e elegante. Apesar disso, ainda que suas homilias tivessem objetivo prático, funcional, nem por isso deixavam de representar obra canônica, clássica, no sentido de arte preservada, expressando o engenho exposto na produção de Vieira, sempre calcado em um léxico cristão presente em português desde as primeiras manifestações escritas no século XIII. Ainda na Idade Média, com a produção escrita, por exemplo, das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X e as hagiografias, nascia na Península Ibérica a necessidade de expressar nos romances um léxico capaz de representar a cultura cristã. Com isso, nota-se que Vieira é tributário de uma tradição de textos cristãos posteriores ao texto bíblico, fazendo se seus Sermões uma continuação de usos vocabulares já presentes na história da língua portuguesa.

Ainda que a produção artística de Vieira tenha sido grandiosa, por outro lado sua vida contou com uma série de dificuldades. Perseguido pela inquisição muitas vezes por defender uma visão mística do *Quinto Império Português*, foi preso em 1665, permanecendo até o ano seguinte no cárcere inquisitorial. Em 1667, foi condenado ao confinamento na casa dos jesuítas em Coimbra, transferido para Lisboa em 1668. A partir de 1669 inicia uma saga a Roma com o intuito de rever sua pena, obtendo em 1675 a imunidade diante do Santo Ofício português. Mesmo imune, a atuação de Vieira ainda era vista com grande preocupação, devido principalmente ao seu apoio à causa judaica em Portugal. A partir de 1688 optou por permanecer recluso na casa do Largo do Tanque, em Salvador, preparando seus textos para a publicação. Sua morte aconteceu pouco antes da chegada da notícia referente ao

restabelecimento de seus direitos totais na Companhia de Jesus. Nesse mesmo ano, foi publicado postumamente o último tomo de sua obra, sendo o décimo segundo.

Em linhas gerais, Vieira publicou em vida onze volumes de seus sermões, sendo um totalmente dedicado a São Francisco Xavier e outros dois dedicados a Nossa Senhora do Rosário. Os outros nove não seguem uma ordenação e nem uma temática específica, apresentando inclusive uma variedade de datas e temas diferentes. Graças a essa diversidade de temas é que podemos extrair também dos sermões um panorama social do período, na Europa e no Brasil, com as representações das respectivas sociedades em seus anseios e suas dificuldades. Além disso, é possível visualizar em sua obra a essência da língua portuguesa, manifestada prioritariamente no uso do léxico cristão de sua prosa, claro exemplo de rigor estilístico, formal e expressividade literária em pleno século XVII.

6 ANÁLISES LÉXICAS DOS SERMÕES

O estudo desenvolvido neste trabalho pretende analisar o léxico cristão na obra de Antônio Vieira, mais precisamente em *Os sermões*. Partindo do corpus selecionado na leitura do material, buscamos identificar, primeiramente, os termos presentes que caracterizam a cultura cristã, seja na sua ideologia, doutrina, moral e ritos. Para essa finalidade, foi-nos necessário localizar nos textos de Vieira a terminologia cristã utilizada no ocidente desde a manifestação do Cristianismo ainda em Roma, já que dessa presença muitas influências foram herdadas pelo latim. Conforme as leituras aleatórias dos sermões eram realizadas, o léxico de característica cristã se demonstrava nos parágrafos, evocando os usos propostos por Vieira. Dessa forma, tentamos organizar os termos previamente selecionados de acordo com os seus sentidos, ao menos nas relações significativas estabelecidas entre si. Foi-nos possível localizar termos relacionados, por exemplo, tanto ao vocabulário cristão presente na tradução da bíblia em português, como também termos que, apesar de não pertencerem ao texto bíblico, demonstram a existência de uma cultura própria dentro da cultura ocidental, com todo um léxico específico, expressando a liturgia, os espaços próprios da realização do Cristianismo e sua simbologia. Além dessa diferenciação inicial entre termos bíblicos e não bíblicos, buscamos demonstrar ainda termos presentes na língua portuguesa que chegaram aos dias atuais graças à força do movimento cristão na sua legitimação. Para esse fim, temos como exemplo os dias da semana em português, de nítida estrutura cristã, como se verá adiante, além de vários nomes próprios presentes em nossa cultura e na língua portuguesa que caracterizam a intensa participação do Cristianismo na condução de um pensamento específico. A nosso ver, esses últimos expressam maior valor para este estudo, pois demonstram que o movimento cristão não foi responsável por criar somente uma terminologia própria, mas ainda contribuiu na formação de termos e sentidos que estão além do caráter religioso e doutrinário, totalmente cristalizados no português.

Com a finalidade de desenvolver o estudo do léxico, tanto na perspectiva etimológica e semântica, dividimos este capítulo em itens relacionados em sentidos próximos, desejando abarcar significados comuns. Dessa forma, proporemos em cada item a análise de termos que estejam associados a um mesmo campo semântico. Nossa primeira análise se volta aos nomes próprios de notável herança cristã, buscando relacionar os seus usos em Vieira. Em segundo plano, trabalhamos os dias da semana em português e sua conexão com a cultura cristã. Outro item pertinente diz respeito ao uso de termos negativos divulgados pelo Cristianismo. A essas

divisões, acrescentaremos ainda uma investigação dos verbos próprios da prática cristã (orar, rezar, jejuar, ungir), os nomes relacionados à organização do clero (padres, papa, bispos, cardeais), os elementos típicos da liturgia (litania, missa, eucaristia) e os locais de realização do movimento (abadia, igreja, catedral, paróquia). A partir desse prévio levantamento léxico, buscamos em Os Sermões exemplos que atestam não só os usos, mas sobretudo os seus sentidos. Para cada termo analisado, comprovaremos o seu uso em exemplos extraídos de Vieira, demonstrando de que forma os sentidos correntes na língua portuguesa foram legitimados pelo autor, seja ratificando os sentidos ou mesmo potencializando seus usos no século XVII. Vale ressaltar que muitos termos estão analisados e diluídos no corpo deste estudo, demonstrando que, desde as primeiras linhas deste trabalho, as análises já foram iniciadas. Com isso, ao final do estudo proposto, demonstraremos a pertinência do Cristianismo na formação da língua portuguesa, algo que se fez no passado, porém com um grande reflexo na atualidade.

6.1 Antroponímia cristã

Entende-se por antroponímia a parte da lexicologia interessada na explicação do uso, da transformação e da variação dos nomes próprios. Por ser uma vertente da onomástica, ciência que estuda os nomes em todas as suas formas, busca investigar os substantivos próprios utilizados por indivíduos de uma mesma sociedade. A função dos antropônimos é identificar linguisticamente as pessoas em um mesmo local, fornecendo condições para restringir os seres. Desta forma, a antroponímia se subdivide nos estudos do prenome, conhecido no português corrente como nome próprio, sobrenome, no geral identificado por um nome de família, e alcunha, popularmente designado de apelido.

Historicamente os prenomes foram originados de substantivos comuns ou adjetivos que expressavam algum tipo de valorização ou qualidade considerada nobre em uma determinada sociedade. Junto ao sobrenome, uma locução é formada a partir do nome com a função de constituir uma referência a um indivíduo particular. Os chineses constituem o primeiro povo que se tem notícia a praticar o uso de sobrenome. Desde o Império Fushi, por volta de 2852 a.C., foi decretado o uso de um designativo composto por três partes na seguinte ordem, a saber, o sobrenome, extraído de uma das 438 palavras de um poema sagrado, o nome, adotado por uma família e o nome próprio, por último. Em Roma os

indivíduos pertencentes à elite também utilizavam três elementos para sua nomeação: prenome (em primeiro), nome (designativo do clã) e cognome (referente à família). Nessa linha, encontramos o exemplo de *Caio Júlio César*, personagem relevante na história social de Roma. Nota-se ainda que, durante a existência do Império Romano, a utilização de formas específicas para designar os indivíduos voltava-se à necessidade de um melhor funcionamento jurídico, algo muito desenvolvido em Roma. Assim, juridicamente as pessoas podiam ser identificadas com maior precisão. Com o colapso generalizado do império e a consequente perda de parte de suas leis, a forma de nomear os seres foi perdida diante das sociedades germânicas.

Foi na Idade Média que a prática reapareceu, demonstrando que as sociedades europeias preocupavam-se com a necessidade de especificar os indivíduos com nomes e sobrenomes. Já a partir do ano 1000, em toda a Europa medieval, havia o hábito das pessoas serem designadas com um nome e um complemento qualquer, geralmente associado ao local de proveniência, relação familiar (filiação) ou profissão. Nesse último caso, observamos sobrenomes que, na língua alemã, surgiram como forma de fazer referência à atividade de trabalho do indivíduo. Assim, *Meyer* (fazendeiro), *Schneider* (alfaiate, identificando-se com *Taylor*, em inglês) e *Kaufmann* (mercador – muito comum nas comunidades judaicas advindas das regiões germânicas) passaram de profissão para sobrenome. No francês a mesma noção está presente como nos sobrenomes *Allier* (vendedor de alho), *Avenier* (vendedor de aveia), *Falconnier* (pessoa que cria ou vende falcões) e *Fritier* (vendedor ambulante de peixe frito). Dessa prática, surgiu em todas as línguas europeias o sobrenome mais comum, fazendo alusão à profissão daqueles que trabalhavam o ferro, em português, Ferreira. Tal sobrenome está no italiano *Ferraio*, no espanhol *Herrero*, no alemão *Schmidt*, no inglês *Smith* e no húngaro *Kovács*.

Outra possibilidade de designação era a partir do uso de alcunhas que faziam alusões a características físicas ou mesmo a traços morais. Na França, país que já na Idade Média contava com uma organização social e política bastante significativa, não tardaram as primeiras manifestações para a adoção dessa prática, agora respaldada não só por um sistema jurídico em ascensão como também por uma igreja institucionalizada, inclusive com a responsabilidade de efetuar os registros civis. Com o surgimento das primeiras vilas, acentuando cada vez mais um caráter de vida social e urbana graças principalmente à descentralização do poder e ao fim da Idade Média, o uso de nomes e sobrenomes se fez necessário haja vista o controle exercido pelo estado na cobrança de impostos ou no

recrutamento militar. Assim, pouco a pouco era fixada uma forma de constituir nomes associados a sobrenomes, sempre com a intenção de especificar indivíduos socialmente.

Em Paris, já eram comum as alcunhas funcionarem como sobrenomes, tais como *Dumont* (do monte) e *Dupont* (da ponte). Como os camponeses, em sua grande maioria, só tinham nome de batismo, havia a prática de acrescentar ao nome a proveniência. Isso se corporifica nos sobrenomes ainda encontrados hoje na França, fazendo referência à origem do indivíduo, tais como *Langlais* (o inglês), *Lespaniol* (o espanhol), *Litalien* ou *Lombard* (procedência do norte da Itália, da Lombardia), *Lallemand* ou *Lallement* (o alemão). A presença de grafia dupla demonstra o fato de muitos registros terem sido efetuados por religiosos de pouca instrução, algo ainda mais acentuado quando se tratava do declarante, incapaz de dizer as letras corretas do sobrenome adotado. Não só os termos de proveniência atestam as formas de sobrenomes utilizados. Há também aqueles alusivos a traços pessoais, como *Lejeune* (o jovem, o filho mais novo), *Leblond* (o louro), *Legrand* (pessoa volumosa ou alta), *Lepetit* ou *Lecourt* (pessoa pouco volumosa ou de baixa estatura) e *Lelong* (provavelmente pessoa alta e magra).

Em muitas línguas europeias modernas é perceptível o uso de sobrenomes que tentavam especificar a origem do indivíduo a partir de sua filiação. Dessa forma, em inglês, temos o sobrenome *Johnson*, designando ser, literalmente o filho (*son*) de João (*Jonh*). Muitos desses patronímicos são identificados em línguas como o russo (*Petrovich*, ou seja, de Pedro), no alemão (*Petersen*, ou seja, de Pedro) e até em português, como no sobrenome *Henriques*, expressando a ideia de *filho de Henrique*. Tal patronímico é conhecido em Portugal desde o século XI, com a forma Enriquiz, passando ao século XII à forma Anriquiz. Sua origem é germânica, proveniente de *Haim*, com sentido de casa, mais o elemento *ric*, forte, poderoso. Posteriormente tal antropônimo chegou ao francês e ao provençal, sendo introduzido no *Condado Portucalense* pelo pai de Afonso Henriques, Conde Henrique de Borgonha. Em Vieira encontramos o registro do termo no Sermão de Santo Antônio, pregado em Roma, na Igreja dos Portugueses, como se vê na seguinte passagem: “... porém, o reino de Portugal, quando Cristo o fundou, e instituiu, aparecendo ao rei (que ainda não o era Afonso Henriques), a primeira palavra, que lhe disse, foi...”

No geral, os sobrenomes em língua portuguesa podem vir de uma referência geográfica (*Beira, Guimarães*), um ofício (*Ferreira, Monteiro*), uma qualidade (*Bela, Severo*) ou mesmo a partir de um hieronônimo (nomes provenientes de pessoas consideradas ilustres, tais como *Jesus, Deus* etc). No último caso, vemos uma forte relação do sobrenome com a cultura cristã, presente no mundo ocidental também na escolha dos nomes. Essa mesma

relação com o universo cristão também condicionou no português a formação de nomes próprios (prenomes) associados à cultura cristã, algo que se vê em todas as línguas europeias, herdeiras maiores da presença do Cristianismo como movimento social e religioso. No geral, os nomes adotados nas sociedades cristãs dizem respeito, sobretudo a partir da Idade Média, a apóstolos, diáconos, discípulos, mártires, doutores da igreja e santos em geral. A escolha do nome lembraria o modelo de vida do personagem recebido, o que significa receber os seus favores e proteção.

A maioria dos nomes europeus de batismo vem da Bíblia, sendo, portanto, o nome hebraico *Yohanan* o mais popular, significando “*agraciado por Deus*” ou “*O Senhor deu graciosamente*”. Com suas respectivas formas adaptadas nas diversas línguas da Europa, temos *John* (inglês), *Jean* (francês), *Hans* (alemão), *Juan* (espanhol) e *Ivan* (russo). A palavra aparece ainda em muitos sobrenomes, tais como *Janowski* (polonês), *Gianinni* (italiano) e *Ivanov* (russo). Em português vigorou a forma *João*, ainda que tenha existido no período arcaico a forma *Joane*. Em ambos os casos, a origem está no latim *Johanne*, vindo do grego *Iōánes*. Em Vieira o termo aparece com a grafia *Joaõ*, presente em vários dos seus sermões, como por exemplo, no Sermão do Mandato, pregado na Capela Real em 1645, com se vê nas seguintes passagens: “*Sabia Cristo que (diz São Joaõ) que era chegada a sua hora de passar deste mundo ao pai...*” e “*Temos considerado o amor de Cristo, pelas advertências de São Joaõ.*” Interessante observar que em Portugal, e de certa forma no Brasil, a popularidade de São João Batista teria acelerado a utilização do termo *João* como possibilidade de nome de batismo. Tal fato se justifica uma vez que, com a presença do Cristianismo em nosso país, teria havido maior condição da circulação de sacerdotes por vários locais, disseminando a fé e os seus valores, ensinando inclusive as narrativas referentes aos santos católicos e os seus respectivos nomes. Para um cristão, nomear filhos com nomes bíblicos é sinal de maior submissão à fé, demonstrada principalmente a partir da relação que se deseja estabelecer com o descendente e o personagem bíblico.

Na mesma direção encontramos o nome *Maria*, bastante recorrente na língua portuguesa. Sua origem incerta pode estar no hebraico *Miriam*, com sentido de rebelião ou mesmo no egípcio *mry* ou *mr*, significando, respectivamente, amada ou amor. Do hebraico o termo foi levado à Grécia com a forma *María*, passando à forma latinizada *Maria*. Sem sombras de dúvida, trata-se do nome feminino mais utilizado em português. Seu uso está atestado em Vieira, no Sermão da Glória de Maria mãe de Deus, pregado no dia de sua gloriosa ascensão na Igreja de Nossa Senhora da Glória, em Lisboa, no ano de 1644. Na seguinte passagem “*...por isso a Senhora se chama Maria, que quer dizer mar...*”, observa-se

uma curiosa tentativa de Vieira ao fornecer a etimologia do termo, utilizando, para tanto, conhecimentos duvidosos para expor o aspecto etimológico. O nome *Maria* está presente ainda em várias combinações recorrentes em nossa cultura, tais como *Maria das Dores*, *Maria do Carmo*, *Maria Auxiliadora*, *Maria José*, *Maria Madalena* etc, demonstrando, no português, a variedade de usos sempre calcados na devoção a uma figura representativa da fé católica.

Outro nome presente em nossa língua, representante máximo da cultura cristã, é *Jesus*. Sua origem está no hebraico *Iēhōxūa* (de onde teria saído também a forma *Josué*), passando posteriormente para o próprio hebraico na forma *Iexu* ou *Iexua*. Desse idioma os termos chegam ao grego na forma *Iēsoús*, tendo sido levado ao latim nas formas *Iēsūs* ou *Jēsūs*. Em português arcaico a forma utilizada era *Jesu*, grafia essa adotada por Vieira. O termo em questão pode ser encontrado no Sermão da Quinta Dominga da Quaresma, pregado na Catedral de Lisboa em 1651, na seguinte passagem: “*Este foi o primeiro milagre, que fez o senhor Jesu: e creram nele seus discípulos.*” O próprio Vieira explica a força do nome a partir de seu valor dentro da religião cristã. Para ele, como se vê no Sermão da Glória de Maria mãe de Deus, pregado no dia de sua gloriosa ascensão na Igreja de Nossa Senhora da Glória, em Lisboa, no ano de 1644, “*O filho, de que sereis mãe, terá por nome Jesus, que quer dizer, o redentor do mundo: este será grande: chamar-se-á filho de Deus...*” (grifo nosso). Graças à força que o nome *Jesus* representa na cristandade, há alguma resistência ao utilizar o referido termo nas pessoas comuns. Isso se justifica já que o fato de batizar um indivíduo com esse nome poderia significar uma tentativa de aproximar os valores da figura de Cristo que, mesmo sendo um redentor para os cristãos, também foi alguém que sofreu pela humanidade, podendo o termo conotar uma espécie de sofrimento àquele batizado com esse nome. Por essa razão, na Idade Média em Portugal *Jesus* não foi utilizado como antropônimo, pois, afinal, tratava-se do filho de Deus. Atualmente é possível encontrar homens com esse nome, porém não de forma abundante. Em mulheres a construção *Maria de Jesus* é mais comum, ganhando a expressão certa suavidade. Do nome *Jesus* em italiano (*Gesù*) advém a forma *gesuita*, chegando ao português *jesuíta*, presente desde o século XVI.

Ao nome *Jesus*, associamos *José*, considerado, pela tradição católica, santo e pai de Cristo. Sua origem está no hebraico *Iosef*, popularmente divulgado com o sentido de “*Deus acrescenta bens*”. Do hebraico o termo passa ao grego *Iōsēph*, chegando ao latim na forma *Iōsēph* ou *Jōsēph*. A primeira língua neolatina a registrar o termo foi o francês, adotando, nos primórdios do idioma, a grafia *José*. Ao contrário do antropônimo *João*, o termo *José* foi utilizado raramente na denominação de pessoas em Portugal até o século XVII, época em que

a festa litúrgica de São José foi incorporada ao Breviário Romano. A partir desse momento, o termo se torna comum nos batismos, acentuado ao caráter de São José ter sido o pai de Cristo. É possível ainda encontrarmos nomes compostos a partir desse antropônimo, a saber, *José Maria, José Carlos, José Manuel* etc.

Outra figura importante no Cristianismo foi *Pedro*, também considerado santo pela igreja católica. Tendo o próprio Cristo proferido palavras de reconhecimento de Pedro como base da igreja, não tardaram as primeiras manifestações em todas as partes da Europa para a aceitação desse nome como antropônimo, inclusive em Portugal. Sua presença se dá também em compostos tais como João Pedro, Antônio Pedro e Pedro Paulo. Em Vieira, o nome aparece no Sermão de Santo Antônio, pregado na Igreja das Chagas de Lisboa, no dia 14 de setembro de 1642, na seguinte passagem: “*Da boca do peixe tirou São Pedro a moeda para o tributo; mas perguntará algum curioso, que peixe era este, ou como se chamava ?*”

Personalidade importante para o Cristianismo foi *Paulo*, considerado o doutor da igreja. Talvez por esse motivo tenha sido bastante presente na antroponímia portuguesa. Sua origem está no latim *Paulu*, utilizado com muita frequência pela *gens Aemilia*, uma tradicional família patrícia de Roma. Após o martírio de Paulo, seu nome se tornou vulgar entre os cristãos devido ao seu prestígio de apóstolo. Apesar disso, em Portugal o termo aparece como antropônimo somente a partir do século XV e XVI. Em Vieira o termo se apresenta fazendo referência ao santo, São Paulo, como se vê na seguinte passagem do Sermão do felicíssimo nascimento da sereníssima infanta Teresa Francisca Josepha: “*Nasceu o filho de Deus neste mundo, e diz São Paulo, que apareceu nele, quando chegou a oportunidade do tempo...*” Há registro também na língua portuguesa, desde o século XVI, da forma feminina *Paula*, com referência a uma santa romana de mesmo nome do século IV.

Na tradição cristã portuguesa, encontramos outro nome de relevante valor: *Antônio*. Sua origem está no latim *Antōnīus*, nome esse muito comum na *gens Antonia*, outra tradicional família patrícia de Roma da qual advém o famoso Marco Antônio, célebre militar e político do final do século I a.C. A forma latina chegou ao italiano *Antonio*, sendo esse antropônimo adotado por Fernão (ou Fernando), famoso em Portugal e conhecido por Santo Antônio de Lisboa (século XII). A propósito, a adoção do nome Antônio ocorreu no período em que o devoto cristão estava vivendo na Itália. Com a popularidade do santo na cultura portuguesa, o referido prenome se tornou vulgar, passando as pessoas a utilizá-lo em batismos. A forma em questão originou também, em via popular, o nome *Antão*, proveniente do português arcaico *Antam*. Vieira apresenta o termo no Sermão do Santíssimo nome de Maria, pregado na ocasião em que Sua Santidade instituiu a festa universal do mesmo

santíssimo nome. Na passagem “*O nosso português Santo Antônio diz que o nome de Maria é jubiloso no coração, mel na boca e música nos ouvidos...*” notamos o uso do referido nome, fazendo menção ao santo português. Na nossa língua, é corrente também a forma feminina *Antônia* e, em menor grau, *Antonieta*, adaptação do francês *Antoinette*.

Nome que alcançou destaque na língua portuguesa foi *Francisco*. Sua origem está no germânico *Franco* ou *Franko*, ambos tendo recebido o sufixo também germânico *-isk-*, originando o antropônimo *Fräkisch*. Essa última forma chegou ao latim com a estrutura *Franciscus*, passando ao italiano *Francesco*. É possível que o vocábulo português seja proveniente da adaptação da língua italiana. Entretanto, desde o século XI em Portugal, o termo *Francisco* era utilizado como adjetivo para fazer referência aos cidadãos originários da França (*francus*), gerando a forma portuguesa *francus* mais o sufixo *-isc* (presente, por exemplo, em estruturas semelhantes tais como *mouro - mourisco*). A popularidade do nome, entretanto, não veio de sua origem bíblica, mas sim pelo fato da existência de muitos santos com esse nome, inclusive italianos, a saber, São Francisco de Assis e São Francisco de Paula. Da França temos São Francisco de Sales. Da Espanha citamos São Francisco Xavier e São Francisco de Borja, ambos jesuítas. A partir do século XVI, esse nome se tornou comum em Portugal, sendo utilizado com maior recorrência nos batismos. Em Vieira, o termo tem registro no Sermão da Sexagésima, pregado na Capela Real em 1655. Interessante destacar que o próprio Vieira cita alguns dos famosos santos aqui elencados com seu respectivo nome, como se vê a seguir: “*Neste mesmo púlpito pregou São Francisco Xavier, neste mesmo púlpito pregou São Francisco de Borja; e eu, que tenho o mesmo hábito...*” Na língua portuguesa atual esse nome pode se tornar ainda mais comum, visto a igreja católica hoje possuir um pontífice denominado Papa Francisco.

Outro antropônimo que merece destaque, principalmente na cultura brasileira, é *Jorge*. Proveniente do grego *Geōrgios*, derivado de *geōrgós* (cultivador, agricultor), tal forma chegou ao latim *Georgiu*. A popularidade do nome já era comum entre os cristãos no Império Romano, pois desde o século IV havia um lendário mártir com esse mesmo nome. Na Inglaterra, desde Eduardo III (1312-1377) o nome *Jorge* se tornou bastante comum, graças a uma ordem criada por esse rei, denominada Ordem de São Jorge, e por ele ter também introduzido o grito de guerra “São Jorge pela Inglaterra”. Em Portugal, com as relações estabelecidas com os ingleses, muitos cruzados da Inglaterra usaram o famoso grito já a partir do século XII. Provavelmente nesse período o antropônimo tenha entrado em Portugal, invocado nas batalhas da época de Afonso IV. Sabe-se que a figura de São Jorge foi estampada no estandarte de Nuno Álvares Pereira, um nobre e guerreiro português do século

XIV. Com a aliança inglesa legitimada em 1387, o culto a São Jorge passa a ser oficial em Portugal, tendo, para isso, ainda hoje um castelo em Lisboa dedicado a seu nome. Apesar dessa marcante presença em solo lusitano, o antropônimo *Jorge* não foi muito comum entre os portugueses. Ao contrário, no Brasil, devido às relações estabelecidas entre a tradição umbandista e o catolicismo a partir das tradições afro-descendentes, o santo católico foi associado, por sincretismo religioso, ao orixá Ogum, sendo o seu dia 23 de abril. Com isso, muitos fiéis batizam seus descendentes com o nome *Jorge*, uma forma de expressar devoção ao santo. Vieira apresenta o termo no Sermão da primeira oitava de Páscoa, pregado na Matriz da cidade de Belém do Grão Pará, em 1656. Segundo ele, ao falar do mesmo castelo em Lisboa, “*Edificou-se ali o famoso Castelo de São Jorge; mas porque as despesas eram muitas, e a terra doentia, pôs-se em conselho do estado, se se largaria ?*”

Na tradição real portuguesa, especificamente na primeira dinastia, localizamos o nome *Afonso*. Sua origem está no germânico *Athal* (ou *Adal*), com sentido de nobre (na forma atual *Edel*). A esse radical acrescentou-se a forma *funs*, com sentido de rápido, pronto, apto. A fusão desses dois elementos gerou em português a forma *Adelffonsus* e *Adfonsus* (ambas do séc X). Posteriormente vigorou a forma *Adefonso*. Há uma forte conexão desse antropônimo com o grego *Adelphós*, sentido de irmão, presente em português desde o século XII. Apesar de ser um nome da realeza, seu uso não foi muito comum em Portugal e muito menos no Brasil. A partir do século XVI, o nome se tornou um pouco mais popular na língua portuguesa graças ao movimento cristão, pois em 1628 ocorreu a morte de Afonso Rodrigues, jesuíta espanhol martirizado em terras hoje pertencentes ao estado de Rio Grande do Sul. Sua canonização ocorreu somente em 1998. Outro Afonso famoso em Portugal foi Afonso de Ligório (1696-1787), canonizado no século XIX e conhecido posteriormente como Santo Afonso. Em Vieira o nome está registrado no Sermão de Santo Antônio, pregado em Roma, na Igreja dos Portugueses, como se vê na seguinte passagem: “*A Pedro disse: quero fundar um ti uma igreja não tua, senão minha. A Afonso disse: quero fundar em ti um império não para ti, senão para mim...*” A referência desse *Affonso* citado em Vieira é do primeiro monarca de Portugal.

Nome feminino de grande repercussão em Portugal é o de *Isabel*, originário do hebraico *Elisheva*, forma essa que teria dado origem também ao antropônimo *Elizabeth*, variante mais comum em língua inglesa. Em Portugal o referido nome chegou através do francês, provavelmente no século XIII. Houve duas personagens famosas assim denominadas, tanto na Hungria (1207-1231) como na França (1225-1270). Dom Dinis teve por esposa Isabel, tornando-se rainha de Portugal. Nascida em Saragoça, em 1271, filha do rei Pedro III

de Aragão e de Constança de Hohenstaufen, princesa da Sicília, recebeu de batismo o nome Isabel de Aragão. Em 1325, Isabel tornou-se viúva, optando pela vida monástica. Há várias narrativas que asseguram a santidade dessa rainha. A mais recorrente é aquela que trata sobre o milagre das rosas. Quando ainda era casada com D. Dinis, a rainha, seguindo seus votos pietistas, costumava distribuir pão aos mais necessitados. Em certa ocasião, segundo uma das narrativas populares recorrentes em Portugal, foi surpreendida pelo rei, seu esposo, que estava descontente com a prática. Ao perguntá-la o que havia no cesto, então cheio de pão, a rainha dissera serem rosas. Ao descobrir o cesto, reza a tradição lusitana que os pães foram transformados em rosas. Essa lenda, associada à prática religiosa de Isabel, principalmente após a morte de seu marido, fez o Papa Leão X, em 1516, beatificá-la, vindo a santificação em 1625, com o Papa Urbano VIII. Segundo o próprio Vieira, no sermão a ela dedicado, Isabel foi “...*uma rainha duas vezes coroada: coroada na terra, e coroada no céu...*”. Após a sua coroação, o nome se tornou recorrente em Portugal, mais precisamente por via eclesiástica, visto o valor cristão da personagem. O antropônimo está presente no Sermão da Rainha Santa Isabel, pregado em Roma na Igreja dos Portugueses no ano de 1674, como se vê na seguinte passagem: “*Menos santa fora Isabel, se a sua santidade não assentara sobre mulher, e coroa.*”

Outro nome herdado na tradição cristã em Portugal é *Ana*, do hebraico *Hannah*, com sentido de graça, ou seja, graciosa. Tal forma chegou ao grego *Ánna*, passando ao latim *Anna*. Para os cristãos, essa era a designação da avó materna de Jesus. Até o século XVI, entretanto, não havia uma presença marcante desse nome no ocidente, pois somente no Concílio de Trento foi concretizada a realização da festa em honra de *Santana*, sempre no dia 26 de julho. No Império Bizantino, ao contrário, esse nome era comum. Em 998, Ana, filha do Imperador Romanus, casou-se com Vladimiro, príncipe em Kiev. A neta deles também se chamou Ana e casou-se com Henrique I da França, no século XI. A partir desse período, o nome em questão se tornou mais divulgado no ocidente. Em Vieira o termo está registrado no Sermão da segunda domingo do Advento, na seguinte passagem: “*Ana orava a Deus, e a sua oração foi julgada por intemperança...*” No português atual encontramos compostos tais como *Ana Paula*, *Ana Júlia*, *Ana Carla* etc.

Dentro da tradição bíblica, Portugal herdou também o antropônimo *Mateus*. Sua origem está no hebraico *Mattathiah*, com significado de “dom de Deus”, gerando em português as formas *Matatias* e *Matias*. Do hebraico, *Mattathiah* foi recebido na língua grega com a forma *Matthaïos*, passando ao latim *Matthaeus*. Na língua portuguesa há registro do termo desde o século X, coexistindo também as formas *Mateu*, *Matheus* e *Matheos*. A

vulgarização do nome é explicada pela grande representação de São Mateus, o evangelista, no meio cristão. Vieira utiliza o termo no Sermão do Segundo Domingo do Advento, conforme atestado no fragmento a seguir: “*Diz o evangelista São Matheus que o Batista, aquele grande santo, aquele grande precursor de Cristo...*” Interessante observar que, no Brasil, com a propagação dos movimentos protestantes, o antropônimo tem sido utilizado com mais frequência, certamente para expressar o caráter de santidade representado por São Mateus.

Ainda na linha bíblica, encontramos o antropônimo *Marcos*. Sua origem está no latim *Marcu* (*Marcus* é a forma no nominativo), originando em português, no século XIII, a forma *Marco*, vulgarizado por influência do italiano. Na língua portuguesa há vários compostos com *Marco*, tais como *Marco Antônio*, *Marco Aurélio* ou *Marco Paulo*. Especificamente a forma *Marcos* tem maior presença em Portugal graças ao papel de São Marcos na cristandade. Seu registro mais antigo é do século X. Em Vieira é possível localizar o antropônimo no Sermão de Nossa Senhora da Graça, pregado na Igreja Matriz da cidade do Pará, como se vê na seguinte passagem: “*Ninguém ignora que nestes quatro animais eram representados os quatro evangelistas, São Marcos no leão...*”

Outro nome bíblico corrente em português é *Lucas*. Sua origem está no grego *Loukās*, passando ao latim *Lūcās*. Em português há registros do termo desde o século XIII, sendo a forma *Luca* originária do século XV. Sua popularidade está na figura de São Lucas, considerado evangelista pelos cristãos. Trata-se, no Brasil, de um antropônimo muito comum em famílias protestantes. Vieira apresenta o termo no Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, pregado na Capela Real em 1655, conforme a passagem a seguir: “*Terceira vez vencido o tentador, diz São Lucas, que se retirou por então, não para desistir totalmente de tentar a Cristo...*”

Ao lado dos antropônimos anteriores, soma-se *André*. Sua origem está no grego *Andréas*, com significado de viril ou varonil. No latim a forma adotada foi *Andrēās*, chegando ao francês *André*. Na língua portuguesa o termo chegou no século IX via França, através da cultura eclesiástica, graças à representatividade de Santo André para os cristãos. Seu uso se faz presente no Sermão de São Pedro Nolasco, pregado no dia do mesmo santo, na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, na cidade de São Luís do Maranhão, como exemplificado a seguir: “*Chama Cristo a São Pedro e Santo André, deixam barcos e redes e seguem a Cristo...*”

Os nomes até aqui elencados, muitos dos quais utilizados em reis e rainhas portugueses, expressam características positivas, pois representam, na cultura cristã, personagens relevantes, fruto de seus supostos feitos. Da mesma forma, existem nomes em

nossa cultura que, mesmo provenientes da tradição cristã, denotam, ao contrário, sentido negativo. É o caso do antropônimo *Judas*. Ainda que no Cristianismo tenha existido o personagem Judas de Macabeus, por exemplo, está fixado na memória das sociedades cristãs o discípulo que, segundo a tradição, traiu Jesus. A origem do termo está no hebraico *Iehudah*, passando ao grego *Ioudas* e posteriormente ao latim *Jūdās*. Em português, mesmo com a presença de santos como São Judas Tadeu, o antropônimo é evitado, permanecendo vivo somente na cultura judaica. Vieira registra o termo no Sermão da Terceira Domingo da Quaresma, pregado na Capela Real em 1655, como se vê na seguinte passagem: “*E assim como no apostolado de Cristo houve um Judas traidor e outro Judas santo...*”

De acordo com o não conclusivo panorama apresentado, é possível notar o relevante papel do Cristianismo nos antropônimos de língua portuguesa. Evidencia-se, com maior propriedade, o fato das comunidades falantes de português buscarem na bíblia e também na história dos santos referências para a utilização de nomes próprios, sempre identificando valores positivos ou negativos na escolha, baseados naquilo que o movimento cristão inseriu na mentalidade dos seus seguidores. Essa relação é garantia daquilo que um determinado nome pode sugerir na comunidade linguística, tendo em vista a maneira como os falantes projetam no antropônimo seu respectivo valor de *bem* e *mal*. De certa forma, podemos afirmar que o fenômeno da adoção desses nomes é sinal de identificação com o grupo, nesse caso, com o Cristianismo. Para os católicos, rege o Direito Canônico (cân. 855), ao tratar sobre o batismo, que “*Procurem os pais, os padrinhos e o pároco que não se imponham nomes alheios ao sentido cristão.*” Por outro lado, ainda que um indivíduo, mesmo habitando no Brasil ou em Portugal, países oficialmente católicos, não se considere cristão, a escolha de um nome para seus descendentes passará pelo critério da aceitabilidade cristã, algo que está implantado na mentalidade da sociedade, independente do credo.

Em termos de Brasil, o papel do Cristianismo, representado pelo catolicismo, foi ainda maior, pois os registros civis eram prioritariamente executados pela igreja a partir dos registros de batismo. Certamente dessa relação *igreja X estado* ficava ainda mais evidente o papel do movimento cristão no incentivo aos nomes associados à religião. Somente em 1890 (estimulado pelo fim da monarquia em 1889) passou a haver separação entre os registros e a igreja, algo que na Europa já vinha ocorrendo desde 1804 nos territórios dominados por Napoleão. Nesse período, todo o império napoleônico foi obrigado a realizar o registro civil de forma laica, demonstrando a ruptura com a igreja e o estado.

6.2 Os dias da semana e sua caracterização cristã

Historicamente, a relação entre a humanidade e a natureza sempre foi constante, gerando a condução dos primeiros homens ao desenvolvimento de formas próprias de convívio mútuo entre aquilo oferecido pelos fatores naturais, como a chuva, o vento, o sol, a água, a terra e todos os seus produtos. A alimentação, as primeiras moradias e o deslocamento das comunidades são alguns dos exemplos que atestam a dependência dos fenômenos naturais no condicionamento humano. A interferência da natureza se faz presente em toda a humanidade, constituindo, ainda hoje, marcas significativas. Dentre os fatores relacionados a tal interferência, houve um de extrema pertinência ao homem: a necessidade de estabelecer um conceito de tempo favorável à organização da produção agrícola, à compreensão da mudança climática e à contagem de cada instante da vida. De certo modo, desde a antiguidade o espaço e o tempo foram fatores primordiais que mereciam melhor compreensão, ainda que os recursos científicos do passado não pudessem precisar com exatidão, nesse caso, a descrição exata do tempo. Entender o espaço, por exemplo, constituiu aos homens a possibilidade de explorar os recursos agrícolas e hídricos, importantes para a sobrevivência. Paralelamente à questão do espaço, os homens conviviam com o tempo expresso em dias que se realizavam em ciclos mais ou menos regulares. Também regular era a rotina de épocas frias ou quentes. Tudo isso era percebido, mesmo que a comprovação dessas passagens fosse algo complexo de explicar.

Ao lado da necessidade de compreender as passagens temporais, a humanidade dispunha de eventos naturais diários representados pelo sol, a lua e as estrelas, evidenciando a presença de períodos mais ou menos regulares que se mesclavam no cotidiano. Pouco a pouco, os homens relacionavam a aparição do sol àquilo que hoje designamos dia, bem como para o conceito de noite observavam o surgimento da lua, com outras estrelas. Da noção do dia e da noite, somou-se a noção da jornada (um dia inteiro). Vários dias constituíam a noção de mês que, organizados em períodos comuns, construíam a noção de estações diferenciadas temporalmente. Com isso, admitia-se a ideia de ano.

Havia, como se vê, a necessidade de um marcador de tempo, algo que estivesse entre os dias (jornada) e os meses. Cada povo tentou, dentro da história, organizar esse conceito. Em especial, os gregos tentaram distribuir os dias em décadas, enquanto os romanos instituíram as calendas e os idos, todos imprecisos e insuficientes, já que não conseguiam relacionar os fatores naturais e a contagem da passagem do tempo. A grande inovação veio

dos babilônios. Instalados na região da Mesopotâmia entre 1792 a.C. a 539 a.C., sentiram desde cedo a necessidade de organizar a passagem dos dias com uma demarcação própria, alicerçada a uma noção que hoje designamos *semana*. Para esse povo, o número sete possuía um grande significado, pois representava, na língua suméria, o próprio universo. Tratando-se de um número perfeito, não tardou a tentativa de relacionar os dias em ordem de sete, caracterizando a semana babilônica. Assim, para eles, organizava-se a semana. Em Vieira o termo aparece em duas formas usadas indistintamente: *semana* ou *somana*. A primeira, datada em língua portuguesa desde o século XIV, está presente no Sermão de Domingo de Ramos, pregado na Matriz do Maranhão, em 1656. Segundo o autor, “*A Igreja universal lhe chama a Semana Maior, porque nela se consumaram os maiores mistérios de nossa Redenção...*”. A forma *somana*, também do século XIV e não corrente nos dias atuais, se apresenta no Sermão do Sábado antes do Domingo de Ramos, pregado na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, na Bahia, em 1634, atestado na seguinte passagem: “*O mesmo nos acontece a nós nesta Somana.*”

Da Babilônia o sistema foi incorporado pelos hebreus, especificamente no século V a.C. Para eles, havia um único detalhe: a semana deveria se organizar a partir do dia do repouso, pois, segundo as tradições bíblicas, Deus criou o mundo em sete dias, tendo descansado no último. Assim constituiu-se a semana judaica, baseada no dia do *shabat* (repouso). Os outros dias foram designados da seguinte forma: *Yom Rishon*, *Yom Sheni*, *Yom Shlishi*, *Yom Revi'i*, *Yom Hamishi*, *Yom Shishi*, *Shabat*. Interessante observar que, na atualidade, os dias judaicos são iniciados não com o amanhecer, mas sim com o anoitecer, evidenciando o papel da lua, na sua cultura, para a demarcação do tempo.

A formatação de uma semana calcada em um dia de descanso foi absorvida pelos gregos após breve contato com os judeus. Com a dificuldade de organizar os dias em décadas, logo os gregos adotaram o modelo da semana judaica, mantendo o *shabat* não com a concepção religiosa, mas como um designador do dia de descanso. Todos os outros dias da semana grega foram referenciados a partir do *shabat*, a saber, *proté sabbátou* (primeiro dia após o shabat), *deuterá sabbátou* (segundo dia após o shabat) etc. Na língua grega atual essa designação persiste, com uma releitura cristã, incorporada a partir do século II d.C. O primeiro dia da semana é o *Kyriakè heméra*, posteriormente designado apenas por *Kyriakí* (senhor). Todos os outros dias se baseiam nos dias posteriores ao *Kyriakí*, seguidos do *Deftéra*, *Triti*, *Tetarti*, *Pémpiti*, *Paraskeví* e *Savvato*. Interessante ressaltar que, apesar de a Grécia ter se transformado em uma nação cristã, o *shabat* judaico foi mantido na designação semanal atual, incluindo o dia anterior (*Paraskeví*), com significado de “preparação”.

Sendo a Grécia uma fonte viva de referência e modelo para a sociedade romana, logo a noção de semana grega foi incorporada em Roma. Houve, entretanto, um diferencial, pois os romanos, influenciados também pelos caldeus, associavam cada dia da semana a uma divindade ou a um astro. Dessa forma, assim organizavam a semana: *Saturnus, Sol, Luna, Mars, Mercurius, Jupiter, Venus*. Essa designação perdurou até a legitimação do Cristianismo em Roma. Ainda antes da oficialização da doutrina cristã, com o movimento acentuando a necessidade de extrair qualquer referência pagã do mundo romano, inclusive linguística, os cristãos, reunidos no Concílio de Niceia em 325, fixaram o *dies solis* (dia do sol) como o dia do senhor. A partir desse ponto, esse dia era reservado para comemorar a ressurreição de Cristo e o conseqüente descanso do trabalho. Legitimando a proposta do concílio, Constantino substituiu o nome *dies solis* para *Dies Dominicus*, ou seja, o dia do senhor, como na língua grega, determinando, inclusive, descanso civil obrigatório. Com essa inovação, a semana latina recebia uma nova concepção, calcada na ideologia cristã. Isso ocorreu também com a designação do *Dies Saturni*, proposto por Tertuliano no século III. Por influência judaica, o sintagma foi substituído por *Sabbatum*, vindo do grego *sábbata* que, por sua vez, veio do hebraico *shabat*.

Como se vê, houve profunda influência cristã na transformação linguística dos termos designativos da semana latina, o que possibilita afirmar a existência de uma estrutural semanal quase cristianizada por total, restando apenas os nomes que não constituíam os dias de descanso. Com isso, antes mesmo da formação das línguas neolatinas, havia um esboço constituído para a nomenclatura semanal dos falares formados na Europa ocidental após a queda do império. Ainda no latim, a nova semana estava assim constituída: *dies dominicus, dies lunae, dies martis, dies mercurii, dies iovis, dies veneris e sabbatum*. A semelhança dessa estrutura com as línguas neolatinas formadas a partir da dissolução do Império Romano é muito intensa, como podemos observar no francês (*dimanche, lundi, mardi, mercredi, jeudi, vendredi, samedi*), no italiano (*domenica, lunedì, martedì, mercoledì, giovedì, venerdì, sabato*), no espanhol (*domingo, lunes, martes, miércoles, jueves, viernes, sábado*) e no romeno (*duminică, luni, marți, miercuri, joi, vineri, sâmbătă*). Dessa pequena amostragem é possível notar que o domingo, em todas as línguas citadas, vigorou como o primeiro dia da semana, com um significado cristão (dia de servir a Deus) e civil (repouso das atividades). O sábado passa a ser o último dia da semana, como uma preparação para o domingo. Para os outros dias, restou a preservação dos nomes pagãos, com referência a divindades e planetas, como em Roma. Das línguas neolatinas, somente a língua portuguesa se viu livre dessa estrutura.

O Papa Silvestre (314-335), no século IV, propôs a oficialização de uma nomenclatura semanal cristã baseada na estrutura com o numeral ordinal seguido do termo *feria*. A ideia seria reproduzir o modelo utilizado nos primórdios da organização semanal em língua grega, baseada no dia de descanso (no caso, o *shabat*) seguido dos outros dias, designados como primeiro, segundo, terceiro etc dias após o *shabat*. Essa estrutura foi levada à cristandade, que acabou por não adotá-la. Interessante observar que o termo *feria*, no sentido de *féria*, em latim clássico só era utilizado no plural *feriae*. A partir do advento do Cristianismo em Roma, o termo passou a ser utilizado no singular para expressar os dias subsequentes às festas de Páscoa e Pentecostes, principalmente na época de Tertuliano. Como essas festas eram comemoradas durante alguns dias, o período posterior à data festiva era considerado *féria*. Nota-se, pois, uma forte influência do movimento cristão nos usos do latim, nesse caso, tanto no nível semântico como no nível morfológico.

Somente em Portugal a proposta do Papa Silvestre vigorou. Isso se justifica já que São Martinho (século VI), bispo de Dume e de Braga, esta última um importante centro do catolicismo nas futuras terras de Portugal, lutou bravamente contra a semana pagã. Ele mesmo presidiu o Concílio de Bracara (atual Braga), entre 561 a 563, realizado por ordem do rei suevo Ariamiro. Estiveram presentes ainda bispos da *Gallaecia* e do norte da *Lusitania* para discutir, além de questões relacionadas à doutrina católica, a instituição da nomenclatura semanal cristã, corporificada na estrutura *Dominicus Dies*, *Feria secunda*, *Feria tertia*, *Feria quarta*, *Feria quinta*, *Feria sexta*, *Sabbatum*. Dessa designação derivam os modernos nomes dos dias semanais da língua portuguesa. A ideia de *feria*, proposta tanto nesse concílio como pelo Papa Silvestre, seguia a mesma intenção original do termo, ou seja, designar os dias posteriores a uma festa, nesse caso, ao domingo. Se o *dominicus dies* era o dia dedicado a Deus, todos os outros seriam dias de férias da adoração. Acrescente-se a isso o fato de esse período coincidir com a Idade Média, momento da história que se caracterizou por vilas e feudos organizados a partir das igrejas e das feiras, importante elemento para a economia da época. *Feria* seria também a oportunidade que os fiéis tinham de realizar a feira, numa alusão à prática comercial. Assim, pouco a pouco, por investida dos bispos na região correspondente hoje a Portugal, a nova nomenclatura era ensinada e escrita pelos clérigos nos documentos jurídicos. Havia incentivos para que os padres pregassem essa nova forma de denominar os dias da semana, retirando toda a superstição que estava presente nos nomes dos deuses pagãos. Não se tratou de uma censura, mas sim uma espécie de condicionamento “homeopático” para que a nova semana prevalecesse, respaldada pelo fervor eclesiástico do clero.

Ainda assim, paralelamente à designação cristã, corria nas terras lusitanas uma denominação semanal oriunda da estrutura latina, de forma que é possível afirmar a existência de uma semana portuguesa originária do latim e presente no português arcaico, com a seguinte forma: *Domingo, Lues, Martes, Mércores, Joves, Vernes e Sábado*. No período de reinado de Dom Dinis (1279-1325), considerado o legitimador do português como língua oficial da escrita em Portugal, utilizava-se, sobretudo nos textos jurídicos, a semana acima citada. No século XV, houve notícias de textos ainda utilizando a nomenclatura medieval, como na tradução da Regra de São Bento. Somente com o Renascimento português é que a estrutura atual se impôs absolutamente, fazendo com que, no período clássico da língua, a terminologia semanal cristã estivesse sedimentada na boca da população portuguesa.

Em Vieira, os dias da semana são utilizados de acordo com as necessidades do autor, fazendo referência ao nome dos sermões. É possível encontrar em sua obra todos os termos da nomenclatura semanal portuguesa (cristã). Outro aspecto importante da obra é a utilização dos termos *domingo* e *dominga*. Originário do latim *dominica*, tal forma se preservou no português apenas para designar os domingos especiais, tratando-se de um vocábulo exclusivo do movimento cristão (católico). Atualmente a Igreja não mais faz diferenciação entre as duas formas, utilizando, inclusive, o termo no masculino. Vieira faz uso abundante também das duas formas, separando o sentido de *domingo* (dia do senhor) e *dominga* (festa especial da Igreja). No Sermão do Nascimento da Virgem Maria, pregado em 1657 na Igreja de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão, o termo aparece da seguinte forma, fazendo referência ao primeiro dia da semana: “*Ao domingo muito de madrugada chegarão ao sepulcro, sendo já o sol nascido.*” Por outro lado, o termo *dominga* também é utilizado, como se vê já no título dos Sermões da primeira e terceira *dominga* da quaresma, ambos pregados na Capela Real em 1655.

O uso da *segunda-feira* surge no Sermão das Lágrimas de São Pedro, pregado na Catedral de Lisboa, em 1669. Segundo o próprio autor, conforme atestado no subtítulo do sermão, trata-se de uma prédica realizada “*Em segunda-feira da Semana Santa...*”. A grafia utilizada foi na forma de *segunda feyra*.

A designação de *terça-feira* aparece em Vieira no Sermão da Quinta Terça-Feira da Quaresma, pregado em Roma, em língua italiana, na presença da rainha Cristina da Suécia, em 1669, época em que o jesuíta foi seu confessor.

Para o termo *quarta-feira*, Vieira utiliza duas grafias distintas. No Sermão da Terceira Quarta-Feyra da Quaresma, pregado na Capela Real em 1669, e no Sermão de

Quarta-Feyra de Cinza, pregado em Roma, na Igreja dos Portugueses em 1672, percebe-se a utilização da grafia *feyra*. Entretanto, o termo com a grafia *feira* aparece no Sermão de Dia de Ramos, pregado em 1656 na Matriz do Maranhão “*Veio um primeiro dia da Quaresma, veio uma quarta-feira de Cinza, pôs-nos a Igreja diante dos olhos...*”.

O uso de *quinta-feira* se apresenta no mesmo sermão, como se vê na seguinte passagem: “*Os dias, que passaram, já não podem tornar, nem têm remédio; os que estão por vir até quinta-feira (que é a última reserva das consciências mais descuidadas)...*”.

Para a designação de *sexta-feira*, Vieira faz uso também de duas grafias (*feira* ou *feyra*). No primeiro caso, encontramos a utilização atestada no Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma, pregado em 1644 no Convento de Odivelas, em Portugal e no Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma, pregado em 1651 na Capela Real. Como se vê, em ambos os casos a referência do termo aparece no título dos respectivos sermões. Já no Sermão da Sexta-Feyra de Quaresma, pregado também na Capela Real em 1662, o termo aparece com grafia diferente, demonstrando as duas possibilidades de grafá-lo naquela época.

No uso do vocábulo *sábado*, Vieira utiliza a grafia *sabbado*, como podemos ver no título do Sermão no Sabbado Quarto da Quaresma, pregado em Lisboa, em 1652. Também no Sermão de Nossa de Senhora de Penha de França, pregado na igreja de mesmo nome, em Lisboa, no ano de 1652, encontramos o mesmo uso: “*Se passaram, e cessaram, e houvera algum sabbado, como aquele da criação...*”. Na ocasião em que Vieira se livra de um terrível naufrágio, em 1654, na Ilha de São Miguel, o sobrevivente prega no Colégio da Companhia de Jesus, nessa mesma ilha, o Sermão de Santa Teresa, fazendo uso do termo na seguinte passagem: “*Ungido Cristo, levam-no à sepultura, passa o sabbado, em que não era lícito comprar...*”

Em todos os usos demonstrados anteriormente, nota-se que Vieira, ao produzir os seus sermões, legitima as formas cristãs de denominar as designações dos dias da semana em língua portuguesa. Na realidade, desde a constituição de Portugal como nação, essa nomenclatura já existia, estando, entretanto, restrita ao universo eclesiástico. Na época de Vieira, a terminologia semanal não era corrente só no universo da igreja, mas também no uso geral dos falantes do português, algo que, de certa forma, contou com a participação desse autor na legitimidade do uso, principalmente na escrita.

6.3 Léxico negativo

Na função de comunicar, as línguas humanas recebem dos seus falantes todos os elementos necessários para que a interação aconteça. O elo entre os homens ocorre uma vez que a experiência social busca representar nas línguas os sentidos almejados, seja na sintaxe, na morfologia ou mesmo no léxico. É, especificamente, no vocabulário de uma língua que encontramos sentidos próprios capazes de auxiliar a interpretação da mente humana. A todo instante, o contato social inova, ampliando sentidos no léxico disponível, condicionando novos valores e costumes que se preservam por um período na língua. Demonstrando o caráter social e cultural presente na construção de um idioma, o vocabulário socialmente compartilhado transporta costumes, crenças e valores desejados por uma comunidade linguística.

Nessa linha, observa-se que as religiões exercem forte papel na construção de uma terminologia específica, voltada à representação de suas verdades em um determinado contexto social. Se por um lado uma sociedade compartilha de termos comuns para expressar a vida em seu sentido mais amplo (léxico geral), por outro lado observa-se que muitos homens optam por criar em determinados ambientes (trabalho, residência, círculos de amizade, meio profissional etc) um léxico restrito, acordado e identificável somente por aqueles que participam de um grupo específico. Para a efetivação de sentidos pretendidos em um contexto social, o contrato de uso se estabelece, garantindo a identidade e a interação entre as partes componentes.

No meio cristão, a inserção de valores lexicais se fez com mais ênfase, sobretudo nas línguas formadas na Europa ocidental. Com a intenção de reproduzir toda a carga semântica do movimento instituído no oriente, tiveram as línguas receptoras da nova fé de se inclinar às inovações propostas, sempre com o interesse de representar os dogmas, a liturgia, a fé e a moral cristã. Dessa forma, um novo conceito que se produzia com a legitimação do Cristianismo como movimento foi a noção de *bem* e de *mal*, reproduzida ainda hoje no meio cristão e até na sociedade civil, algo que se manifesta, inclusive, na construção de uma moral. Os cristãos traziam consigo “a verdade”, um novo caminho de salvação em todas as esferas humanas. Receber a nova fé era garantia de manter na vida terrena uma prosperidade manifestada somente após a morte, uma continuidade segura com todos os benefícios prometidos pela tradição cristã. Nessas linhas estavam corporificadas as noções de *bem*,

contrário ao *mal*, entendido como tudo aquilo que pudesse desviar o modelo sugerido na vida cristã.

Ocorre que, antes da legitimação da fé cristã, a noção de mal não era clara e explícita. Nem mesmo para o Judaísmo, fonte basilar do Cristianismo, tal conceito se expressava com objetividade. A princípio, os hebreus, desde o momento referente ao reconhecimento do monoteísmo, não projetavam uma representação do mal, visto a figura de sua divindade representar um domínio absoluto, permitindo, inclusive, a negação de qualquer rivalidade. Nessa perspectiva, só havia o *bem*, ainda que naquele contexto não fosse necessário designá-lo dessa forma. Durante muito tempo os judeus não conheceram uma noção contrária àquilo que hoje se designa como o *bem*. A situação só iria se modificar a partir do momento em que os hebreus tiveram contato com outros povos na condição de comércio ou no regime de escravos. Caldeus, persas e egípcios, por exemplo, possuíam suas divindades, consideradas o *mal*, na ótica dos hebreus.

No exílio da Babilônia, os judeus conheceram a figura de *Arimã*, tomado pelos persas como “o príncipe das trevas”, aquele que guerreava com *Mazda*, o príncipe da luz. Essa relação entre tais divindades foi constituída pelo profeta persa Zoroastro no século IV a.C.. A absorção dessa noção pelos judeus gerou o conceito de *sātān*, representado através de um dragão, serpente ou outro animal. Posteriormente, houve uma forte produção literária hebraica entre os séculos II a.C. e I d.C., de cunho religioso, atestando a negação das divindades inimigas, ratificando que o Deus judeu era superior a todos os outros deuses. Preservou-se no Judaísmo o termo *sātān*, expressando aquele que acusa, o adversário, sem representar a postura aterrorizante trazida posteriormente pelo Cristianismo. Na narrativa bíblica referente à criação do mundo, uma serpente tenta Adão e Eva. No episódio de Jó, *sātān* é o tentador, o adversário que deseja provar a fé, constituindo-se como um anjo caído que advoga a favor daqueles que caminham em direção contrária aos desejos divinos. O termo em português aparece no século XVI, com a grafia *satam*. Sua origem vem do hebraico *sātān*, passando para o grego *satān* e daqui para o latim *satān*. Mais antiga é a forma *satanás*, datada do século XIII na língua portuguesa. Sua origem está também no hebraico *sātānā*, passando ao grego *satanás* e ao latim *satānās*, *ae*. Em Vieira o termo aparece legitimado no Sermão da Segunda Quarta-Feira da Quaresma, pregado na Bahia em 1638, fazendo referência à tentação de Cristo: “*Vai-te daqui, Satanás, e não apareças mais diante de mim.*” Nesta passagem, Vieira demonstra o repúdio por essa figura do *mal*, fazendo referência às tentações pelas quais Cristo passou. De certo modo, o autor estimula o afastamento do cristão da figura de Satanás, pois seria ele a maior representação do inimigo da fé católica.

Por volta do século II a.C., a tradição judaica passa também a fazer uso do termo *demônio*, como opositor a Deus, pois se tratava de um anjo caído, expulso por Deus das regiões celestiais. Na antiguidade, o termo se referia a um gênio que poderia instigar o homem tanto para o bem quanto para o mal. A origem do termo, presente no português desde o século XIII, está no latim *daemonium*, originário do grego *daimónion*. O uso em Vieira está atestado no Sermão do Demônio Mudo, pregado no Convento de Odivelas no ano de 1651. Nesse mesmo sermão, talvez por força da temática adotada, o termo aparece muitas vezes, inclusive no próprio título. Na introdução da obra, o uso está atestado na seguinte passagem: “*Vigiai e estai alerta, diz o apóstolo São Pedro, porque o demônio, vosso inimigo, como leão bramindo cerca...*” No corpo do texto localizamos também o seguinte uso: “*...antes de terem entendimento, receberam a fé do mesmo Deus no batismo, e antes de ter língua, prometeram nele que renunciavam o demônio, e todas as suas pompas...*” Em ambos exemplos nota-se a necessidade de afastamento do *demônio*, considerado, mais uma vez, o inimigo da fé. Renunciar o demônio significava voltar-se a Deus, em uma dicotomia: rejeitar o *mal* significa aceitar o *bem*, valor este explorado com muita intensidade pelos jesuítas.

A partir do século I de nossa era, o movimento cristão toma forma, necessitando expressar com clareza uma noção de mal que já se apresentava na cultura judaica. Com a expansão do Cristianismo também no ocidente, fruto do trabalho missionário dos pioneiros na evangelização e no martírio, não tardou para que as perseguições patrocinadas por Roma tomassem a dimensão do *mal*, principalmente na representação da cultura romana, considerada pecaminosa e, portanto, inimiga. Nesse momento da história, as guerras travadas entre Roma e os cristãos, a partir do ano 64, impulsionaram a necessidade de representar linguisticamente uma forma de expressar o *mal*. Essa foi uma tendência explícita a partir das perseguições oficiais do império, tomando maior força a partir do século II. Durante os primeiros anos do século I, os judeus, representados na figura dos seus rabinos, representaram o *mal* para os cristãos, pois eram contrários às interpretações propostas a respeito do nascimento e da função do Messias. Com o século II, o problema se voltou aos romanos, principalmente no universo pagão. Havia, cada vez mais, a necessidade de registrar o *mal* com uma terminologia própria. E, na sua concretização, todas as culturas consideradas inimigas pelos cristãos puderam patrocinar o seu arquétipo.

O termo selecionado para fazer referência ao mal foi instituído na escrita primeiramente por São Jerônimo, no século IV. Com a responsabilidade de preparar os textos bíblicos na composição da Vulgata, ele utilizou o termo *Lúcifer* para traduzir a ideia hebraica de “estrela da manhã”, “astro brilhante”. Sua origem está no latim *Lucifer*, datado em

português desde o século XIII, com a grafia *Locifer*. Em Vieira encontramos esse nome no Sermão de Todos os Santos, pregado no Convento de Odivelas, Lisboa, em 1643, na seguinte passagem: “*Houve no céu entre os anjos aquela grande batalha, que sabemos: Lúcifer, com as mãos rebelou-se contra Deus...*”. Lúcifer é portador da luz, identificado posteriormente a Heósforos e Héspero, mitos da tradição grega que se relacionam à luz. No uso de Vieira, nota-se a alusão negativa do termo, pois esse personagem, segundo a tradição cristã, teria proporcionado uma rebelião nas regiões celestiais. Como se vê, o sentido negativo de Lúcifer tem expressão desde o século IV, sendo, no século XVI ratificado e potencializado por Vieira em seus sermões. Interessante destacar que, por força cultural, em nossa sociedade não é comum a designação de um filho com o nome acima, visto estabelecer a representação da ideia de mal proposta pelo Cristianismo.

Antes da produção da Vulgata, já corria pelo mundo cristão ocidental a utilização do termo *diabo*, representando o gênio do mal, o príncipe das trevas. Sua etimologia está no grego *diábolos*, significando aquele que desune ou acusa. Tal forma foi traduzida para o latim cristão *diābōlus*, chegando ao português, ainda no século XIII, na forma *diabo*. Encontramos ainda formas derivadas tais como *endiabrado* (séc. XIII), *diabrura* (séc. XIV) e *diabrete* (séc. XVI). Nos evangelhos de João e Paulo é possível identificar a utilização do termo. A figura que representa o *diabo* foi definida no Concílio de Toledo, na *Hispania*, entre os anos 397 e 400, o que pode justificar a rápida assimilação do termo nas línguas da Península Ibérica. Esse concílio atribuiu ao diabo as características das várias divindades pagãs oriundas de Roma e da Grécia, a saber, chifres, pele vermelha ou preta, cauda e tridente. Nota-se a forte relação com o deus grego Pã, dotado de muitas dessas características. Essa representação permitiu que a igreja, principalmente nos primeiros séculos, ganhasse ainda mais fiéis que, amedrontados com a figura do *diabo*, escolhiam a vida segura proporcionada pelas verdades cristãs. Em Vieira o termo assume posição no Sermão do Demônio Mudo, pregado no Convento de Odivelas no ano de 1651, como se vê na seguinte passagem: “*E estas são as transformações, que cada dia faz o diabo mudo.*” É possível encontrar também, no mesmo sermão, o adjetivo *diabólico*, originário do termo *diabo*, no seguinte uso: “*E tal era a diabólica tenção destas matemáticas do inferno...*” Em todos os casos citados, o termo se relaciona aos valores da maldade, construindo um campo de significado voltado ao *mal*, ao menos na sua compreensão pelos cristãos.

Historicamente os termos até aqui expostos apresentavam diferenças de significado. Entretanto, com o desenvolvimento do Cristianismo, cada vez mais os sentidos foram se equacionando, de forma que, no Concílio de Latrão, em 1215, o diabo e os demônios foram

considerados criaturas de Deus, desviadas da autoridade divina por razão de opção particular. Tratava-se do inimigo, termo muito utilizado nas doutrinas neopentecostais no Brasil de hoje. Com isso, independente do termo, o *mal* se caracteriza por fazer oposição ao *bem* (no caso do Cristianismo, Deus), traindo, arrebatando almas e levando-as à danação. Para o movimento cristão, quanto mais a figura do *mal* fosse exposta, mais o *bem* prevaleceria, potencialmente triunfante. Interessante destacar que, por força do tabu linguístico relacionado ao medo de pronunciar todos esses vocábulos, muitas comunidades criaram formas paralelas, evitando assim a evocação dos termos. Dentro da superstição popular, encontramos, no Brasil, formas como *Arrenegado*, *Beijudo*, *Capeta*, *Coisa-Ruim*, *Diacho*, *Excomungado*, *Malvado*, *Pé-de-cabra*, todos ligados a um mesmo campo semântico.

Ao lado dos seres representantes do mal no universo cristão, há também o local onde habitam tais seres, o *inferno*. No mundo romano, a concepção desse termo estava ligada à ideia de local no interior da terra, de maior profundidade, onde ficavam todas as almas dos mortos. Em português o termo tem origem no latim *infernus*, com significado de região inferior (*infra*), datado desde o século XIII. O oposto à região infernal era o *supernus*, com ideia de algo acima. Tanto na Grécia como em Roma os mortos eram acolhidos no inferno, região das profundidades, do mundo subterrâneo, das ricas jazidas e do lugar da metamorfose, local da passagem da vida para a morte. Para o Cristianismo tratava-se do local destinado para acolher eternamente as almas dos pecadores que não se arrependeram, fazendo referência à noção do termo semita *Geena*. Para os hebreus, o vale localizado a sudeste de Jerusalém, palco para o sacrifício de crianças ao deus fenício Moloque, era designado *Geena*. Por causa da prática do sacrifício, o local ficou conhecido como “vale de suplício”, assim como é conhecido o *inferno*. Existe também uma conexão muito forte entre o *Hades* grego, local para onde vão os mortos. Interessante destacar que, na tradição Protestante, o termo *Hades* é utilizado, em algumas doutrinas (anglicanismo e presbiterianismo), na oração do Credo, ocupando o uso legitimado do catolicismo ao utilizar a expressão “mansão dos mortos”. Ressalta-se que, nesse caso, o sentido proposto evoca valor positivo. Em Vieira o termo é utilizado no Sermão de Santa Catarina, em Lisboa, na seguinte passagem: “*Há mais de seis mil anos, que arde no inferno Lúcifer, e há de arder por toda a eternidade...*”. Como se vê, trata-se do espaço onde os seres são limitados à presença de Deus, não havendo, portanto, garantia de retornar ao contato divino, à salvação.

Na concepção cristã, somente herdarão o inferno aqueles que não tiverem os seus *pecados* perdoados, bastando haver, por parte do pecador, a confissão de seus erros para que, dessa forma, obtenha a purificação, conforme atesta a Primeira Epístola de João 1:9: “*Se*

confessarmos nossos pecados, fiel e justo como é, ele perdoará nossos pecados e nos purificará de toda iniquidade.” Essa concepção está registrada também no Antigo Testamento, segundo Salmos 86:05: “*Senhor, tu que és bom e perdoas, rico em fidelidade para todos os que te invocam...*” No Cristianismo, o *pecado* foi estabelecido como qualquer desobediência às leis divinas, algo que advém da concepção judaica. Para os judeus, a violação de um mandamento divino se caracterizava como *pecado*, ainda que o homem não tenha herdado qualquer responsabilidade ou culpa por erros de outros. O termo hebraico para o *pecado* é *hhatá*, levado ao grego com a forma *hamartáno*. Em ambas as culturas, o significado desses termos era “errar o alvo”, ou seja, não atingir um ideal ou padrão. Essa noção foi absorvida também pelos romanos, que foi traduzida sob a forma de *peccātum* com sentido de falta, ação má ou crime. O verbo *peccāre*, em latim, designava aquele que dava mau passo, perdia o equilíbrio com o pé. Tratando-se de cavalos ou mesmo de montaria, significava o indivíduo que caía. Com o Cristianismo, a ideia do verbo *pecar* passou a designar um sentido figurado, ou seja, aquele que procede a um mau passo moral, um erro de conduta. O apóstolo Paulo, em sua carta aos romanos (6:23), associa um sentido bastante negativo ao termo: “*Pois o salário do pecado é a morte; mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna...*” Em português, a forma em questão é datada ainda no século XIII já com o significado cristão, assim como o verbo *pecar*. Em Vieira encontramos o uso do termo em muitos sermões, grafado originalmente na forma *peccado*, como no Sermão do Nascimento da Virgem Maria, pregado em 1657 na Igreja do Colégio da Companhia de Jesus, em São Luis do Maranhão. Segundo o texto, “*Os homens pelo pecado estavam convertidos em animais...*” É possível localizar ainda no mesmo sermão o adjetivo *pecadores*, como na seguinte passagem: “*...na casa onde todos são pecadores, todos estão em trevas...*”, termo presente em português desde o século XIII. Já o verbo *pecar* pode ser localizado no seguinte trecho do Sermão das Lágrimas de São Pedro, pregado na Catedral de Lisboa em 1669: “*Do ver segue-se o pecar; do pecar segue-se o chorar...*”, fixado também na língua portuguesa no século XIII. Na condição de estabelecer um responsável pela “perdição”, Vieira explora, como se vê nos exemplos, o sentido de *pecar* de uma forma bastante enfática, considerando-o um *mal* do qual todos os homens devem se esquivar, principalmente os cristãos.

Na construção da ideologia cristã, outro termo pertinente para uma designação negativa é o adjetivo *herege*, do substantivo *heresia*. Já que Vieira foi um padre defensor das verdades estabelecidas pela Igreja, não faltaram exemplos que demonstram a utilização do termo, presente em português desde o século XIII. Para o Cristianismo, a *heresia* é uma doutrina ou afirmação contrária a uma verdade referente aos ensinamentos da Igreja, tratando-

se de uma interpretação errônea de um aspecto da fé ou dos costumes doutrinários. Sua origem está no grego *háiresis*, com significado de escolha, eleição, derivado do verbo grego *hairêo* (escolho). Tal forma passou para o latim *haeresis*, originando, em português, vocábulos arcaicos tais como *eregia*, *eresya* e *erigia*, todos datados do século XIII. O indivíduo seguidor de uma tendência herética é considerado *herege*, vocábulo originário do grego *hairetikós*, vindo a derivar, no latim, a forma *haereticus*. Em português o termo chegou através do provençal *heretge*. O uso em Vieira se faz presente no Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia, em 1640, como na seguinte passagem: “...que diga o herege, que Deus está holandês ?” Para o substantivo *heresia*, Vieira faz uso da grafia *eregia*, exemplificado no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado em 1645 na igreja de Santa Engrácia (atual Panteão Nacional), em Lisboa: “Que maior exaltação da fé, que maior confusão da heresia, que maior honra de Cristo ?”

Junto à *heresia*, soma-se o termo *anátema*, originário do grego *anāthema*. No grego clássico seu sentido expressava um tipo de oferenda aos deuses. No grego vulgar, a ideia do termo passou a designar o mesmo sentido anterior, porém voltado já ao domínio cristão, ou seja, oferendas aos deuses infernais, caracterizando um tipo de maldição. Essa significação chegou ao latim cristão com a forma *anathēma* expressando também a ideia de maldição, amaldiçoado ou mesmo rejeição e excomunhão da Igreja Cristã. Esse sentido se corporifica no texto bíblico, a exemplo de Gálatas 01:08: “Mas se alguém, mesmo nós ou um anjo do céu, vos anunciasse um evangelho diferente daquele que nós vos anunciamos, seja anátema!” (grifo nosso). Em português, a forma *anathema* foi conhecida durante o século XIV. Vieira faz uso do termo no Sermão Sétimo da série Xavier acordado, conforme atesta a passagem a seguir: “Desejava (...) ser *anathema* de Cristo, isto é, estar separado de Cristo para sempre e carecer dele e de sua vista por toda a eternidade...” No século XV, surge em português o verbo *anathematizar*, derivado do grego *anathematizō*, passando ao latim *anathematizāre*. Vieira também faz uso desse verbo, como se vê no Sermão V do Rosário: “Mas já antigamente os convenceu Santo Agostinho com as mesmas palavras com que depois os *anathematizou* o Concílio Tridentino...” Na obra de Vieira é possível ainda localizar o adjetivo *anatematizado*, como atesta a seguinte passagem do Sermão XI do Rosário: “...todas no Rosário estão detestadas, todas no Rosário condenadas, todas no Rosário confundidas e todas no Rosário *anathematizadas*.” Hoje, após mutações gráficas, tal palavra é escrita sem a presença do grafema *h*. Na língua portuguesa, é possível declarar que o termo em questão e seus derivados pertencem exclusivamente ao uso cristão.

Outro vocábulo de forte valor negativo na tradição cristã é a *apostasia*, definido como o repúdio total da fé cristã. Sua origem está no grego *apostasía*, utilizado para fazer referência àqueles que abandonavam uma doutrina ou uma ideologia. No latim, o termo foi incorporado com a forma *apostasia*, já com sentido de abjuração da fé cristã. Foi esse sentido que chegou ao português, primeiramente com o registro *apestosia* no século XV, expressando uma noção totalmente cristã. Nos dias atuais, vigora a forma *apostasia*, presente, por exemplo, em II Tessalonicenses 2:3: “*Que ninguém vos engane. É preciso que primeiro venha a apostasia e se revele o Homem da impiedade, o Filho da perdição.*” Junto ao substantivo, em língua portuguesa existe também o termo para designar aquele que comete *apostasia*, ou seja, o *apóstata*, originário do grego *apostates*, com sentido de desertor, passando ao latim *apostata*, significando o desertor da religião. Vieira utiliza o termo no Sermão de São Pedro Nolasco, pregado no dia do mesmo santo na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, na cidade de São Luís do Maranhão, segundo atesta a seguinte passagem “... *guiam Zaqueu, para que seja discípulo; esta tem mão em Judas, para que não seja apóstata...*” Entre os séculos XIV e XV, conhecida foi a forma *aposteta* no português. Há registro também do verbo *apostatar*, presente na língua portuguesa desde o século XV. Sua origem está no grego *apostatēō*, passando ao latim *apostatāre*. Vieira faz uso do termo no Sermão da Quinta Domingo da Quaresma, pregado na Catedral de Lisboa em 1651, conforme fragmento a seguir: “*E porque cuidais, que apostatarem da mesma igreja e da verdadeira fé que só ela ensina ? Digam a sua doutrina e os seus mestres.*”

Ao lado da apostasia, a igreja católica faz uso também do termo *cisma*, considerado recusa da sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja a que estão sujeitos. Trata-se de uma separação do corpo doutrinário. Sua origem está no grego *schisma*, passando ao latim com a forma *schisma*. No português, o termo está presente desde o século XV com a forma *scisma*. Do substantivo, registra-se também na língua portuguesa, desde o século XV, o termo *cismático*, voltado a designar aquele que se separou da igreja. A origem está no grego *schimatikós*, passando ao latim *schismaticus*. Vieira usa o termo no Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma, pregado na Capela Real em Lisboa, em 1649, como se verifica na passagem a seguir: “... *os inimigos de Deus e os que vivem perpetuamente em seu ódio não têm número. Estes são os hereges e os cismáticos...*”

Como se vê em todos os exemplos expostos, na construção de um perfil ideológico do movimento cristão, não houve a necessidade somente de um léxico do “bem”, expressando a carga benéfica desejada pelo Cristianismo. Paralela às construções de caráter positivo, vigorou, desde os primeiros momentos, a criação de uma terminologia capaz de representar o

“mal” e suas variantes, algo ainda vivo nas diversas manifestações do movimento. Para contribuir na fixação desses termos negativos, deve-se ter em vista a função pedagógica dos sermões de Vieira.

Desde as primeiras manifestações da Reforma Protestante na Europa, tiveram os jesuítas papel fundamental na luta contra o movimento, considerado profano e herético. A resistência à ideologia reformada constitui um dos maiores pilares da ordem jesuíta, pois priorizava o restabelecimento do modelo católico, seja na sua manutenção ou mesmo na sua reintrodução, principalmente nos principados que deixaram de lado o catolicismo em prol do protestantismo. A ordem teve ainda papel fundamental na introdução do catolicismo nas Américas, sobretudo no Brasil, aonde chegaram em meados do século XIV e iniciaram o processo de conversão dos índios. Na Europa ocidental, os jesuítas estiveram envolvidos ferozmente no movimento de Contra Reforma. Uma das táticas utilizadas na acusação do surgente protestantismo era considerá-lo uma ostentação do inferno na terra, pois provocava, pouco a pouco, o desgaste da igreja católica no continente. Um dos recursos utilizados na profanação dos protestantes, representados principalmente pelos luteranos e calvinistas, foi potencializar nas línguas de pregação os sentidos negativos relacionados a tudo aquilo considerado contrário aos valores da igreja. Com essa finalidade, a terminologia cristã utilizada para fazer referência ao universo do “mal” ganhava maior legitimidade, provocando nos fiéis um verdadeiro pavor. Nessa perspectiva, os sentidos negativos eram ainda mais cristalizados nas línguas europeias, com destaque para o português, principalmente após a sua chegada ao Brasil. Com isso, nos sermões pregados por Vieira, observou-se um acento maior aos valores negativos, cristalizados não só pelo movimento cristão ainda em Roma, mas também ratificados com o colorido próprio da ordem jesuíta.

6.4 Pessoas e representantes do Cristianismo

Na construção da doutrina cristã, tanto no catolicismo como no protestantismo, é comum encontrarmos representantes instituídos com a finalidade de administrar ou gerir uma específica religião. Dessa forma, pessoas são selecionadas das maneiras mais distintas possível para, dentro de uma determinada doutrina, estabelecer o funcionamento das diferentes formas de expressão das respectivas variantes do Cristianismo.

Na história da igreja localizamos primeiramente a figura do *apóstolo*. Advindo do grego *apóstolos*, com significado de enviado ou emissário, logo foi absorvido no latim cristão com a mesma ideia grega, porém na forma *apōstōlus*, tendo o diferencial de ser tal indivíduo o mensageiro de Cristo, apto a pregar e propagar a fé cristã. Importante personagem do movimento cristão representativo do termo é Paulo. Segundo a Epístola aos Romanos (01:01), “*Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado a ser apóstolo, posto à parte para anunciar o Evangelho de Deus.*” Em língua portuguesa, o sentido advém diretamente do latim cristão, sendo, portanto, um vocábulo específico de uso do Cristianismo. Em Vieira o termo é utilizado no Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma, pregado na Capela Real em 1670. Segundo ele, “*Os apóstolos antes de descer sobre eles o Espírito Santo, eram muito tocados da ambição...*”

Ainda na perspectiva da história, localizamos também o termo *discípulo*. De maneira geral, esse vocábulo expressa a ideia de aluno, discente ou aprendiz, referindo-se àquele indivíduo que recebe ensino de alguém visando à propagação das doutrinas de seu mestre. Esse era também o sentido na língua latina, porém na forma *discipŭlus*, originário do verbo *discĕre*, com significado de aprender. Na língua portuguesa, é possível encontrar a forma arcaica *dicipolo*, datada no século XIII. O Cristianismo utilizou este mesmo sentido do latim, porém com um maior acento, tornando esse vocábulo quase exclusivo desse movimento ao significar a noção de seguidor de Cristo. De acordo com o Novo Testamento, Jesus chamou para si discípulos, não só com a intenção de fazê-los alunos, mas sobretudo torná-los propagadores de uma nova filosofia, assemelhando-se a seu mestre. Essa é a visão expressa em Lucas (06:40): “*O discípulo não está acima do seu mestre, mas todo discípulo bem-formado será como seu mestre.*” Em Vieira o termo se legitima no Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma, pregado na Capela Real em 1670, como no seguinte fragmento: “*Partindo-se Cristo para o céu, mandou a seus apóstolos e discípulos que se recolhessem a Jerusalém e que ali esperassem a vinda do Espírito Santo...*”

Com a organização da igreja após os feitos de Cristo, surgiu, no catolicismo, a figura de maior representação da fé, o *papa*, considerado o chefe da igreja, o sucessor de São Pedro, caracterizado como o vigário de Cristo na terra. Esse título é utilizado pelos cristãos desde o século IV para designar os bispos e, mais tardiamente, para referir-se ao bispo de Roma, visto o seu maior prestígio. A sua origem está no grego *páppas*, com ideia de pai ou ancião, gerando, em latim, a forma *pāpās*. O papa é o *Pontífice Máximo*, a ponte entre a vida terrena e espiritual, entre Deus e o Homem. Em Vieira o termo tem registro no Sermão das Lágrimas de São Pedro, pregado na Catedral de Lisboa durante a semana santa do ano de 1669,

conforme se vê na seguinte passagem: “*Disse gravemente neste caso São Gregório Papa. Do pregador são só as vozes...*”

Junto ao papa, também no catolicismo, encontramos a figura do *cardeal*. Dentro do conjunto hierárquico da Igreja Católica, tal personagem representa a dignidade eclesiástica que participa do Sacro Colégio Pontifício eleitor do Papa. Proveniente do latim *cardinalis*, no mundo romano o sentido desse vocábulo era outro. *Cardo*, que veio formar *cardinalis*, era o elemento sobre o qual se firmava a porta, com a finalidade de fazê-la girar. Talvez, por processo metafórico, tenha o Cristianismo utilizado esse vocábulo, já que o cardeal é o personagem sobre o qual o catolicismo se apoia, pelo menos na incumbência e responsabilidade da escolha do papa. O termo tem presença em Vieira no Sermão de Quarta-Feira de Cinza, pregado na Igreja dos Portugueses no dia 15 de fevereiro de 1673, no seguinte fragmento: “*Disse isto São Paulo na segunda epístola, que escreveu a Timóteo, a qual (como nota o cardeal Baronio) foi escrita no ano quinto de Nero...*” Vieira menciona em seu sermão o cardeal Cesare Baronio (1538-1607), famoso historiador da igreja, pertencente à Congregação do Oratório.

Na tradição católica, encontramos também o termo *cônego*, utilizado para designar um padre específico que tem a função de realizar liturgias mais solenes na catedral ou colegiada, seja na elaboração da missa ou mesmo na realização da liturgia das horas. O termo tem origem no grego *kanón*, *-ónos*, sentido de regra, passando ao latim com a forma *canōn*, *-ōnis*. Em português foram conhecidas as formas *canõigo* e *cooijgo* (século XIII) e *coonigo* (século XIV). Vieira faz uso do termo no Sermão Nono – Braço, dedicado a São Francisco Xavier, na seguinte passagem: “*Depois deles os cônegos da Catedral Metropolitana e os clérigos...*”

Outro termo presente no léxico cristão é o vocábulo *clero*, voltado a designar o conjunto de sacerdotes, especificamente o corpo eclesiástico da igreja. Proveniente do grego *klēros*, primitivamente seu sentido era a expressão de um pedaço de madeira que servia para tirar a sorte, ou seja, para selecionar, dentre muitos, alguns indivíduos para realizar certa atividade ou função. Mais tarde, ainda na língua grega, tal vocábulo passou a designar a classe eleita pelo povo. Esse foi o sentido levado para o latim cristão, originando a forma *clērus*. Há certa relação desse termo com o significado do vocábulo hebraico *nacala*, correspondente a tribo dos Levitas que recebeu a incumbência do serviço religioso no templo, constituindo uma atividade exclusiva. Como se vê, o vocábulo em questão assumiu significações tanto da língua grega quanto da língua hebraica. Em Vieira o termo se apresenta no Sermão de Nossa Senhora do Ó, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia, em 1640, como na

seguinte passagem: “... a última clausura dos Ofícios Divinos são vozes sem concerto, nem harmonia, clamando todo o clero, e todo o povo a gritos...”

Termo também relacionado à atividade de liderança religiosa é *pastor*. Esse vocábulo significa a pessoa encarregada de um rebanho, seja na alimentação (pastagem) ou na proteção de predadores, caracterizando uma profissão de pouca visibilidade no meio urbano. Dentro do movimento cristão, o pastor é o chefe religioso, o zelador das almas, livrando-as do perigo satânico, assim como foi Cristo, segundo João (10:11): “*Eu sou o bom pastor: o bom pastor se despoja da própria vida por suas ovelhas.*” Nas doutrinas protestantes é muito comum encontrar o termo aplicado aos responsáveis espirituais de uma igreja. Etimologicamente, a forma advém do latim *pastōr*, do mesmo tema de *pastus*, pasto. Em Vieira localizamos o termo no Sermão da Bula da Santa Cruzada, pregado na Catedral de Lisboa em 1647. Segundo o autor: “*A este inconveniente porém acode hoje a misericórdia divina, e a benignidade do sumo pastor...*”. Interessante observar que hoje, sobretudo fora dos meios rurais, o termo dificilmente é associado à profissão do cuidado de animais (ovelhas). Atualmente, a palavra está revestida de um sentido cristão (protestante), referindo-se aos líderes das variadas vertentes do protestantismo brasileiro.

Outra figura de relevante valor à cristandade é o *diácono*. De acordo com a igreja cristã, trata-se do indivíduo que recebeu a segunda maior ordem eclesiástica, estando entre os subdiáconos e os presbíteros. No início da igreja, sua função estava restrita à realização de práticas sociais tais como o recolhimento de valores para repartir entre os pobres. Sua origem está no grego *diakōnos*, tendo o significado de servidor. No latim cristão, o termo é apresentado sob a forma *diacōnus*, já com o significado de servidor de Deus. No português, desde o século XIV, é conhecido o vocábulo *diagoo*, tendo prevalecido hoje a forma *diácono*, como se vê em Vieira, no Sermão XIV, pregado na Bahia, em 1633. Segundo o autor, “*Mistério foi o primeiro aviso do anjo ao santo diácono, e mistério o segundo...*” Dentro ainda do latim cristão é possível encontrar formas como *diaconātus* e *diaconia*. O termo *subdiácono* é originário na língua portuguesa já no século XVI.

Conhecido também no catolicismo é o termo *vigário*. De acordo com o Direito Canônico, refere-se tal vocábulo ao padre que assume o lugar de outro padre, um coadjutor. Popularmente trata-se de um sinônimo de *pároco*. Proveniente do latim *vicāriŭs*, dentro do mundo romano significava alguém que estava no lugar de outro, ou seja, assumindo a mesma função. No Cristianismo, o sentido passa a ser o mesmo, porém com exclusividade deste movimento. No português, originou-se também a forma erudita *vicário*, resguardando a mesma significação da língua latina. Vieira faz uso do termo no Sermão da Bula da Santa

Cruzada, pregado na Catedral de Lisboa em 1647, no seguinte passagem: “... *os tesouros da monarquia de Cristo, de que tem as chaves o seu vigário...*”

Não há no Cristianismo termos referentes somente aos personagens que ocupam liderança ou responsabilidades espirituais. Nessa linha, encontramos o termo *devoto*, utilizado para significar, com destaque ao Catolicismo, aquele que se dedica completamente à fé. Essa mesma fé pode ser representada pela igreja ou por um santo a que se tem devoção particular. O termo recebeu uma nova significação, pois no latim o vocábulo expressava a vítima a ser imolada no culto pagão, no sentido de oferecer um voto, um tributo aos deuses. O verbo latino *devotare* possuía outros significados tais como encantar, enfeitiçar e invocar os deuses. No Cristianismo, o termo recebeu nova significação para expressar o fiel praticante de sua doutrina e devotado a Deus e à igreja. Em Vieira o termo se faz presente no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado na Igreja de Santa Engrácia em 1662, como exposto no fragmento: “... *mas como São Paulo por uma parte os via tão devotos e por outra tão desunidos...*”

Ao termo *devoto*, associamos o fiel que sai em peregrinação, o *peregrino*. Genericamente, refere-se tal vocábulo àquele que peregrina, ou seja, que anda e viaja por terras distantes. O Cristianismo assumiu esse sentido, porém referindo-se ao indivíduo que visita um santuário em romaria, fruto de uma devoção. Sua origem está no latim *peregrīnus*, porém com outro significado. Para os romanos, tal vocábulo expressava aquele que andava ao redor dos campos, da plantação. Esse sentido foi descaracterizado para expressar uma ideia propriamente cristã. Seu uso é atestado em Vieira, no Sermão XIX, na seguinte passagem: “... *vemos a Cristo encarnado, peregrino, nascido, apresentado, perdido e achado no templo.*” Houve, no português arcaico, a forma *pellegrino*, no século XIV. Hoje é notória a existência de uma série de vocábulos pertencentes a mesma base, tais como *peregrinação* e *peregrinar*.

Especificamente dentro do catolicismo, é recorrente o uso do termo *beato*, utilizado para designar a pessoa que se dedica fortemente à religião. Esse foi o sentido dado ao vocábulo pelo Cristianismo. No latim, entretanto, tal forma designava uma pessoa feliz, com a forma *beātus*, supino, proveniente do infinitivo passivo *beari*, ou seja, ser feliz. Há, em português, uma série de vocábulos originários deste adjetivo: *beatificação*, do latim *beatificātio*; *beatificar*, da forma *beatificāre*; e *beatitude*, do latim *beātitudō*. Em Vieira há utilização do termo no Sermão de Dia de Ramos, pregado na Matriz do Maranhão em 1656, na seguinte passagem: “... *correu com tanta velocidade a carreira da virtude e perfeição que em menos de vinte e três anos, que só teve de vida, mereceu ser (como já é) contado entre os*

beatos.” Em português o termo pode também fazer referência a um sentido pejorativo, aplicado aos indivíduos fanáticos em sua fé.

Vocábulo pertinente para o Cristianismo e representativo de todos aqueles que se sentem ligados à fé cristã é o termo *cristão*. Sua origem está no latim *christiānus*, tendo existido em nosso idioma, ainda no século XIII, vocábulos como *creschão* ou mesmo *chrischão*. Seu significado, desde os primórdios, expressa aqueles que seguem ou professam a fé do movimento cristão. Nos Atos dos apóstolos (11:26) temos um registro a respeito do termo: “*Encontrou-o lá e o trouxe para Antioquia. Eles passaram um ano inteiro trabalhando juntos nesta Igreja e instruindo uma multidão considerável. E foi em Antioquia que pela primeira vez os discípulos foram designados com o nome de ‘cristãos’.*” Vieira faz uso do termo no Sermão do Segundo Domingo de Advento, na passagem a seguir: “*Ora cristãos, por reverência de Deus, pelo que devemos a Cristo, pela obrigação que temos a nossas almas...*”

Para os iniciados na fé cristã, é comum o uso do termo *catecúmeno*, referente ao aprendiz no conhecimento da religião, da doutrina e da fé, mais propriamente relacionado àquele que está se preparando para receber o batismo. Proveniente do grego *katēkoúmenos*, participio passado do verbo *katekhêo* (instruir), tal forma passou tardiamente para o latim *catēchūmenus*, vindo originar no português do século XIV a forma *cathecumyno*. Seu uso se faz presente em Vieira no Sermão Exortação I, pregado na Capela interior do colégio, na passagem a seguir: “*Não só para os catequizar gentios, nem só para os batizar catecúmenos, nem só para os doutrinar cristãos...*” Interessante destacar que o próprio Vieira apresenta grafia dupla para o termo, como o faz no Sermão VIII – Finezas, dedicado a São Francisco Xavier. Podemos observar a grafia no seguinte fragmento: “*São Martinho, cuja caridade era tanta, que ainda sendo soldado e cathecúmeno, deu a metade da capa ao pobre...*” Com isso, é possível notar a instabilidade gráfica de muitas palavras na língua utilizada por Vieira.

Com relação à doutrina cristã escolhida por um fiel, podemos encontrar o termo *católico*, designativo daqueles que adotaram o catolicismo como religião oficial. Esse adjetivo provém do grego *katholikós*, com significado de universal, originando, no latim cristão, a forma *catholīcus*. Sua presença no português ocorre desde o século XIII. Em Vieira tal uso é atestado no Sermão do Quarto Sábado da Quaresma, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia, em 1640, como se vê na passagem a seguir: “*E os catholicos ainda com maior incoerência, conhecendo e confessando que Deus é misericordioso e justo...*” Observa-se, conforme o fragmento, a grafia adotada por Vieira.

Ao lado do termo *católico*, à época de Vieira já se tornava recorrente a utilização em toda Europa de uma nova terminologia para designar os cristãos pertencentes às novas

doutrinas protestantes. Desde o século XVI, a Reforma Protestante se instituía, provocando novas visões de mundo para a sociedade da época. Em primeiro lugar, foi Lutero o responsável por constituir uma nova doutrina, levando os atuais territórios germânicos a conversão de fiéis. Com isso, não tardou para que os recrutados por esse reformador passassem a ser conhecidos como *luteranos*, pertencentes à recém criada igreja luterana. O termo está presente em português desde o século XVI, primeiramente com a forma *luteriano*, proveniente do antropônimo *Luther*. Em Vieira o uso do vocábulo se faz no Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda da cidade da Bahia, em 1640, como se vê no fragmento a seguir: “*Os convidados somos nós, a quem primeiro chamastes para estas terras e nela nos pusestes a mesa tão franca e abundante, como de vossa grandeza se podia esperar. Os cegos e mancos são os Lutheranos...*” Observamos aqui a grafia utilizada por Vieira no seu tempo.

Do mesmo sermão anterior, temos a utilização de outro termo para designar outra vertente do protestantismo, presente na seguinte passagem: “*... e chegaremos a estado, que se preguntarem aos filhos e netos dos que aqui estão: menino, de que seita sois ? Um responderá, eu sou Calvinista...*” Assim como Lutero, Jean Calvin, reformador na França, defendia outro sistema teológico diverso do movimento germânico. A origem do termo *calvinista* está no antropônimo desse personagem, chegando ao português através do francês *calviniste*, no século XVI. Interessante destacar que, na concepção de Vieira, todos os dois termos relacionados aos surgente protestantismo têm sentido negativo, pois os seguidores dessas novas doutrinas representavam, na visão do autor, uma profunda deturpação dos ensinamentos católicos. Para Vieira, tanto o Luteranismo quanto o Calvinismo eram seitas, sem dignidade para consituir uma religião.

Na conclusão deste breve levantamento a respeito das designações de pessoas envolvidas nas mais diferentes doutrinas cristãs, observamos que os termos adotados pelo Cristianismo passaram a expressar sentidos do próprio movimento. Com isso, fica evidente que, desde os primórdios houve intenso processo para a caracterização daqueles que participavam da nova fé, inclusive nas culturas de língua portuguesa, como se viu nas representações a partir de Vieira.

6.5 Aspectos e elementos do culto cristão

Uma vez que as religiões cristãs se instituíram como representantes da fé em determinadas sociedades, houve, para esse fim, a necessidade de se estabelecer um corpo doutrinário que pudesse dar conta da organização e estruturação dos respectivos cultos. Na tradição do Cristianismo é comum a utilização do termo *liturgia* para designar as típicas celebrações pré-definidas por uma religião particular, constituindo, para tanto, um ritual elaborado a ser seguido. Trata-se, na realidade, de um conjunto das cerimônias eclesiásticas do culto, expressando a complexidade de sua ritualística. No início do Cristianismo designava especificamente o culto e a cerimônia eucarística, passando, posteriormente, a designar todos os ritos sagrados. Proveniente do grego *leitourgía*, com significado de conjunto dos atos necessários para a realização dos trabalhos públicos, tal forma passou para o latim cristão *lītūrgia* originando, na língua portuguesa, a forma em questão.

Na tradição litúrgica católica, encontramos primeiramente o vocábulo *missa*, conhecida como a ação eucarística em que a igreja católica comemora o sacrifício de Cristo pela humanidade, tratando-se de um ato solene de grande relevância para a doutrina. O termo, originário do latim *mittēre*, foi retirado de uma antiga expressão pronunciada ao final das missas - “*Ite, missa est*”, ou seja, “*Ide-vos, a vossa prece foi enviada*”. Trata-se de uma substantivação do feminino *missus*, gerando, no latim tardio, a forma em questão presente em português desde o século XIII. Em Vieira o uso desse termo está atestado no Sermão de Santo Antônio, pregado no Maranhão em 1657, como se vê na seguinte passagem: “*Tantas mil missas, tantos officios, tantos funerais, tantas pompas, tantos acompanhamentos...*” No português, atualmente, o termo está presente apenas nos usos específicos do movimento cristão.

Ao termo anterior, soma-se o vocábulo *culto*. Compreendido como o ato de reverência ou adoração a uma divindade, tal vocábulo tem sua origem no verbo latino *colēre*, significado de venerar, fazendo surgir, ainda nesse idioma, a forma *cultus*. O sentido do culto mudou na passagem do mundo romano para o Cristianismo visto que, em Roma, a religião pagã solicitava de seus seguidores um culto politeísta, enquanto no movimento cristão a adoração é de características monoteístas, assim como no Judaísmo. Na língua portuguesa, o vocábulo tem sido utilizado em larga escala, principalmente nas doutrinas protestantes que assim denominam as suas reuniões oficiais para a oração e a adoração. É possível notar também a ideia de culto no sentido de cultivar já que, de certa forma, o constante culto a Deus cultiva

nos fiéis uma maior aproximação entre o homem e a sua divindade, isto independente da religião, visto tal vocábulo não ser específico da doutrina cristã, inclusive o uso do termo. O culto é o momento em que os cristãos, juntamente com os seus semelhantes da fé, podem exprimir seus louvores e orações a Deus, em uma espécie de união entre as partes. Vieira faz uso do termo no Sermão de Santo Inácio, pregado no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, no ano de 1669. *“Este é São Crisóstomo. Ele foi o reformador do culto divino e da frequência dos sacramentos...”*

Dentro da simbologia cristã, o termo *cruz* se apresenta com grande recorrência, pois se trata do maior símbolo da fé. Originário do latim *crux*, *crucis*, tais formas vocabulares expressavam, dentro do paganismo romano, o instrumento utilizado como castigo para aqueles que desrespeitavam a lei do império. A cruz significava um tipo de morte humilhante, já que os seus condenados eram pregados nus e agonizavam até a morte. Não era, porém, uma pena aplicável aos cidadãos romanos. Cristo morreu na cruz, não só como expressão de castigo, mas como um martírio. Por esse fato, a cruz é hoje o símbolo do movimento cristão que designa também o sofrimento pelo qual um cristão pode passar, como se vê em Mateus (14:24): *“Então, Jesus disse a seus discípulos: ‘Se alguém quer vir em meu seguimento, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me’.*” Em língua portuguesa tal vocábulo, presente desde o século XIII, adquiriu esse significado específico que o Cristianismo designou. Interessante destacar que, se não tivesse existido o movimento cristão, possivelmente esse termo não teria se expandido, e provavelmente esse tipo de pena. Por essa razão, trata-se de um vocábulo específico da cultura romana, porém absorvido ao uso do Cristianismo. Em Vieira encontramos registro do termo no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado no Real Convento da Esperança, em Lisboa, em 1669, no fragmento a seguir: *“Quando Cristo espirou na cruz, rasgou-se o véu do templo, com que estava coberto...”* No português muitos foram os termos originados da palavra cruz, dentre os quais *crucificar* (século XIV), *crucificamente* (século XV), *crucificado* (século XVI), *crucifixão* (século XVII) e *cruciferário* (século XIX). Isso se explica graças ao uso acentuado do termo em nossa cultura. No Brasil, é a cruz quem afugenta os seres diabólicos e as assombrações, afastando todos os perigos. Nas sociedades cristãs, a cruz é o símbolo bastante presente nas diversas ramificações do Cristianismo, sendo ainda utilizado para designar a morte, independente do defunto ser ou não pertencente a uma doutrina cristã, o que demonstra a relevância social do símbolo.

Na realização de uma missa, momento aguardado pelos fiéis é a *eucaristia*. Dentro da doutrina católica, trata-se de um dos sete sacramentos que consiste na consagração da hóstia,

simbolizando a presença real de Cristo com seu corpo, sangue, alma e divindade. Sua origem está no grego *eukharistia*, tendo *eu-* o significado de *bem*, *-karis-*, significado de *graça* e o sufixo *-ia* designador de substantivos abstratos na língua grega. No latim cristão, a forma adotada é *eucharistia*. No português, o vocábulo chegou por meio do francês *eucharistie*, originando, em 1570, a forma *eucharistia*. Vieira faz uso desse termo adotando a grafia do século XVI, como na seguinte passagem do Sermão do Mandato, pregado na Capela Real em 1650: “*O mistério sagrado da eucharistia é sacramento e é sacrifício: enquanto sacramento do corpo de Cristo, é presença...*” Em muitas doutrinas protestantes, o ritual da eucaristia é conhecido como *ceia* (ou santa ceia), não sendo, porém, realizado em todos os cultos.

Especificamente nas doutrinas cristãs mais antigas (catolicismo e anglicanismo), a eucaristia está associada à recepção da *hóstia* por parte dos fiéis. Sua origem é duvidosa. Acredita-se que tal forma seja um substantivo do verbo dialetal latino *ostire*, com significado de ferir. No mundo romano, havia duas formas de sacrifício aos deuses tendo como base a dimensão do animal oferecido. Animais de grande porte eram denominados de *victimae* e tinham a função de agraciar os deuses. Já os animais de pequeno porte, denominados de *hostiae*, tinham também a mesma finalidade. O Cristianismo, entretanto, adotou esse último significado para expressar a eucaristia, ou seja, a pequena porção de pão ázimo em que se transubstancia o próprio Cristo, morto para conceder o perdão à humanidade. Durante a missa, em determinado momento, a *hóstia* é oferecida como símbolo de renovação do sacrifício de Cristo no Calvário, um verdadeiro alimento espiritual aos fiéis. Seu uso está atestado em Vieira no Sermão de Santa Teresa e do Santíssimo Sacramento, pregado na Igreja da Encarnação de Lisboa em 1644, como se vê na seguinte passagem: “... *naquela hóstia consagrada, posto que invisível a nossos olhos, está e estará até o fim do mundo toda a majestade do filho de Deus...*”

Objeto importante para a realização do momento eucarístico é o uso do *cálice*. Tal elemento caracteriza-se por ser um copo de pequena dimensão e provido de uma base (pé) com formas e tamanhos delicados, originalmente destinado a servir licores e vinhos finos. Sua origem está no grego *Kályx*, passando para o latim *calix*, *calicis*. Em língua portuguesa, conhecidas foram as formas *calez* (século XIII), *caliz* (século XV) e *cálix* (século XVII). Dentro do paganismo romano, e até mesmo em certas religiões primitivas, o cálice era utilizado em cerimônias de adivinhação. No Cristianismo, especialmente na liturgia católica, passou a ser o local onde se consagra o vinho, visto Jesus tê-lo feito em sua última celebração. Desse fato, desenvolveu-se a lenda do Santo Graal, ou seja, a busca por essa mesma taça utilizada por Cristo em sua última ceia. Outra vertente afirma que o Graal foi a taça em que

José de Arimateia recolheu o sangue de Cristo, fato esse não narrado nos escritos bíblicos. De todas as formas, mesmo não sendo propriamente um termo de uso específico do movimento cristão, o cálice é elemento essencial na constituição doutrinária cerimonial de algumas ramificações do Cristianismo, apresentando uma típica releitura do movimento cristão, como se vê em I Coríntios (11:25-26): “*Ele fez o mesmo quanto ao cálice, após a refeição, dizendo: ‘Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto todas as vezes que dele beberdes, em memória de mim’.* Pois todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha.” Em Vieira o termo se apresenta no Sermão das Chagas de São Francisco, pregado em Roma no ano de 1672, como atesta a seguinte passagem: “*Tudo era, porque era o caliz da paixão de Cristo, o qual foi juntamente puro...*”. Como se vê, a grafia utilizada por Vieira reproduz uma forma de uso do termo presente no português no século XV.

Elemento presente em algumas ramificações cristãs é o *óleo*. Desde a antiguidade, tal substância tem sido utilizada para diversos fins, sendo sua composição proveniente de certos materiais vegetais ou mesmo animais. Primitivamente, o óleo era só de oliva. Esse fato fez originar no grego o vocábulo *élaion*, ou seja, elemento extraído da *élaia*, a oliveira. Em latim, a forma é *olĕum*, originando, em português, *oyo* (século XIII) e *olio* (século XIV). Além dessas utilizações do óleo na antiguidade, especificamente no paganismo romano, é possível encontrar esse elemento usado como unguento nas lutas, com a finalidade de deixar os corpos dos gladiadores mais escorregadios. Ainda que o termo e o seu uso não estejam restritos ao Cristianismo, nesse movimento o óleo adquiriu um valor especial, sendo veículo para uma determinada benção, seja de valor material (cura de doenças) ou mesmo espiritual, como se vê em Hebreus (01:09): “*Amaste a justiça e abominaste a iniquidade, por isso, ó Deus, teu Deus conferiu-te a unção de um óleo de alegria, de preferência a teus companheiros.*”. Em muitas denominações pentecostais no Brasil o uso desse elemento é utilizado em larga escala, podendo inclusive os seus fiéis utilizá-lo como forma de benção em pessoas, objetos, locais etc. Em Vieira o termo se apresenta no Sermão “*Sobre esta unção faltava ainda outra de óleo, com que o sacerdote depois de fazer sete asperges ao tabernáculo...*” No catolicismo, o óleo é presença fundamental no sacramento de crisma (confirmação).

Momento importante da celebração cristã, ainda que tenha vários nomes dependendo da vertente do Cristianismo, é a *homilia*. Dentro do culto católico, destaca-se por ser o momento em que o oficiante realiza a interpretação de um trecho da Bíblia com toda uma explicação sistemática. Trata-se do sermão, objetivando explicar e comentar assuntos doutrinários para todo o público participante da missa. Proveniente do grego *homilia*,

significado de “lições de professor”, tal forma passou para o latim cristão *homīlīa* já com uma significação cristã. No português, conhecidas foram as formas *homelia* (século XIV), *humillia* e *omillia*, essas últimas do século XV. Em Vieira temos exemplo do termo na seguinte passagem do Sermão da Sexagésima, pregado na Capela Real em 1655: “*E posto que nestes mesmos pais, como e Santo Agostinho, São Gregório e muitos outros se acham os evangelhos apostilados como nomes de sermões e homilias, uma coisa é expor e outra é pregar...*”

Nas intercessões constituídas em alguns cultos da igreja cristã, por exemplo, no catolicismo, anglicanismo e presbiterianismo, é comum a prática da *litanía*. Em sentido genérico, refere-se tal vocábulo às orações formadas por uma série de invocações, podendo voltar-se aos santos ou à virgem. Sua formação vem do grego *litanéia*, de onde *litanós* significa súplica, passando para o latim cristão na forma *lītānīa*. Há também a forma *ladainha*, de origem popular, proveniente da mesma base grega. Em sua transformação, conhecidas foram as formas *ledanīa* (século XIII) e *ledaīa* (século XIV), todas elas referindo-se ao conjunto de preces populares intercessórias com enumeração de repetições por vezes cansativas ou encantadoras. Vieira faz uso do termo popular, como se vê no Sermão de Visitação de Nossa Senhora, pregado na Bahia, no Hospital da Misericórdia: “*Faz ali o apóstolo uma ladainha muito comprida de seus serviços e trabalhos...*” O vocábulo utilizado pelo autor já apresenta a grafia adotada nos dias de hoje.

Local relevante para a celebração tanto de missas como de cultos é o *altar*, caracterizando-se por ser uma construção saliente, um pouco mais alta que o chão, formada por uma mesa onde são realizadas cerimônias religiosas. De acordo com o hebraico, o vocábulo relativo ao altar - *mizbeah* - está diretamente ligado à ideia de sacrifício. Nas religiões pagãs, e até mesmo no Judaísmo, tal local era destinado ao oferecimento de holocaustos. Para o Cristianismo, especificamente no catolicismo, o altar restringe-se ao local onde são celebradas as missas, ou seja, o sacrifício de Cristo corporificado em elementos simbólicos. Sua origem está no latim *altāre*, proveniente de *altus*. Vale destacar que, no Novo Testamento, a ideia de altar ainda se refere àquele do Templo ou mesmo àquele pagão. A única referência de um possível altar cristão presente no novo testamento está em Hebreus (13:10), fazendo referência, provavelmente, a uma consideração sobre a eucaristia: “*Nós temos um altar do qual os que servem à tenda não têm direito de tomar seu alimento.*” Interessante destacar que o termo não é de uso específico do universo cristão. Entretanto, há de se considerar que essa palavra tem uma expressão bastante significativa no Cristianismo. Em Vieira localizamos o vocábulo no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado no Real Convento da Esperança, em Lisboa, em 1669, de acordo com a seguinte passagem: “*O*

sacramento do altar há de durar somente até o fim do mundo, conforme a promessa de Cristo...”

Outro espaço presente na liturgia do culto cristão é o *púlpito*, conhecido por uma espécie de plataforma pequena, uma tribuna sacra composta por um pequeno pódio de onde, no geral, os leitores e o pregador se dirigem à congregação ou à assembléia. Em igrejas mais antigas, o púlpito se assemelha a uma pequena varanda atirada à nave, caracterizando-se por ser um local elevado de onde um orador fala. Sua origem está no latim *pulpitum*, fazendo surgir no português do século XV a forma *pulpeto*. Atualmente, tal vocábulo tem sido utilizado com maior expressão nas doutrinas protestantes. Vieira faz uso do termo no Sermão da Sexagésima, pregado na Capela Real em 1655, como expresso no fragmento a seguir: *“Este grande frutificar da palavra de Deus é o em que reparo hoje: e é uma dúvida ou admiração, que me traz suspenso, e confuso depois que subo ao púlpito.”*

No campo dos sacramentos, destacamos o uso do vocábulo *batismo* para designar um importante passo na iniciação da doutrina cristã, podendo ser realizado por imersão, aspersão ou infusão com água, dependendo da doutrina cristã. Seu significado é o renascimento espiritual com a purificação de todo pecado. A origem desse vocábulo está no grego *baptismós*, com sentido de imersão e ablução, ideia advinda também do verbo grego *baptizein*, expressão do verbo lavar. Tal sentido chegou ao latim cristão na forma *baptismus* e posteriormente ao português na forma de hoje (século XIII). O sentido de banho (*lavacrum*) no mundo pagão foi revertido para expressar uma prática exclusiva do Cristianismo, conforme atesta Efésios (04:05): *“um só Senhor, uma só fé, um só batismo”*, já com um sentido religioso, demonstrando a força do movimento na mudança semântica. Em Vieira seu uso está presente no Sermão do Santíssimo Nome de Maria, conforme fragmento a seguir: *“... a forma do bautismo instituído pelo mesmo Cristo, e dada aos apóstolos, é que bautizem a todos em nome do pai, do filho e do espírito santo...”* A grafia adotada por Vieira atesta a existência do substantivo e verbo bautismo e bautizar, respectivamente, surgidos no século XIII, porém já desaparecidos no uso atual.

Em termos de paramentos, principalmente no catolicismo, é possível identificar uma série de objetos. Em primeiro lugar, encontramos a *mitra*, insígnia eclesiástica usada por bispos, cardeais e arcebispos sobre a cabeça em solenidades pontificais. Tal elemento era, na antiguidade, de utilidade comum entre os persas, os assírios e os egípcios. Com o Cristianismo, tornou-se um tipo de coroa utilizada somente pelo papa, passando, posteriormente, ao uso entre bispos e abades. Sua origem está no persa *mithra*, passando ao grego *mítra* com um significado de espécie de turbante. No latim cristão, a forma adotada foi

mitra, passando a figurar, no português, o vocábulo em questão, como se vê no Sermão do Mandato, pregado na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, em Roma, no ano de 1670: “Assim o fizeram, saindo dos desertos, os arsênios, e não saindo das cidades, os martinhos: e em todas as idades, e ainda na nossa, tantos outros varões de extremado amor e zelo, a quem a mitra era peso...”

Outro tipo de mitra é a *tiara*, originária na Pérsia, significando, dentro do Cristianismo, a coroa exclusiva usada pelo papa. Antigamente, tratava-se apenas de um simples chapéu, mas hoje ela é formada por outras três coroas. O papa Hormisdas (514) colocou nesse chapéu a coroa de ouro que o imperador Anastase deu ao rei Clóvis e este ofereceu à igreja de São João de Latrão. Posteriormente, no século XIII, Bonifácio VIII acrescentou a segunda coroa que representava o poder temporal em sua luta contra Felipe, o Belo. A terceira e última coroa foi acrescentada por João XII, em 1328, e continua até hoje. A origem do termo é oriental, tendo no grego a forma *tiāras*. No latim, o vocábulo derivou-se do grego com a estrutura *tiara*, sendo conhecida como mitra papal. O termo não é citado no Novo Testamento havendo, somente no Antigo Testamento, uma referência, como se vê em Êxodo (28:40): “Para os filhos de Aarão farás túnicas, farás cintos, e também tiaras, em sinal de glória e majestade.” O vocábulo é utilizado por Vieira no Sermão de Santo Inácio, pregado no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, no ano de 1669: “Lia as vidas dos doutores e pontífices; e (ainda que não o afeiçoaram as mitras, nem as tiaras) delibere-se a aprender para ensinar...”

No campo das vestimentas, encontramos a palavra *estola*, constituída por uma longa tira de pano que vem do pescoço até o busto. Dentro do mundo romano era considerada uma veste de luxo. Com o Cristianismo, tal elemento passou a ser utilizado por seus clérigos como uma faixa pendente do pescoço, parte dos elementos cerimoniais da missa, cujas pontas trazem uma cruz bordada. Sua origem está no grego *stolè*, passando para o latim *stōla*, tendo chegando ao português no século XIV. É interessante destacar que o termo em questão não foi utilizado dentro do Novo Testamento. Somente no Antigo Testamento podemos encontrar seu uso com referência aos sacerdotes, como se vê em Êxodo (28:06): “Farás duas argolas de ouro, dispondo-as nas duas extremidades do peitoral, na parte voltada para o efod, por dentro”. O vocábulo utilizado na passagem é *efod*, originário do hebraico *'efod*, porém com significado e etimologia incertos. Em português temos registro do termo *estola* em Vieira, no Sermão de Nossa Senhora do Carmo, pregado na Igreja e Convento da mesma santa, em São Luiz do Maranhão, no ano de 1659, como atesta a seguinte passagem: “Se aquela é a primeira estola da mãe de Deus, por que não hão de ser invejados esses filhos?”

Observa-se, neste levantamento, a quantidade significativa de elementos utilizados na prática do culto cristão, originários de várias culturas. Quanto ao léxico, é possível notar a diversidade de termos advindos de outras línguas no período de formação do Cristianismo. Quando mais o movimento se perpetua e se contextualiza às mais distintas culturas, maiores serão as condições para que novos elementos sejam incorporados nas múltiplas vertentes da fé cristã.

6.6 Espaços e locais do Cristianismo

Desde a formação do Cristianismo, foram necessários espaços específicos para a realização das atividades voltadas à prática da fé. A partir desse momento, tiveram os primeiros cristãos a necessidade de, uma vez organizados, constituir locais específicos para a segmentação da doutrina e da fé. Com isso, quanto mais o movimento crescia, novos espaços eram criados com diferentes finalidades, principalmente após a diversificação do Cristianismo em novas vertentes.

O maior representante espacial da fé cristã é a *igreja*. Sua importância está atestada em Mateus (16:18), sendo essa passagem a primeira no novo testamento a fazer uso do vocábulo: “*E eu, eu te digo: Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e a Potência da morte não terá força contra ela.*” A origem do termo está no grego *ekklesia* com significado de assembleia ou reunião, seja de caráter religioso, civil ou mesmo guerreira. O termo passa para o latim na forma *ecclesiā* e posteriormente é assumido no latim vulgar como *eclēsīa*. Para os cristãos, a ausência de um termo que pudesse expressar a sua comunidade religiosa dentro de uma cultura pagã fez o termo grego adaptar-se com sucesso no ambiente romano. Roma conhecia somente o *templo* como espaço físico para a realização de suas reuniões, sendo tal vocábulo revestido de forte significação pagã para o reaproveitamento do Cristianismo. Em língua portuguesa, o termo igreja, desde o século XIII, apresentou forte variação - *egreja*, *ygreja*, *igreja*, acabando por prevalecer a última forma. Dentro do campo semântico de *ekklesia*, podemos encontrar o adjetivo *eclesiástico*, originário do grego *ekklesiástikós*, que veio formar, no latim, o termo *ecclesiasticus*. Seu significado está relacionado ao elemento pertencente à igreja cristã, especificamente na administração ou na sua organização. Em Vieira o termo é registrado no Sermão de Santo Antônio, pregado na Bahia, na Igreja e no dia de Santo Antônio, conforme atesta a seguinte passagem: “*Santo*

Antônio, por autoridade e canonização do supremo oráculo da igreja, é a arca do testamento.”

Ao termo *igreja*, encontramos o vocábulo *paróquia*, associado a um mesmo sentido ao menos popularmente. Entendida, de modo geral, como um grupo de pessoas que frequenta uma determinada igreja, por vezes o termo é utilizado, nesse sentido, com valor sinônimo à igreja. Dentro do catolicismo, tal vocábulo expressa um ambiente territorial submetido à direção de um *pároco* que coordena o conjunto de residências e habitantes pertencentes ao seu rebanho espiritual. Com origem no grego *paroikía*, passou para o latim tardiamente na forma *parochia*, com a variante *paroecia*, originando em português o vocábulo *parrochia* (século XIV). O termo pároco originou-se do latim *parochus*, derivado do grego *párochos*, surgindo em português no século XVII. Vieira apresenta o termo no Sermão da Bula da Santa Cruzada, pregado na Catedral de Lisboa em 1647, no fragmento a seguir: “... *por estar interditada a parrochia, a cidade, ou reino, onde viveis?*”

No catolicismo é comum o uso do termo *basílica* para designar uma igreja de particular importância para a solenidade de um culto específico. Como exemplo, temos no Brasil a Basílica de Nossa Senhora de Aparecida, destacando-se por ser a igreja principal de um determinado local e de uma devoção particular. Sua origem está no grego *basilikè*, passando para o latim *basílica* e tendo chegado ao português no século XV. Na língua grega, o termo era utilizado para expressar residência real, enquanto na língua latina sua expressão era de edifício no qual se desenvolvia a atividade jurídica ou mesmo uma grande sala destinada às atividades sociais diversas. Há uma forte referência desse termo com a ideia de palácio real. Com o advento do Cristianismo, o vocábulo passou a designar certo tipo de igreja com alguma especificidade. Em Vieira é possível localizar o termo no Sermão das Cadeias de São Pedro, pregado na Igreja de São Pedro em Roma, em 1674: “*Mas, glorioso defensor da fé, e autoridade romana, e também da mesma Roma, e dessa vossa basílica, oitava maravilha do mundo...*”

Em termos de espaço do culto cristão, também no catolicismo e em mais algumas vertentes do Cristianismo (anglicanismo, ortodoxa) encontramos ainda a palavra *catedral*, conhecida por ser a igreja principal onde geralmente se encontra a sede episcopal de uma diocese. Sua origem está no grego *kathédra*, derivando, em latim, a forma *cathēdra*, com sentido de cadeira ou mesmo função principal. O vocábulo, em português, possivelmente chegou até nós por meio do francês *cathédrale* no século XIV. Em Vieira o termo é utilizado no Sermão Nono – Braço, dedicado a São Francisco Xavier, na seguinte passagem: “*Depois deles os cônegos da Catedral Metropolitana e os clérigos...*”

Espaço também relacionado à realização da prática cristã é a *capela*. Sua origem está no latim *cappella*, originando o termo em português no século XIII. Seu sentido está associado a um templo cristão secundário, abaixo da catedral e das igrejas. Nessa linha, destaca-se a capela como o local de práticas religiosas de determinados grupos específicos, sendo, por isso, suas construções ocorrerem em aldeias, colégios, universidades, quartéis, fazendas etc. O termo é usado com mais recorrência no catolicismo, como faz Vieira no Sermão de dia de Ramos, pregado na Matriz do Maranhão em 1656: “... *nem se assentam senão no chão, assistindo sempre ao Senhor sem sair nunca da Capella Real, nem de dia, nem de noite.*” A grafia adotada pelo autor ainda estava associada à escrita latina, com a manutenção de dois l. Por outro lado, nesse período já tinha ocorrido a geminação das consoantes iguais p.

Para aqueles que desejam dedicar-se integralmente ao sacerdócio, principalmente no catolicismo, criaram os cristãos espaços para formar seus futuros sacerdotes, os *seminários*. Dentro do movimento cristão, com igual valor no catolicismo e no protestantismo, tal termo especifica o instituto de preparação eclesiástica de acordo com os conhecimentos doutrinários específicos. O vocábulo latino *seminarium* expressava o local onde se semeavam plantas e sementes para que, após um determinado desenvolvimento e crescimento, elas fossem transplantadas para os campos. No latim cristão, tal forma foi modificada para representar o viveiro onde um candidato à vida sacerdotal passa por uma série de formações até alcançar um grau mínimo de preparação à vida eclesiástica. A base deste vocábulo está na forma *seminal* (*seminale*), ou seja, aquilo que fecunda e reproduz. No português, intitula-se o frequentador desta instituição como *seminarista*. Vieira utiliza o termo no Sermão de Exortação I, pregado na Capela interior do colégio, na passagem a seguir: “... *tantos filhos da Companhia, estudantes e alunos daqueles dois famosos seminários...*”

No catolicismo, encontramos ainda espaços destinados à vida dedicada à fé, os *mosteiros*, geralmente localizados fora das cidades. No Cristianismo, tal vocábulo expressa o recolhimento de religiosos, ou seja, a casa onde vive uma comunidade de monges ou monjas, visando ao recolhimento espiritual e a busca do contato direto com Deus. Provavelmente do grego *monastērion*, tal forma passou para o latim clássico *mōnastērĭum*, vindo a originar, no latim vulgar, a forma *monistērĭum*. Sua origem está no grego *monakhós*, com referência àquele que está sozinho, solitário, sem a presença da família. Do grego, derivou-se tardiamente a forma latina *monāchus*, com variação no latim vulgar *monĭcus*. Presente em português desde o século XIII, houve duas formas já nesse período, *moesteiro* e *monesteyro*. Vieira faz uso do termo no Sermão de São João Batista, pregado em Portugal em 1644,

atestado na seguinte passagem: “*O remédio foi, entrando em religião, escolher um mosteiro de estrangeiras, para que viesse desta maneira a achar juntas a clausura...*”

Popularmente considerado sinônimo de *mosteiro*, encontramos o vocábulo *convento*, originário do latim *conventus*, do verbo *convenire* (reunir). A diferença entre os locais está no fato do convento se situar dentro das cidades. O termo tem presença em português desde o século XIII. Os habitantes do convento, ou mesmo do mosteiro, são conhecidos como monges. Em Vieira o termo está presente na passagem a seguir do Sermão da Quarta-Feira de Cinza, pregado em Roma na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, em 1673: “... *antes que a morte acabasse a ele. Recolheu-se ou acolheu-se ao Convento ...*”

O processo de criação de todos os espaços da fé cristã foi lento, demonstrando que, quanto mais o Cristianismo se expandia, aumentavam as necessidades de novos locais para que a fé fosse divulgada. A diversidade de espaços nos usos mais distintos atesta a necessidade de novos termos, comprovando a variedade de culturas que contribuiu para a formação do léxico cristão.

6.7 Alguns substantivos abstratos no movimento cristão

A existência de palavras abstratas no Cristianismo reproduz, de certa forma, a própria diversidade do movimento em si. Significa dizer que, nos primórdios da fé, não só os termos concretos puderam representar a essência daquilo divulgado, acentuando um caráter concreto, de fácil percepção para todo aquele que desejava pertencer ou aceitar as verdades constituídas. Cada vez mais que o movimento crescia, junto a ele novas formas de representar surgiam, favorecendo a criação de um léxico de expressão menos palpável, menos concreto enquanto designação de um objeto, prática ou atitude. Nesta linha, encontramos os termos abstratos, voltados a representar valores, sentimentos ou mesmo noções isentas de corporificação física.

Um termo bastante presente na noção cristã é a *fé*, proveniente do latim *fides*. Seu sentido no mundo romano esteve ligado à ideia de lealdade de homem para homem ou mesmo de homem para com instituições da vida pública. Esse sentido, inclusive, persiste na língua portuguesa, como por exemplo em registros cartoriais. Em determinados documentos (certidões de nascimento, contratos etc) é possível encontrar expressões do tipo: *O referido é*

verdade e dou fé. Como se vê, a referência de *fé* diz respeito à credibilidade, ou seja, ao reconhecimento jurídico sobre algo declarado presente no teor do documento. Por força do Cristianismo, tal forma vocabular passou também a expressar sentido de confiança, crédito ou mesmo sinceridade, especificamente da relação do homem com Deus, sentido esse muito mais recorrente no português. Excetuando o sentido jurídico, o termo hoje tem maior entrada e significado no universo cristão, algo que se vê presente já no Novo Testamento, como em Mateus (17:20): “*Ele lhes disse: ‘Por causa da pobreza da vossa fé. Pois, em verdade, eu vos digo, se um dia tiverdes fé do tamanho de um grão de mostarda, direis a esta montanha: Passa daqui a acolá e ela passará. Nada vos será impossível’.*” Em português, além da forma hoje utilizada, durante o século XIII ao XV foi conhecida a forma *fee*, sofrendo posteriormente crase e resultando na forma atual. Em Vieira o vocábulo está presente no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado na Igreja de São Lourenço em Roma, em 1674, conforme a seguinte passagem: “... *quando os novos professores do Cristianismo eram deitados às feras. Ali, com tormentos e mortes se provava a fé...*”

Outro termo bastante expressivo da fé cristã é o vocábulo *piedade*. No mundo romano tal vocábulo significava o sentimento de devoção e de lealdade entre pais, filhos, parentes e comunidade. Com o movimento cristão, o sentido foi modificado para atender as necessidades do Cristianismo, passando a significar o amor às coisas religiosas ou mesmo uma exacerbada religiosidade, compaixão ou dó dos males alheios. Sua origem está no latim *pietā, pietātis*, passando, no latim cristão, para a forma *pietatem*. Em português há registro do termo desde o século XIII. O sentido cristão pode ser visto em I Timóteo (03:16): “*Grande é, com certeza, o ministério da piedade. Ele foi manifestado na carne, justificado pelo Espírito, contemplado pelos anjos, proclamado pelos pagãos, acreditado no mundo, exaltado na glória.*” Ainda que no português o termo *piedade* não seja de uso específico do Cristianismo, notamos sua recorrência maior dentro do movimento cristão. Vieira utiliza o termo no Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia, em 1640, de acordo com a seguinte passagem: “*Perdoando-nos e tendo piedade de nós é que haveis de ostentar a soberania de vossa majestade...*” Em português vigoram também termos provenientes da mesma base, tais como *piedoso* (século XIII), *impiedade* (século XVII) e *apiedado* (século XIX).

A busca da *piedade* concretiza-se na vida do cristão a partir da *súplica* a Deus. Para o Cristianismo, a *súplica* é uma oração realizada com intenso fervor, demonstração de submissão à divindade. Sua origem está no latim *supplicāre*, com sentido de rogar ou implorar. No português as formas verbais conhecidas foram *subplicar* ou *suplicar*, ambas

presentes desde o século XIV. Derivado do verbo, surgiu em língua portuguesa o substantivo *súplica*, presente desde o século XVI. Em Vieira, o termo se faz presente no Sermão I do Rosário, como atesta a seguinte passagem: “*Os títulos finalmente, em que se funda a eficácia da intercessão, que pedimos, como se vê na mesma súplica, são três...*” A grafia adotada pelo autor, neste período, ainda estava associada à escrita latina, utilizando dois grafemas *p*. Além da *súplica*, Vieira faz uso do termo *suplício*, presente em português desde o século XVI. Seu sentido está associado à ideia de sofrimento, aflição intensa prolongada, algo que se vê no fragmento do Sermão ao enterro dos ossos dos enforcados, pregado na Igreja da Misericórdia da Bahia, em 1637: “*...estes mesmos homens vivos foram levados pela justiça ao lugar infame do suplício e mortos são trazidos pela misericórdia...*” Na ocasião em que tal sermão foi pregado, encontrando-se a capitania de Pernambuco invadida pelos holandeses, Vieira proferia sua prédica diante de alguns inimigos capturados, associando a morte dos condenados à súplica da misericórdia. O mesmo sentido de *aflição* e *sofrimento* se apresenta no Sermão de Todos os Santos, pregado em Lisboa, em 1643, no Convento das Odívelas, conforme atesta a seguinte passagem: “*...os faziam arder em pé como tochas, ou luminárias nas festas dos ídolos, esforçando-os para este suplício com lhe dar a beber chumbo derretido.*” Interessante observar que o termo *suplício* apresenta uso mais recorrente dentro do movimento cristão. Fora desse contexto, é utilizado em situações sociais que demonstram grande dificuldade na realização de um objetivo extremamente penoso, algo que se relaciona, de certo ao modo, ao *suplício* da cruz vivenciado por Cristo. Quanto ao termo *súplica*, seu uso é quase exclusivo do Cristianismo, demonstrando a força desse movimento na cultura ocidental.

Outro termo de expressão piedosa é o vocábulo *misericórdia*, compreendido como a compaixão causada pela miséria alheia, sentido de pedido de perdão ou mesmo de caridade. A extrema pobreza e a excessiva desgraça despertam o sentimento de misericórdia em um indivíduo. Sua origem está no latim *miseriordia*, de onde *miser* significa miserável e *cors*, *corde* significa coração, ou seja, coração movido por compaixão e despertado pela miséria. Para o Cristianismo, Cristo manifesta seu amor por força de sua misericórdia, cabendo aos fiéis clamá-la constantemente para receber a graça dos céus. Esse sentido é verificado em Tito (03:04-05): “*Mas, ao manifestarem-se a bondade de Deus, nosso Salvador, e seu amor pelos homens, ele nos salvou, não por causa de quaisquer obras que nós mesmos tivéssemos praticado na justiça, mas em virtude da sua misericórdia, pelo banho do novo nascimento e da renovação que o Espírito Santo produz.*” Na língua portuguesa o termo está presente desde o século XIV. Em Vieira há registro do vocábulo no Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na

Bahia, em 1640, conforme passagem a seguir: *“Tão presumido venho de vossa misericórdia, Deus meu, que ainda que nós somos os pecadores, vós haveis de ser o arrependido.”*

Sentido bastante cristianizado está no vocábulo *paz*, significando inicialmente no latim a ideia de sossego e calma, com referência específica às situações relacionadas à guerra. Com o tempo, sobretudo graças à influência do Cristianismo, passou a expressar também uma ideia de tranquilidade espiritual gozada por aqueles que aceitaram a nova fé. Esse sentido se apresenta em João (14:27): *“Eu vos deixo a paz, eu vos dou a minha paz. Não vo-la dou como o mundo a dá. Que o vosso coração cesse de se perturbar e de temer.”* Interessante destacar que, para os romanos, dentro de seu paganismo, a ideia de *pax*, *pācis* estava ligada a seu antônimo *bellum*, ou seja, às lutas e violências causadas em um estado de guerra. Já para os cristãos a *pax* referia-se ao oposto de *persecutio*, ou seja, às perseguições romanas àqueles que pertenciam ao movimento cristão. Nesta perspectiva, estar em *paz* significava poder viver a fé cristã sem perturbações, o que prova que o termo, não sendo de exclusividade do uso cristão, passou a designar um sentido próprio na nova fé. O sentido cristão no português está presente desde o século XIII. Em Vieira o termo é utilizado já com esse sentido, como apresentado no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado na Igreja de Santa Engracia em 1662: *“... só viva a paz, a amizade, a concórdia e aquela tão desejada união, que Cristo pretendeu entre nós...”* Outros vocábulos na língua portuguesa foram formados a partir do termo *paz*, dentre os quais, *apacificar* (século XIV), *apaziguar* (século XVI) e *apaziguador* (século XVII).

Junto à paz, os cristãos conhecem também o termo *refrigério*. Genericamente, seu sentido já em Roma se aplicava para expressar o alívio sentido pela diminuição do calor, um conforto nas sensações físicas do corpo. Na civilização egípcia, era comum, durante os banquetes, a utilização de um cone com óleo sobre a cabeça com a finalidade de refrescar os participantes, trazendo o *refrigério*. No Cristianismo o termo passa a expressar outro sentido, pois já no latim cristão o vocábulo *refrīgērĭum* expressava o nome do banquete fúnebre cuja finalidade era servir de consolo à família do falecido. Na atualidade, principalmente nas vertentes mais pentecostais do Protestantismo, o sentido está associado a uma sensação provada quando o indivíduo se converte ao Cristianismo e passa a viver conforme os seus ensinamentos, gozando de uma vida mais estabilizada, ao menos no aspecto espiritual. Essa visão está registrada em Atos (03:19-20): *“Convertei-vos, portanto, e voltai a Deus, a fim de que os vossos pecados sejam apagados: assim virão os tempos de refrigério concedidos pelo Senhor, quando ele enviar o Cristo que vos é destinado, Jesus (...)”* Em português o termo está presente desde o século XVI, tendo Vieira o utilizado no Sermão de Nossa Senhora de

Penha de França, pregado na sua igreja e convento da Sagrada Religião de Santo Agostinho, em Lisboa, no ano de 1652, de acordo com o fragmento a seguir: “*Andáveis afligido e angustiado: acudistes à Virgem de Penha de França e achastes refrigério e alívio ?*” Conforme observado, não se trata de um uso específico do movimento cristão, tendo, entretanto, o vocábulo recebido um sentido mais particular no Cristianismo.

Na identidade cristã, uma vez assumido o modelo de vida proposta por essa fé, é comum a vivência da *regeneração*. Seu sentido está associado à ação ou ao efeito de *regenerar*, referindo-se tal substantivo ao ato de corrigir moralmente, tornar a uma realidade íntegra ou mesmo a uma recuperação vital. Com a influência do Cristianismo na semântica latina, o termo passou a designar a correção dos costumes e a restauração do estado de graça pelo batismo, pela confissão e pelo abandono da vida irregular, de acordo com aquilo pregado pelos cristãos. O vocábulo, proveniente do verbo latino *regenĕrāre*, derivou o substantivo *regenerātiō* tanto no latim clássico como no latim cristão. Em português o sentido do termo se volta a expressar a ideia de restauração moral e, principalmente, espiritual. No Novo Testamento, são utilizados sinônimos desse vocábulo tais como *renovar* e *renovação*, conforme atesta Mateus (19:28): “*Jesus lhes disse: ‘Em verdade, eu vos digo: por ocasião da renovação de todas as coisas, quando o Filho do Homem tomar assento no seu trono de glória...’*” Em português o termo tem registro desde o século XVI, sendo usado por Vieira no Sermão de Nossa Senhora do Carmo, pregado no convento da mesma Senhora, na cidade de São Luiz de Maranhão, em 1659, como atesta a passagem a seguir: “*A razão é, porque pela união de fé e pela regeneração do batismo, todos os fiéis somos membros de Cristo...*”

Termo recorrente no léxico cristão é a denominada *epifania*. Seu sentido está relacionado a um entendimento ou compreensão súbita associado à essência de algo, através de uma iluminação a respeito de um tema confuso, tornando o instante inspirador e sobrenatural. Sua origem está no grego *epipháneia*, de onde *epi* significa “sobre” e *phainein* significa “mostrar, aparecer”. No latim tardio, a forma assumida foi *apiphanīa*. Provavelmente, o vocábulo em português veio por influência do francês *épiphānie*, surgindo, em nosso idioma, o termo *epiphania* em 1570. Para o Cristianismo, o termo foi adequado para expressar o sentido de manifestação ou aparição divina. É possível também a utilização desse vocábulo para se referir à festa celebrada no dia seis de janeiro para comemorar a visita dos reis magos à gruta de Belém, por ocasião do nascimento de Jesus. Vieira utiliza o termo no Sermão da Epiphania, pregado na Capela Real em 1662, conforme atesta o seguinte fragmento: “*Para melhor inteligência destas duas vocações ou destas duas epiphānias,*

havemos de supor que neste mesmo mundo em diferentes tempos...” Conforme observado, a grafia adotada no texto é diversa da ortografia atual vigente.

Utilizado com grande frequência na cristandade é o vocábulo *espírito*. Em linhas gerais, seu sentido está relacionado a diferentes significados fora do contexto cristão, tais como personalidade ou consciência. Geralmente há uma associação do termo a uma substância imaterial. Sua origem está conectada ao grego *pneuma*, expressando a ideia de sopro, vento. Em latim temos o termo *spīritus*, dando, em português, formas como *spirito* e *esprito*, ambas do século XIII. O significado desse vocábulo, na língua latina, também era de sopro ou hálito, podendo expressar sentido de coragem ou vigor. Por influência do Cristianismo, o vocábulo passou a designar um sentido característico, contrário à vida material. Nessa concepção, o homem seria formado por uma parte física, de validade definida, e de outra parte imaterial, abstrata. Essa noção se corporifica já na tradição judaica, expressa em Gênesis (02:07): “*O Senhor Deus modelou o homem com o pó apanhado do solo. Ele insuflou nas suas narinas o hálito da vida, e o homem se tornou um ser vivo.*” (grifo nosso). A metáfora utilizada demonstra, no universo cristão, a pertinência do espírito para a formação do indivíduo, designando ainda a sua diferença em relação à matéria, conforme expresso em Mateus (26:41): “*Vigiai e orai, a fim de não cairdes em poder da tentação. O espírito está cheio de ardor, mas a carne é fraca.*” No movimento cristão, é possível encontrar ainda a expressão *Espírito Santo*, terceira pessoa da trindade e um dos representantes da figura de Deus. Em Vieira o termo é utilizado no Sermão do Mandato, pregado na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, em Roma, no ano de 1670, de acordo com a seguinte passagem: “*O nosso corpo e a nossa alma. São os extremos mais distantes, porque um é carne, outro espírito...*” É possível notar, no fragmento exposto, a aproximação entre *alma* e *espírito*, conforme atesta o autor.

Vocábulo relacionado aos cristãos que optam pela vida monástica é a *clausura*, significando a atitude em que uma pessoa opta pelo claustro, em reclusão. Sua origem está no latim *clausūra*, originando o termo português no século XIII. Seu sentido pode se referir também ao local onde um indivíduo se encontra constantemente fechado. Em português são conhecidas também as formas *enclausurado* e *enclausurar*, ambas do século XIX. Vieira faz uso do termo no Sermão de Santo Antônio, pregado na cidade de São Luís do Maranhão em 1654, como se vê no seguinte fragmento: “*Para fugir dos homens deixou a casa de seus pais, e se recolheu, ou acolheu e uma religião, onde professasse perpétua clausura.*” Ainda que seu uso não seja exclusivo do movimento cristão, é nesse ambiente que encontramos maior circulação do termo, principalmente por causa de sua conexão ao local denominado *claustro*,

ou seja, pátio inferior descoberto e cercado de arcadas, presente particularmente nos conventos. Sua origem está no latim *claustrum*, documentado no português desde o século XIII na forma *castra*. Posteriormente, há registros da forma *clastra* (século XIV) e *claustra* (século XVI).

No levantamento do léxico cristão de valor abstrato, podemos notar que grande parte dos termos apresentados não é de uso exclusivo do Cristianismo. Significa dizer que, independente da existência da fé cristã, tais termos existiriam possivelmente nas línguas latinas, porém sem o sentido religioso. À medida que os cristãos se firmavam, todas essas palavras foram sendo extraídas do imaginário social para representar também os valores propostos pelo movimento, passando a vigorar, junto aos sentidos comuns, valores cristianizados.

6.8 Alguns verbos e ações da atitude cristã

Na segmentação da fé cristã, os fiéis precisam seguir determinados preceitos que os identificam entre si, fruto daquilo que o movimento cristão instituiu como doutrina. Neste panorama, identificamos certos elementos que dizem respeito à forma como os cristãos têm de se orientar para pertencer corretamente aos valores propostos por determinada doutrina.

Uma das práticas primordiais da fé cristã católica é a *reza*. Com ela, temos o termo utilizado pelos católicos para definir a realização de suas preces, ou seja, o verbo *rezar*. Aparentemente sinônimo de *orar*, tal vocábulo representa uma atitude de oração em que um indivíduo utiliza preces convencionais. Etimologicamente, o termo advém do latim *recitāre*, com sentido de recitar, prática comum do catolicismo em situações como a reza do terço, da novena ou do Pai nosso e da Ave Maria. O vocábulo está presente no livro de Romanos (08:26): “*Do mesmo modo, também o Espírito vem em socorro da nossa fraqueza, pois não sabemos rezar como convém; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis.*” Na língua portuguesa a palavra se apresenta desde o século XIII, já com o sentido cristão. Vieira faz uso do termo no Sermão de Santo Inácio, pregado em Lisboa, no Real Colégio de Santo Antão, ano de 1669, de acordo com o fragmento exposto: “*A primeira devoção que fazia Santo Inácio todos os dias era rezar o rosário...*”

Ao termo *rezar*, associamos o verbo *orar*. Originário do latim *ōrāre*, seu significado nesse idioma era de falar em público, ou ainda fazer um discurso. Graças ao Cristianismo, esse sentido foi traduzido para a ideia de falar solenemente com Deus. Do verbo latino originou-se ainda o substantivo *oração*, proveniente da forma *ōrātio*. Hoje, é comum encontrar no Cristianismo o vocábulo *rezar* aproximado ao sentido de *orar*. A nosso ver, este se refere ao ato de falar com Deus utilizando-se de palavras espontâneas. Aquele seria a forma de falar também com Deus, porém utilizando-se de uma oração já convencional, instituída. Em português o termo tem registro desde o século XIII, com sentido cristão. Em Vieira temos exemplo do uso no Sermão no Sábado Quarto da Quaresma, pregado em Lisboa no ano de 1652, na seguinte passagem: “*Tal dia, ou tal noite como a deste dia, diz São João que foi Cristo orar ao monte...*” Interessante destacar que nos movimentos protestantes, sobretudo de linha pentecostal, há maior preferência do termo *orar*, entendido como a forma mais livre, mais individual de voltar-se à divindade. Esse fato contribui para a vulgarização atual do termo, principalmente no Brasil, palco de crescimento de tais doutrinas.

Associado ao mesmo campo semântico de *rezar* e *orar*, temos também o verbo *interceder*. Seu sentido está relacionado ao ato de pedir ou intervir por alguém ou algo. No Cristianismo esse sentido também é mantido, porém em uma relação de pedir aos santos ou a Cristo que interceda pelos fiéis. Sua origem está no latim *intercedere*, presente em português desde o século XVI. Vieira utiliza o termo no Sermão XVIII do Rosário, como atesta a seguinte passagem: “*E havia de interceder eficazmente com Deus pelos pecadores, e para isso é necessário ser semelhante a eles, não no pecado...*” Em português há registro também dos cognatos *intercessor* (século XV), do latim *intercēssor*, e *intercessão* (século XVI), do latim *intercessiō*.

Semelhante ao ato de *interceder* é a ação expressa pelo verbo *rogar*. Seu significado diz respeito ao ato de pedir insistentemente com atitude de demonstração de humildade. O termo não é específico do Cristianismo, pois é possível em nossa cultura expressões como “*rogaremos pelos presos*” ou “*alguém precisa rogar por estes menores*”, ambas com sentidos relacionados ao mundo civil. Entretanto, no uso cristão, o verbo está associado ao ato de suplicar a Deus, a Cristo ou aos santos. Sua origem está no latim *rōgāre*, presente no português desde o século XIII. Vieira faz uso do termo no Sermão XXII do Rosário, conforme se vê na seguinte passagem: “*Não orava, diz Santo Agostinho, para rogar a Deus, senão para se engrandecer a si, e se antepor aos outros...*” Alguns outros cognatos estão associados ao termo na língua portuguesa, tais como *rogação* (século XIX), do latim *rogātio*, *ōnis* e *rogo* (século XIII), forma nominal advinda do verbo em questão.

Outra prática comum nos cultos cristãos é o ato de *adorar*, com o sentido de render culto ou veneração a uma divindade. Sua origem está no latim *adōrāre*, originando, em português, a forma *aorar* (século XIII). No universo cristão o termo tem presença em I Coríntios (14:25): “... *ele se lançará de rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vós.*” Como se observa na passagem exposta, o Cristianismo adora a Deus como forma primordial. Em Vieira o termo se apresenta no Sermão do Santíssimo Sacramento, pregado em 1645, conforme a passagem a seguir: “*Se adorar aquela hóstia é idolatria, como foi adorar o bezerro, porque sofre Deus...*”

O ato de *louvar* é outra forma do cristão se relacionar com sua divindade. O termo tem origem no latim *laudāre*, sendo, no português, o mesmo sentido latino, ou seja, elogiar ou exaltar as qualidades e os feitos de alguém, enaltecendo ou mesmo glorificando. Para os cristãos, tal forma adquiriu uma maior expressão devido à necessidade de se prestar louvores constantes a Deus e ao seu filho Jesus Cristo, conforme atesta a tradição neotestamentária, expressa em Romanos (15:11): “*E ainda: Nações, louvai todas ao Senhor, e que todos os povos o aclamem.*” Vieira utiliza o termo no Sermão de São Roque, pregado na Capela Real, no Algarve, em 1659, na passagem seguinte: “*Oh quem me dera palavras, poderoso santo, para dignamente vos louvar neste caso, e explicar a grandeza desta maravilha!*”

Na vida cotidiana do cristão encontramos também a atitude da *confissão*, expressa a partir do termo *confessar*, significando o ato de revelar ou declarar alguma coisa, especificamente algum tipo de crime ou má ação. Esses eram também os sentidos expressos no mundo romano. No latim, sua forma era *confītēri* e, de seu particípio *confessus*, fez surgir, no latim cristão, o vocábulo *confessare*. No português tal forma tem presença desde o século XIII, já com sentido relativo ao Cristianismo. Para os cristãos, o ato de se confessar está relacionado a uma atitude de revelar ou declarar o pecado a Deus, na busca do perdão. No catolicismo, é responsabilidade de um sacerdote ouvir a confissão dos fiéis, recomendando-os a orações particulares. Há uma série de outros vocábulos surgidos dessa mesma base latina, dentre os quais se destaca o *confessionário*, local onde a confissão se realiza. No protestantismo, a confissão ocorre diretamente a Deus, sem intermédio humano, porém com a mesma significação impressa pelas primeiras comunidades cristãs. O termo tem presença em I João (04:15): “*Todo aquele que confessar que Jesus é o Filho de Deus, Deus permanece nele e ele em Deus.*” Em Vieira o uso do termo está atestado no Sermão do Terceiro Domingo da Quaresma, pregado na Capela Real em 1655, como no fragmento a seguir: “*E que tem mais de confessar ? Os danos particulares e públicos que dali se seguiram ?*”

Para o cristão, a confissão é um passo fundamental ao arrependimento. Desse substantivo, temos o verbo *arrepender-se*, presente com grande frequência na prática cristã. Sua origem está no latim *repenitēre*, gerando em português, no século XIII, a forma *repentir*. No século XIV, por uma série de metaplasmos, dentre os quais prótese e assimilação, a forma usada foi *arrepenter*. Outros cognatos relacionados ao verbo são *arrependido* (século XIV) e *arrependimento* (século XV, a partir de *arrependimento*). Seu sentido está associado ao ato de se retratar, voltar atrás em um ato cometido contra Deus. É possível verificar esse uso em Vieira no Sermão no Sábado Quarto da Quaresma, pregado em Lisboa no ano de 1652, conforme atesta a seguinte passagem: “*Todos se devem arrepender das suas, mas com mais razão, e mais depressa...*” Fora do contexto cristão, o termo é utilizado para designar, por exemplo, mudança de opinião, parecer ou propósito, demonstrando que seu uso não é exclusivo do domínio cristão.

Outro verbo de uso bastante recorrente também no Cristianismo é *perdoar*. A sua origem está no latim clássico *donare*, com sentido de doar ou presentear. Na Idade Média, ao termo latino foi incorporada a preposição *per*, formando *perdonare* > *perdoar*. Em português tal vocábulo está presente desde o século XIII, como também seu cognato *perdon* (> *perdão*). Outros termos em português são posteriores, tais como *perdoador* (século XIV), *perdoamento* (século XV) e *imperdoável* (século XIX). Ainda que sua utilização não seja específica do movimento cristão, seu uso ocorre com maior frequência no universo da fé. Fora do contexto religioso, o termo designa o ato de desculpa entre homens. No Cristianismo, o sentido também é o mesmo, porém em uma relação estabelecida entre Deus / Jesus e o ser humano. Tal sentido pode ser verificado em Vieira, no Sermão das Lágrimas de São Pedro, pregado na Catedral de Lisboa, na segunda-feira da Semana Santa do ano de 1669: “*...e se Pedro não chorara, não lhe havia Cristo de perdoar, como não perdoou a Judas.*”

Léxico recorrente na cristandade é o verbo *ungir*, com significados e usos diferenciados de acordo com a vertente do Cristianismo. Seu sentido está relacionado ao ato de untar ou aplicar óleo, proveniente do latim *ūngēre*. O uso do óleo como unguento refrescante era muito comum no mundo antigo, sendo esse o sentido encontrado em João (12:03): “*Maria tomou então uma libra de um perfume de nardo puro de grande valor; ela ungiu os pés de Jesus, enxugou-os com seus cabelos, e a casa ficou cheia do perfume.*” No Cristianismo, o significado da unção é a purificação da alma, tornando o indivíduo consagrado. No catolicismo, o último dos sacramentos, a Extrema unção, conhecida hoje como a unção dos enfermos, visa à possibilidade de, através do óleo, consagrar o moribundo em seus últimos suspiros, livrando-o dos maus espíritos, no aspecto espiritual e, no aspecto

material, de certa forma, aromatizar o corpo do indivíduo falecido. Em português o termo está presente desde o século XIII, primeiramente com a grafia *ongir*. Vieira utiliza o termo já com a grafia de hoje, como se vê no fragmento do Sermão da Glória de Maria Mãe de Deus, pregado na Igreja Nossa Senhora da Glória em Lisboa, em 1644: “*Chegado David aos fins da vida, quis nomear sucessor do reino e mandou ungir a seu filho Salomão por rei.*” Nos movimentos pentecostais, há uma prática maior do uso do verbo em questão, pois para os fiéis de determinadas doutrinas evangélicas o ato de ungir pessoas, objetos, casas, carros etc reproduz uma tendência de sentido profético, tornando aquele que unge uma pessoa com determinados “poderes místicos” capaz de mudar o rumo da vida, do uso dos objetos etc. Há ainda nos seguidores da fé pentecostal a necessidade de transparecer uma vida *ungida*, ou seja, repleta dos valores específicos pregados por determinada doutrina, tais como amor, fé, bondade, piedade etc. Esses aspectos aqui elencados a partir da divulgação das doutrinas pentecostais favoreceu a vulgarização do termo *unção* (substantivo), demonstrando os novos valores estimulados pelas novas vertentes do Cristianismo, principalmente no Brasil.

Na concepção atual da vida cristã, sobretudo em muitas doutrinas protestantes, a prática do *jejum* se propagou como forma de unção e até de santificação. Para muitos devotos, talvez por força de um valor místico concebido na prática, *jejuar* tornou-se uma rotina. Tanto no português como no latim, o significado desse vocábulo expressa a abstinência parcial ou total de alimentos, prática muitas vezes seguida por razões médicas ou por outras finalidades. Sua origem está no latim *jejunus*, passando para o latim vulgar *jājūnus*. Em português o termo tem registro desde o século XIII, na forma *jajūu*, passando ao século XIV à forma *jejūu*. O ato de jejuar era um costume judaico passado para os romanos com um sentido de prática social ligada a um ato de piedade individual ou coletiva. Para o Cristianismo, entretanto, o ato significa a abstenção de alimentos em dias determinados pelo catolicismo, podendo ainda significar, no protestantismo, uma prática associada à obtenção de dádivas. De certa forma, há um modelo a ser seguido pelos cristãos, uma vez que o próprio Cristo jejuou quarenta dias e quarenta noites. Em Atos (14:23) temos exemplo do termo voltado à prática dos fiéis: “*Em cada Igreja eles designaram anciãos, fizeram orações acompanhadas de jejum e os confiaram ao Senhor, no qual tinham posto a sua fé.*” Vieira atesta o uso do termo no Sermão de Santa Teresa, pregado no Colégio da Companhia de Jesus, na Ilha de São Miguel, conforme declara a seguinte passagem: “*Jejuar sete meses no ano e passar muitas vezes muitos dias sem comer totalmente...*”

Neste panorama apresentado, é possível notar a intensa presença de um léxico característico capaz de expressar e representar especificamente as ações cristãs, demonstrando a força do movimento na construção de termos próprios.

6.9 Festas do calendário cristão

A prática de festejar é uma tradição presente em várias culturas, possuindo, por vezes, sentido religioso ou civil. Para as diversas populações espalhadas pelo mundo, o sentido da vida se ratifica a partir das experiências proporcionadas pelo momento de descontração ou ruptura da rotina, considera monótona e enfadonha. Neste sentido, festejar significa deixar de lado o cotidiano, buscando formas de expandir novos horizontes de uma vida singular. Nota-se que o conceito de festa é algo bastante humano e, por vezes, rodeado de sentido pejorativo, seja por expressar superficialidade ou tom leviano de sua realização. Entretanto, ao lado de uma possível interpretação negativa do termo, há louváveis sentidos localizados.

Em primeiro lugar, as festas expressam uma vazão à esperança, ou seja, uma tentativa de, por alguns momentos, deixar a essência da vida comum em favor de um regozijo inovador. Com isso, observa-se uma verdadeira expansão do homem, demarcando sua própria vivacidade. Etimologicamente o termo está associado à origem latina, significando solenidade, comemoração ou celebração. De *fĕsta*, originou-se em português a forma *festa*, presente desde o século XIII na língua portuguesa.

O sentido de comemoração foi aplicado com muita propriedade no movimento cristão. Ainda na doutrina judaica, as festas possuíam grande relevo na comunidade, conforme atesta Deuteronômio 16:10: “...celebrarás a festa das Semanas, em honra do Senhor, teu Deus, levando-lhe dons espontâneos na medida das bênçãos com que o Senhor, teu Deus, te houver cumulado.” Neste fragmento exposto, observa-se a ordem expressa com o intuito de ratificar o sentido de comemoração presente na cultura dos judeus.

O mesmo sentido foi levado ao Cristianismo. Isso porque as reuniões cristãs (missas ou cultos) expressam uma festividade na vida dos seguidores de Jesus. O simples encontro ou a vida comunitária já definem a alegria presente entre aqueles que acreditam nas verdades de Cristo. Esta visão se corporifica no fragmento de I Coríntios 5:8: “*Celebramos pois a festa, não com fermento velho, nem com fermento de maldade e perversidade, mas com pães sem fermento: na pureza e na verdade.*”

Junto à festividade do contato entre os cristãos, a igreja cristã, sobretudo a católica, criou em seu calendário temas festivos com a intenção de cobrir todo um ano litúrgico, celebrando, a partir de várias passagens bíblicas, o ministério de Cristo com suas respectivas etapas. Assim, a divisão utilizada pela igreja parte de momentos como o Advento, Natal, Primeiro tempo comum, Quaresma, Páscoa e Segundo tempo comum. Sendo Vieira padre, seus sermões expressam muitas vezes o período de alguma dessas festas celebradas pela igreja. Muitos de seus textos foram constituídos tendo em vista a oportunidade de trazer à memória algumas festividades cristãs.

A festa do *Advento*, iniciada quatro domingos antes do Natal e encerrada às vésperas do dia 25 de dezembro, tem um significado de celebrar a esperança da salvação e o aguardo do nascimento de Cristo. Trata-se de um período penitencial no catolicismo. Em língua portuguesa, o termo está presente desde o século XIII, com a grafia *auento*, originário do latim *adventus*, com sentido de chegada ou vinda. A grafia utilizada nos dias atuais se verifica desde o século XVI. Vieira faz uso desse termo ao mencionar essa festa no Sermão da Primeira Dominga do Advento, pregado na Capela Real em 1652, conforme atesta o seguinte fragmento: “*O primeiro advento é o que hoje começa a celebrar a Igreja, no qual veio o filho de Deus a remir o mundo...*”

Após a festa do *Advento*, segue-se, no calendário cristão, o *Natal*. O termo está associado, primeiramente, ao verbo latino *nascēre*, originando, ainda na língua latina, a forma *nātālis*. Graças ao Cristianismo, esse termo se vulgarizou, pois passou a fazer referência ao nascimento de Cristo. Em português, o termo, presente desde o século XIII, já apresentava o sentido de dia do nascimento de Jesus. Vieira utiliza o léxico no Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda da cidade da Bahia, em 1640. Na ocasião, Vieira lamenta a Deus a possibilidade do Brasil não ser mais um país católico e, conseqüentemente, deixar de lado as tradições da festividade de sua fé, conforme atesta o seguinte fragmento: “*Passará um dia de Natal e não haverá memória de vosso nascimento...*” Na língua portuguesa conhecidos também são os termos *natalidade* e *natalino*, presentes a partir do século XX.

Outra festividade do calendário cristão, ainda que sua comemoração se expresse em caráter introspectivo, é a *Quaresma*, com a finalidade de relembrar os dias da vida de Jesus na terra, a partir de sua mensagem e paixão. Seu período ocorre quarenta dias antes da Páscoa, durando até o domingo pascoal. O termo em português está diretamente relacionado ao número quatro, visto a festa acontecer em numeração correspondente ao seu múltiplo. Já em língua latina o termo fazia menção à ideia do número – *quādrāgēsīma*, originando,

posteriormente a forma *quaraēsima*. Em português os primeiros registros do termo foram feitos no século XIII, já com o sentido cristão. Em Vieira, o uso está presente no título de alguns sermões proferidos em datas relacionadas ao período dessa festa, conforme se vê no *Sermão da Terceira Domingo da Quaresma*, pregado na Capela Real em 1655, *Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma*, pregado na Capela Real em 1669 e o *Sermão da Quinta Quarta-Feira da Quaresma*, pregado na Misericórdia de Lisboa em 1669.

O período da *Quaresma* é inaugurado com a quarta-feira de cinzas. Com o fim do carnaval, a igreja católica entre em um período de introspecção, levando seus fiéis a uma reflexão mais profunda sobre a paixão de Cristo. Tradicionalmente, missas são realizadas nessa data para que os membros das comunidades católicas sejam abençoados com as cinzas, símbolo do arrependimento. Trata-se de um dia de abstinência e jejum. O caráter festivo dessa data não se expressa com júbilos humanos, mas a partir de uma experiência espiritual cativada nos cristãos. Em português o período está registrado desde o século XIII, sendo o termo *cinza* grafado como *ciŷsa* ou *cimsa*. Vieira faz menção ao período no *Sermão da Quarta Feira de Cinza*, pregado em Roma, na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses em 1672. Na ocasião, dedica o padre um sermão inteiro para lembrar os cristãos de sua condição de pó, algo bastante relevante para o momento.

Ainda no tempo da *Quaresma*, especificamente no domingo anterior ao domingo pascoal, comemora-se o *Dia de Ramos*, festa que comemora a entrada triunfal de Cristo em Jerusalém. O fato é narrado, por exemplo, em Mateus 21:8: “*O povo, em multidão, estendeu as vestes sobre o caminho; alguns cortavam ramos de árvores e com eles cobriam o caminho.*” Na língua portuguesa a festa tem seu registro no século XIII, assim como o termo *ramo*, originário do latim *rāmus*. Vieira utiliza o termo no título do *Sermão do dia de Ramos*, pregado na Matriz do Maranhão em 1656.

A conclusão da festa da *Quaresma* ocorre na denominada *Semana Santa*, iniciada após o *Domingo de Ramos* e que tem como finalidade celebrar a paixão, a morte e a ressurreição de Cristo. Para cada dia dessa semana, há uma celebração especial, culminando com o domingo de páscoa. No português desde o século XIII existem registros dessa comemoração. Vieira faz uso do termo, por exemplo, no *Sermão das Lágrimas de São Pedro*, pregado na segunda-feira da *Semana Santa* na Catedral de Lisboa, em 1669.

Com esta exposição de algumas das festas cristãs celebradas principalmente pelo catolicismo, é possível notar a importância de cada período no Cristianismo, pois, à medida que atividades distintas são realizadas em cada data, o passado torna-se vivo, trazendo à

memória um sentido cultural próprio da religião. Desta forma, recordar é fortalecer os vínculos da identidade, atualizando o sentido da fé a partir das comemorações propostas.

CONCLUSÃO

Após as diversas considerações abordadas neste trabalho com relação à influência do Cristianismo na língua portuguesa, é possível extrair algumas reflexões pertinentes para auxiliar na compreensão da trajetória histórica do português desde a dissolução de Roma até a construção textual de Antônio Vieira no século XVII.

Na historiografia da língua portuguesa é comum o estabelecimento de fases históricas características para a construção de um panorama calcado nos principais fatores responsáveis pelo desaparecimento do latim a partir, principalmente, da presença germânica no Império Romano até o surgimento dos primeiros textos em português. Após esse período, a trajetória de transformação da língua continua, representada cada vez mais por uma sociedade portuguesa que demonstrava maior sofisticação nos usos da língua. Desse ponto em diante, não se trata mais de uma língua elementar, pobre em recursos, mas principalmente de um veículo de comunicação capaz de representar as novas ordens sociais, sempre referenciada no modelo do latim, língua de alta expressão cultural aos olhos da sociedade medieval. Toda essa herança do universo clássico contribuiu fortemente para a coroação do português como língua literária, tanto da poesia, representada principalmente por Camões, como na prosa, a partir da contribuição singular de Antônio Vieira. Ainda que figuras anteriores como Fernão Lopes e Diogo do Couto tivessem contribuído significativamente na ascensão da prosa portuguesa, Vieira forneceu maiores condições para o seu desenvolvimento.

É importante salientar que, entre as primeiras manifestações de um falar específico não mais latino, presente na região correspondente à atual região norte de Portugal a partir do século V e a formação efetiva do idioma, com todas as características de hoje, houve uma série de elementos participativos para que o português ganhasse, pouco a pouco, a identidade atual. Dentre tais aspectos, ainda que pouco explorado na historiografia atual, é a presença do Cristianismo na formação e na transformação do português. Nascido como um tímido movimento religioso, após a morte de Cristo houve um forte interesse na divulgação da fé, expandida por todo o território europeu. Dessa forma, Roma assume a nova religião e, a partir de sua aceitação, todos os territórios conquistados pela Romanização passaram a conhecer as verdades de Cristo.

Com a constante divulgação da fé, um sistema de comunicação organizado a partir de um léxico próprio é criado ainda no império, caracterizando o chamado latim cristão. Essa modalidade do latim chegou também à Península Ibérica, apresentando significados mais

espiritualizados, representando a essência da pregação cristã, seja a partir da expressão emotiva como também pelo sentimentalismo exposto. Nessa linha, observa-se o acento nas transformações semânticas propostas pelo movimento, demonstrando que o português foi uma língua nascida já cristã, sobretudo graças aos sentidos incorporados através da fé.

Toda a influência trazida pelos cristãos não se limitou ao período inicial da história da língua portuguesa. No desenvolvimento da sociedade lusitana, sempre identificada com a cruz de Cristo, tudo o que se produziu em Portugal, em seus primórdios, na perspectiva de sua organização espacial, social e política, teve como base o Cristianismo, pois era nos representantes dessa religião que jazia o conhecimento da leitura e da escrita. Somente com o fim da Idade Média, de forma paulatina a sociedade portuguesa caminhava para as portas do Renascimento, surgindo daí condições específicas para que a igreja não mais representasse de forma unitária as referências de humanidades daquela sociedade.

As expressões cristãs no modelo de vida português estiveram, como se viu, presentes nas mais distintas modalidades de atual região de Portugal, pois, uma vez formado o território a partir de uma necessidade cristã – a expulsão dos mouros do território – até mesmo a criação da primeira gramática em 1536 esteve associada à figura de um padre. E foi nas mãos de um padre que no século XVII a língua portuguesa conheceu uma produção em prosa representativa da história da língua. Antônio Vieira, ao fazer uso do português na construção de seus textos, sem que fosse a sua intenção, demonstra o potencial linguístico do idioma na produção dos sermões, fruto de um engenho e de uma arte. A língua em Vieira, desde Camões, deixava de lado todo o caráter elementar, alcançando dimensões cada vez mais clássicas. E, na construção de seus textos, vigoravam não só advérbios, conectivos, estruturas subordinadas etc, mas sobretudo um léxico próprio, cristão por excelência. Desta forma, não seria equívoco afirmar que em Vieira repousa a legitimação do léxico cristão presente em Portugal desde o momento da utilização do língua na escrita. Por isso, no estudo lexical analítico apresentado, foi possível notar que grande parte do vocabulário cristão tem registro em português ainda no século XIII, período que demarca o nascimento do idioma. O papel de Vieira foi legitimar usos que se estabeleciam homeopaticamente na história da língua portuguesa.

Na investigação lexical apresentada, foi possível observar que há no português um léxico totalmente convertido pelo movimento cristão, muitas vezes com termos que não são específicos do Cristianismo, mas que receberam, na nova fé, valores próprios. Essa noção se corporifica, por exemplo, no uso em nossa sociedade do vocábulo *fé*, fortemente representado por seu sentido cristão, ainda que seja possível usos deste termo fora do Cristianismo. Nos

dias atuais, graças à força dos movimentos pentecostais em solo brasileiro, já é possível notar que as interferências cristãs continuam proporcionando mudanças na língua. A palavra *obreiro*, presente em português desde o século XIII, desde o seu surgimento voltava-se a expressar a noção de operário, ou seja, aquele faz obras. Esse uso está atestado, por exemplo, em Vieira, que utiliza o termo com um significado não cristão, como se vê no Sermão do Terceiro Domingo da Quaresma, pregado na Capela Real em 1655, na seguinte passagem: “... *um homem (que muitas vezes não chegou a ser obreiro) como há de dar boa conta de tantos ofícios políticos ?*” Atualmente, o termo está praticamente voltado a significar todo indivíduo que serve no reino de Deus, auxiliando na manutenção do trabalho eclesiástico. Isso prova que, à medida que a sociedade falante do português se depara com novas realidades sociais, mais e mais o léxico da língua é convocado para dar conta das inovações de seus falantes.

Até na escrita somos convidados a atender os ensinamentos da fé cristã, pois, mesmo se não pertencermos a uma vertente qualquer do Cristianismo, nossa cultura legitimou a escrita da palavra *Deus* quase exclusivamente com a inicial maiúscula. De certa forma, a partir dessa prática, reconhecemos a superioridade divina, expressa no respeito que tal modelo de escrita pode proporcionar, ainda que não sejamos cristãos.

Outra forma bastante atual voltada à significação das novas ordens pentecostais está no vocábulo *reteté*, de nítida formação onomatopaica. O termo é utilizado para expressar a prática de certas igrejas, durante seus cultos, no incentivo ao choro excessivo, ao movimento descontrolado de si, a danças aparentemente sem relação a qualquer musicalidade, sugerindo, tudo isso, certo comportamento desprovido de qualquer ordem. O termo naturalmente não tem uso em Vieira, pois trata-se de uma inovação trazida pelas novas formas do Protestantismo, especificamente representado no pentecostalismo, a partir do século XX.

Se na atualidade da língua temos fortes demonstrações de uma influência direta do Cristianismo, historicamente foi possível notar múltiplas heranças cristãs sedimentadas em Vieira. De todas as línguas românicas, o português foi o único idioma que conheceu o toque especial do movimento cristão na criação dos dias da semana, excluindo qualquer marca do paganismo, fator de responsabilidade total do Cristianismo na constituição de nosso idioma. Além disso, na língua portuguesa temos um quantitativo expressivo de nomes próprios caracterizados graças à divulgação da fé cristã.

Com nossa avaliação filológica, tanto no campo da etimologia como no campo da semântica, foi possível ressaltar as consequências das atividades cristãs no processo de cristianização, ocorrido como continuidade da Romanização, do atual território de Portugal, algo que condicionou mudanças trazidas com maior reflexo no vocabulário, gerando uma

tendência dissolvente do latim enquanto idioma nacional. Os cristãos interferiram na unidade da língua latina, visto utilizarem entre si um idioma próprio. Esse fato colaborou, após a queda total do Império, para a criação das línguas nacionais cuja finalidade era atender as populações desprovidas do conhecimento do latim. Restou, como solução, a incorporação das variantes utilizadas pelo povo e adotadas nas igrejas para que a evangelização fosse contínua. Hoje, ao contrário, o Cristianismo não colabora em um processo dissolvente, mas antes centralizador. Sua literatura oficial ainda é redigida, nos diferentes países, em um registro tipicamente gramatical e literário das línguas nacionais, fato este que contribui para a manutenção de nosso idioma, pelo menos de forma indireta.

Diante do exposto, concluímos o relevante papel do Cristianismo na formação das línguas neolatinas, com especial atenção à língua portuguesa, mais precisamente em seu léxico, uma verdadeira janela entre o mundo e a língua, refletindo toda a história social e cultural de um determinado povo. Com o léxico cristão estabelecido na língua portuguesa, é possível notar de que forma a língua materializa um instrumental específico para que seus usuários tenham condições de exercer ainda mais seu papel comunicativo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. *História antiga e medieval*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1993.

AZEREDO, José Carlos de . *Fundamentos de gramática do português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. v. 1

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. Santos: Brasilia Limitada, 1974.

BÍBLIA TEB. *Tradução ecumênica da bíblia*. São Paulo: Edições Loyola / Paulinas, 1995.

BIZZOCHI, Aldo. *Léxico e ideologia na europa ocidental*. São Paulo: Annablume, 1997.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

CAMARA JR., J. Mattoso *Dicionário de linguística e gramática*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

_____. *Princípios de linguística geral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CARBONI, Florence. *Introdução à linguística*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CARDOSO, Wilton; CUNHA, Celso. *Português através de textos: estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [201-?].

COUTINHO, Ismael de Lima *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1962.

COUTINHO, Afrânio *A literatura no Brasil*. 3. ed. Niterói: EdUFF; José Olympio, 1986. 2 v.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Celso *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

- ELIAS, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- _____. *Sociolinguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Padrão; Niterói: EdUFF, 1987.
- FARIA, Ernesto *Fonética histórica do latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FLUSSER, Vilém. *A história do diabo*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- GARCIA, Othom M. *Comunicação em prosa moderna*. 14. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1968.
- HADDAD, Jamil Almansur. *Os sermões: seleção com ensaio crítico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1951. Tomo 1.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2011.
- HUBER, Joseph *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- IORDAN, Iorgui *Introdução à linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.
- JOHNSON, Paul. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.
- MCKENZIE, John L. *Dicionário bíblico*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1981. v. 1, 2, 3.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.
- _____. *Sermão da sexagésima*. Niterói: EDUFF, 1985.
- MOHRMANN, Christine. *Latin vulgaire, latin des chrétiens, latin medieval*. Paris: Klincksieck, 1955.

- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 29. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico Resumido*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro MEC, 1966.
- PESSOA, Fernando. *Mensagens*. Porto: Brevíssima Portuguesa, 1997.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- SARAIVA, Antônio J. *O discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- SARAIVA, José Hermano. *Breve história de Portugal ilustrada*. 3. ed. Lisboa: Bertrand, 1989.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SCHRIJNEN, Ios. *Le latin chrétienne devenu langue comune*. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 1934.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- _____. *Manual de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- _____. *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1994.
- ULLMANN, Stephen *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- VASCONCELLOS, J. Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.
- VIDOS, Benedek Elémer. *Manual de linguística românica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Edições disponíveis em: <www.brasiliana.usp.br/vieira_sermons> .
- WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.